



Universidade de Aveiro Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

2015

**Rita Maria Bernardo
Lourenço**

**A crise e o impacto no financiamento das ONGD - o
caso da Fundação Fé e Cooperação (FEC)**



**Rita Maria Bernardo
Lourenço**

**A crise e o impacto no financiamento das ONGD - o
caso da Fundação Fé e Cooperação (FEC)**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença , Professor Auxiliar Aposentado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família.

o júri

presidente

Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Professora auxiliar convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Betina da Silva Lopes

Bolseira de Pós-Doutoramento do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro,

Prof. Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença

Professor auxiliar aposentado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

agradecimentos

E mais uma etapa foi alcançada, a finalização deste relatório de estágio. Este percurso fica marcado por uma bateria de sensações e comportamentos que me irão acompanhar ao longo de toda a minha vida.

Em primeiro lugar, deixo um obrigado aos meus pais, que me tem acompanhado e apoiado incondicionalmente não só ao longo do meu percurso académico mas também na vertente mais pessoal.

À minha irmã que sempre me deu os melhores conselhos.

Aos meus avôs paternos e à minha avó materna, mesmo estando longe do olhar estiveram sempre perto do coração.

Ao meu orientador, Professor Carlos Sangreman por ser paciente e compreensivo comigo e também por me ter auxiliado neste percurso.

Quero também agradecer à FEC por me ter acolhido neste sete meses e por me proporcionarem a realização deste estágio curricular que tanto me enriqueceu não só em termos de conhecimentos, mas também a nível pessoal.

Aproveito para dizer um obrigado a todos os elementos com quem me cruzei da Conferência Episcopal Portuguesa.

Agradeço aos meus colegas pelo apoio, pela força e motivação. A vossa atenção e disponibilidade também foram essenciais ao longo deste percurso.

palavras-chave

Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, Terceiro Setor, Financiamento, Crise e Estado

resumo

O Relatório de Estágio em questão tem como principal objetivo responder à questão de investigação “**Qual o impacto da crise nas ONGD?**”, tendo enfoque direto na FEC (Fundação Fé e Cooperação), local de eleição para a realização de um estágio curricular.

O cerne deste estudo passa por responder e perceber se o fenómeno crise veio afetar o volume de financiamento da ONGD em causa. E se o mesmo fenómeno, trouxe consigo consequências como por exemplo, o alargar das atividades com o intuito de obter financiamento de forma a colocar em prática os projetos ou então se estas ONGD optaram por procurar outras formas de financiamento como por exemplo, o financiamento internacional. Como forma de obter as respostas pretendidas realizaram-se algumas entrevistas, como por exemplo, à Plataforma das ONGD, ao Instituto Camões e à Fundação Calouste Gulbenkian para avaliarmos o caso em concreto da FEC e também apresentar alguns pontos mais gerais sobre o mundo das ONGD.

Keyword

NGO, Third Sector, Financial, Crisis and State

abstract

The Training Report in question aims to answer the following research question **“What is the impact of the current economic crisis on development NGOs?”**, with a specific focus on FEC (Faith and Cooperation Foundation), the chosen NGOs for the traineeship.

The core of this study is to look into and answer if this crisis phenomenon has had affect on the amount of funding received by the studied development NGOs.

And to study if the same phenomenon, resulted in consequences such as the broadening of the activities in order to obtain extra financing in a way that they could put into practice their projects or if these Development NGOs chose to seek other forms of financing such as international financing.

In order to obtain an answer to the research question, interviews were conducted aimed at organizations such as the Platform of the Development NGOs, the Camões Institute and Calouste Gulbenkian Foundation to evaluate the particular case of the FEC and also present some more general points about the world of Development NGOs.

Siglas e Acrónimos:

ACEP- Associação para a Cooperação Entre os Povos

AHE- Ajuda Humanitária e de Emergência

APD- Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD- Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CD- Cooperação para o Desenvolvimento

CEsA- Centros de Estudo sobre Africa e do Desenvolvimento

CIDAC- Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

CONCORD- Confederação Europeia das ONG de Emergência e Desenvolvimento

CRP- Constituição da República Portuguesa

CSISFL- Conta Satélite das Organizações Sem Fins Lucrativos

DH- Direitos humanos

ED- Educação para o Desenvolvimento

ES- Economia Social

FEC- Fundação Fé e Cooperação

FMI- Fundo Monetário Internacional

IC- Instituto Camões

ICPNO- International Classification of Nonprofit Organizations

IDL- Instituições de Desenvolvimento Local

INE- Instituto Nacional de Estatística

IPAD- instituto de Apoio ao Desenvolvimento

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISFL- Instituições Sem Fins Lucrativos

OCDE- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONGD- Organização Não- Governamental de Desenvolvimento

ONG- Organização Não-Governamental

OTS-Organizações do Terceiro Setor

PALOP-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PD-Países Desenvolvidos

PED-Países em Vias de Desenvolvimento

RH- Recursos Humanos

SC-Sociedade Civil

SNLP-Setor Não Lucrativo Português

TS-Terceiro Setor

UE-União Europeia

Índice Geral

Índice de Quadros	3
Índice de Tabelas	3
Índice de Figuras	3
Índice de Gráficos	4
Introdução	5
Questão de Investigação	7
Capítulo I- Enquadramento Teórico	7
1. ONG.....	8
2. Contexto Histórico ONGD	11
3. ONGD.....	13
4. Relação Estado/ ONGD.....	21
5. Crise.....	23
6. Financiamento das ONGD.....	25
7. Setor Não Lucrativo Português.....	33
Capítulo II- Apresentação do Local de Estágio	49
1. Surgimento da FEC- Fundação Fé e Cooperação	49
2. Visão	49
3. Missão	50
4. Organização Interna	50
5. Áreas de Atuação	51
6. Valores	51
7. Princípios	52
8. Projetos Finalizados e em Curso.....	54
8.1.Angola.....	54
8.2.Guiné-Bissau	55
8.3.Moçambique.....	56
8.4.Portugal	56
8.5.Cabo Verde.....	57
8.6.Timor Leste	57

9.Reconhecimento das Atividades Realizadas	58
Capítulo III- Metodologia	60
1. Apresentação da Metodologia	60
2. Hipóteses de Investigação.....	65
3. Explicação da Amostra	66
Capítulo IV- Análise de Dados	68
1.Diagnóstico através dos Relatório de Atividades da FEC	68
1.1.1.Origem dos Fundos	69
1.1.2.Financiamento por Atividade	72
1.1.3.Financiamento por País	76
1.1.4.Volume de Verbas dos Projetos	77
2.Diagnóstico através das Entrevistas.....	79
3.Conclusões	84
Conclusão.....	86
Bibliografia.....	90
Anexos.....	96

Índice de Quadros:

Quadro 1: ONG portuguesas por datas de fundação	9
Quadro 2: Associação desportiva <i>versus</i> não desportiva	43
Quadro 3: Associativismo e cultura cívica	44
Quadro 4: Número de associações em que o indivíduo está envolvido, por país (percentagem)	45
Quadro 5: Percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações.....	46

Índice de Tabelas:

Tabela 1: Distribuição do terceiro setor pelo estatuto legal (2007).....	38
Tabela 2: Evolução da FEC desde a sua criação	53
Tabela 3: Elementos diferenciadores dos vários métodos de análise	60
Tabela 4: Dados recolhidos através da Análise Documental, dos relatórios de atividade da FEC, entre 2005-2006.....	65
Tabela 5: Dados obtidos pela FEC, entre 2007-2009	65
Tabela 6: Dados recolhidos através da Análise Documental, dos relatórios de atividade da FEC, entre 2010-2014.....	65
Tabela 7: Conteúdos analisados pelas entrevistas	79

Índice de Figuras:

Figura 1: Os 4 C's que da relação entre ONG e Governo	23
Figura 2: Síntese das fontes de financiamento	28
Figura 3: Fontes de fundos das organizações da sociedade civil. Portugal, por área.....	29

Índice de Gráficos:

Gráfico 1: Áreas de Intervenção das ONGD	17
Gráfico 2: Áreas de Intervenção das ONGD	18
Gráfico 3: Áreas Geográficas de Intervenção das ONGD Portuguesas	18
Gráfico 4: Fontes de Fundos das Organizações da Sociedade Civil em Portugal.....	27
Gráfico 5: Total dos Fundos em Percentagem, das OSC (Organizações da Sociedade Civil)	30
Gráfico 6: Universo da ISFL (nº de unidade,2006).....	37
Gráfico 7: Emprego nas ISFL (nº de postos,2006).....	37
Gráfico 8: Recursos das OES (Organizações da Economia Social), por atividade.....	40
Gráfico 9: Despesas das OES (Organizações da Economia Social), por atividade.....	41
Gráfico 10: Envolvimento dos portugueses em associações	42
Gráfico 11: Emprego nas Organizações do Terceiro Setor	47
Gráfico 12: Contributo das Organizações do Terceiro Setor para o PIB	48

Gráfico 13: Origem dos Fundos da FEC, entre 2005 e 2006.....	69
Gráfico 14: Origem dos Fundos da FEC, entre 2007 e 2009.....	70
Gráfico 15: Origem dos Fundos da FEC, entre 2010 e 2014.....	71
Gráfico 16: Financiamento por atividade da FEC, entre 2010 e 2014	73
Gráfico 17: Financiamento das atividades inseridas na Cooperação para o Desenvolvimento na FEC, entre 2010 e 2014.....	74
Gráfico 18: Financiamento das atividades inseridas na Educação para o Desenvolvimento na FEC, entre 2010 e 2014.....	75
Gráfico 19: Financiamento por país, entre 2010 e 2014.....	76
Gráfico 20: Volume de verbas dos projetos FEC, entre 2002 e 2007	77
Gráfico 21: Volume de verbas dos projetos da FEC, entre 2008 e 2014.....	78

Introdução

As ONGD emergiram num contexto de fortes carências e desorganização, como a II Guerra Mundial em que era premente responder com eficácia e rapidez às necessidades da população.

Desta forma, quando se falam em ONGD, facilmente associamos a presença de características como, serem organização sem fins lucrativos, que privilegiam o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, que atuam em zonas com fortes debilidades, assegurando o bem comum e a partilha de conhecimento. Na mesma linha, são independentes, mas paralelamente, dependem fortemente dos apoios do Estado como forma de garantir a prossecução dos projetos.

No entanto, estas organizações acompanham-se de inúmeras limitações que se colocam como entrave à sua continuidade, como as fragilidades a nível monetário repercutindo-se na escassez de apoio no setor em geral; as mesmas deviam apostar numa maior divulgação de informação sobre o próprio trabalho, a missão, os objetivos à própria sociedade como forma de dar a conhecer o seu trabalho; apesar de nos estatutos serem declaradas como independentes, o certo, é que é clara uma forte dependência, que se manifesta numa diminuição ou de uma maior controlo do Estado sobre a sua atuação, sendo necessária a procurar de novas fontes de financiamento, com o intuito de amenizar esta sujeição.

A crise financeira internacional, foi outro dos fatores de peso que veio agravar a situação, ou seja, com a manifestação da crise e com redução do caudal de financiamento de origem estatal, as ONGD sentiram uma forte pressão na pesquisa de novas e potenciais soluções que lhes servisse de suporte para continuar no ativo.

Assim, o financiamento é um fator predominante para estas organizações, por duas razões, primeiro porque é através deste financiamento que são implementados os projetos e por outro, porque são uma peça fundamental com o intuito de garantir a atuação e sobrevivência das mesmas.

Mediante este cenário, a principal aposta, passa pela procura de financiamento a uma escala mais internacional ou então no financiamento interno, pois estas organizações não apresentariam tantas dificuldades ou obstáculos em realizar os seus objetivos e/ou projetos, pois a forte dependência constitui-se como um forte entrave na prossecução dos vários objetivos advindos das organizações.

O financiamento das ONGD divide-se em duas categorias: o financiamento externo, proveniente do Estado, de doações de instituições/individuais e por último, as receitas próprias; e o financiamento interno

que com menos peso, deriva em parte das quotizações, as prestações de serviço e também, a venda de produtos/ materiais da organização.

Neste sentido, o volume de financiamento tem diminuído e por conseguinte, as ONGD sentem-se na urgência de por um lado, alargar o seu campo de atuação para obter o financiamento e por outro, procurar outras linhas de financiamento, por exemplo, a nível internacional, que em contrapartida requer um maior dispêndio de horas de trabalho dedicados à procura e construção das candidaturas.

A conjuntura apesar das razões referidas anteriormente, faz-se acompanhar de outras consequências também nefastas para estas organizações, como algumas cessarem funções, porque já não tem possibilidade de garantir funções devido à escassez de apoios; um maior número de horas, dedicados à angariação de novas linhas de financiamento, sendo aparente a presença de alguma desigualdade entre organizações, numa lógica em que apesar de todas dedicarem tempo em relação à formação da candidatura, nem todas são aprovadas. Neste setor, esses desequilíbrios estão bastante vincados, pois a escassez de dinheiro que apoia estas organizações é cada vez mais reduzida, o que traz como consequência a não distribuição de apoios por todas.

Como forma de atenuar essas fraquezas permanentes, algumas das soluções passa pela criação de parcerias entre organizações, como forma de haver uma maior delegação de tarefas, visto que com a junção de organizações, há um aumento dos recursos humanos a trabalhar para o mesmo objetivo; depois uma aposta, tal como tem sido referido, mais a nível externo em termos de apoios como forma de os diversificar e atenuar a dependência face ao Estado e apostar numa maior e constante divulgação do trabalho destas organizações não só a nível nacional, mas também internacional, com a intenção de captar o interesse de financiadores externos.

Este relatório de estágio contempla três capítulos. O capítulo I, tem como principal fim apresentar a literatura que existe e que foi compilada neste estudo sobre as ONGD, o seu surgimento, o financiamento das mesmas e de como é que a crise financeira internacional vem afetar o seu pleno funcionamento. Tal como referido e apresentado o modelo de relatório de estágio, o capítulo II é dedicado à organização escolhida para a sua realização, a Fundação Fé e Cooperação. Neste capítulo está presente numa forma breve e sucinta, os princípios, os valores e a missão pela qual se rege. Para terminar, o capítulo III apresenta as principais conclusões auferidas através das entrevistas e da análise documental aos relatórios de atividades da organização.

Questão de Investigação

Este estudo tem como principal propósito responder à seguinte questão de investigação:

Q.I: Qual o impacto da crise no financiamento das ONGD?

O objetivo central é apurar o modo como a conjuntura atual afeta as organizações não-governamentais de desenvolvimento, levando assim a uma procura, cada vez maior e frequente de financiamento. Essa procura reflete-se a nível internacional como também uma maior apostas em outras modalidades, em termos de financiamento interno.

A conjuntura atual, acarretou consequências negativas, repercutindo-se na diminuição do financiamento por parte do Estado, em relação às organizações não-governamentais para o desenvolvimento. Ao ser visível essa diminuição, é importante realçar e identificar outras alternativas para obtenção do financiamento e aferir se este tipo de organizações tem alargado ou não o seu campo de atuação, para obter o alcance desses apoios.

Ao longo deste estudo, foi importante estabelecer dois períodos temporais, 2002-2007 e 2008-2014, como forma de estabelecer um ponto de comparação e ver em que período é que foram mais visíveis as consequências nefastas da crise, se é que houve, no caso em concreto da FEC.

Após ter adotado a modalidade de estágio, o meu enfoque será na organização escolhida para a realização do mesmo. Para além de fazer uma avaliação à organização em causa, foi possível através da metodologia utilizada, recolher alguma informação que pode ajudar a construir ou a apresentar um cenário mais amplo.

Capítulo I. Enquadramento Teórico

Este projeto de investigação, aborda essencialmente as ONGD, mas neste contexto, eu reconheci que seria também necessário fazer referência a outro conceito igualmente afamado, as ONG. No entanto, ao longo da literatura são visíveis duas realidades: uma em que ambos os conceitos são apresentados como tendo o mesmo significado, enquanto noutras situações os mesmos são abordados de forma distinta. Na maior parte, os autores empregam o termo de ONG como se fosse significado de ONGD, e isso é visível na literatura que apesar de abordarem a questão das ONGD, empregam sempre o termo ONG.

Desta forma, e após ter referido esta constante confusão, eu espero que neste projeto de investigação tenha feito de forma clara e esclarecedora esta distinção.

ONG

A ocorrência da II Guerra Mundial sobre a Europa, foi um fator determinante na medida em que fomentou o aparecimento e proliferação das designadas Organizações Não Governamentais (ONG), com o objetivo de contestar e resolver todas as necessidades e fragilidades sociais. Neste seguimento, o seu fim passa pela superação das dificuldades, tentativa que foi bem-sucedida na qual, todo o seu trabalho tem sido reconhecido e, ao mesmo tempo, alvo de inúmeros estudos, possibilitando um maior entendimento sobre esta temática.

Torna-se um conceito que aparentemente é fácil de descrever, no entanto, segundo a literatura, diversas são as definições, não existindo desta forma, uma descrição universal.

É possível reunir um conjunto de aspetos em comum, como por exemplo, serem formadas por um grupo de indivíduos, serem organizações que não distribuem lucro, daí se designarem como organizações sem fins lucrativos atuando em diversas áreas, tentando alcançar sempre os seus objetivos.

Desta forma, podemos definir ONG, como uma organização constituída por um “grupo de indivíduos” (Chanovitz 1997 in Gemmill & Bamidele-Izu 2002:2) dispostos a abraçar determinados objetivos, tendo como principais áreas de atuação (no entanto existam outras áreas) a Cooperação para o Desenvolvimento, Ajuda Humanitária e de Emergência e a Educação para o Desenvolvimento. O campo de atuação, das ONG portuguesas realiza-se sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, onde são mais aparentes as debilidades, o que não significa que não atuem em Portugal. Apresentam como principais objetivos, a redução das desigualdades a nível social e económico, possibilitando um acesso igualitário e equitativo. É de realçar, que por exemplo, as organizações não-governamentais, apesar de ostentarem de igual forma um conjunto de valores, objetivos e princípios a seguir, segundo o autor (Ribeiro 1995:5) são distintas quanto ao seu aparecimento, quanto às próprias técnicas e forma de resolver o problema, quanto aos apoios que lhe são concebidos e por último, quanto às zonas de intervenção. Resumidamente, lutam para a formação de um mundo melhor e justo, em que o sentimento predominante é o da reciprocidade, ou seja, ajuda mútua entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

Diversos são os motivos que levaram à criação das mesmas, como “os refugiados e a paz na Europa”(Ribeiro 1995:29), com o fim da guerra, apesar de os destroços serem visíveis e de ser necessário haver uma reconstrução geral, foi também importante criar uma onda de solidariedade com a intenção de auxiliar toda a população afetada; “a descolonização e o alargamento da ação das ONG para o Sul” (Ribeiro 1995:31), o processo de descolonização realizado nos designados países em desenvolvimento, levou a que fosse necessário a intervenção deste tipo de organizações, isto porque, são claras as

dificuldades a nível económico, social e as desigualdades a nível de recursos comparativamente com os países desenvolvidos. A finalidade é demonstrar esta realidade e sensibilizar a sociedade destes problemas; o “modelo de desenvolvimento dos países do Norte” (Ribeiro 1995:33), a necessidade de combater as diferenças existentes entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos é cada vez mais alvo de discussão. A intenção passará por uma tentativa de promover a união entre estes países (do Norte e do Sul); “a ação social das Igrejas” (Ribeiro 1995:33), em que atuação da mesma nos países em desenvolvimento tornou-se cada vez mais ativo, devido às adversidades presentes nesses países; “direitos humanos” (Ribeiro 1995:35), este aspeto tal como os outros, vem ilustrar o papel que estas organizações desempenham, sendo que neste em concreto, são as defensoras e promotoras dos direitos e liberdades de todos os cidadãos.

Neste sentido, as ONG apresentam um conjunto de características que as ajudam a diferenciar das restantes como por exemplo, as ONG do norte possuem uma percentagem de 12 % no que diz respeito à assistência para o desenvolvimento(Clark 1991 in Clark 1995:594); ostentam uma capacidade brutal de ajudar as populações com mais carências, sobretudo em zonas com um acesso limitado; possuem uma capacidade de inovação e experimentação bastante significativa e são portadoras de um elevado grau de representatividade bom como de participação (Bratton, 1988;1990 in Clark 1995:595).

O quadro que se segue permite-nos identificar qual o período em que se verificou uma maior percentagem de criação de ONGD em Portugal. Destaca-se o período decorrente entre 1986 e 1999 com 62,8 % seguido do período entre 1974 e 1985, com 23,3 %. O aumento da percentagem de ONGD pode ser explicada pelo facto de a Revolução do 25 de Abril de 1974, abrir portas à formação de mais organizações de cariz humanitário e também do derrube de um regime não democrático.

Quadro 1: ONGD portuguesas por datas de fundação

Escalões	%
Anterior a 1974	14,0
Entre 1974 e 1985	23,3
Entre 1986 e 1999	62,8
Entre 2000 e 2003	0
Total	100

Fonte: Plataforma das ONGD portuguesas 2003 in Sangreman et al. (2010:218)

Estas organizações, desempenham essencialmente três papéis (Universidade Complutense de Madrid in Sangreman & Santos 2012:10):

- “Papel Instrumental”, ligado à concessão de serviços e bens de forma a responder às fragilidades das populações com quem laboram;
- “Papel de Transformação Estrutural”, como o próprio nome indica, recorre-se a uma mudança/alteração ou até mesmo, à procura de novas medidas a nível político, económico e social. Paralelamente é importante enternecer as pessoas para possíveis alterações que possam vir a ocorrer;
- “Papel de Desenvolvimento do Capital Social”, promoção do contato e da relação entre indivíduos, organizações e as comunidades, a nível local, nacional e internacional;

Assumem diferentes formas (Franco et al. 2005:8-9):

- “Associações”: são fundadas no ramo do Direito Privado, podendo adotar a forma de associações de bombeiros voluntários, de consumidores, de estudantes, de mulheres, juvenis, imigrantes, ativistas ambientais e deficientes;
- “Fundações”: são organizações de cariz lucrativo, de pequena duração em Portugal, sendo que das 350 fundações registadas em Portugal, cerca de 100 continuam em funções;
- “Instituições de Desenvolvimento Local”: atuam essencialmente nos meios rurais. O seu estatuto legal diversifica-se e pode abranger as entidades a nível do setor público, privado e do setor cooperativo;
- “Misericórdias”: são caracterizadas por uma forte união com a Igreja, sendo consideradas como as organizações com mais durabilidade no caso português;
- “Museus”: A legislação confere-lhe o estatuto de organizações sem fins lucrativos, sendo maioritariamente “instituições públicas”;
- “Associações Mutualistas”: pertencem ao ramo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em que a sua principal finalidade é atribuir vantagens ou até certas “regalias” às famílias;
- “Corporativas”: este tipo de organizações, com a autorização prévia, podem gerar lucro, no entanto existem dois tipos, em que estão proibidos por lei, de não obter qualquer tipo de lucro, como, as “cooperativas de solidariedade social e as cooperativas de habitação e construção”;

Todas estas organizações, são parte integrante das ONG, no entanto, todas são distintas a nível dos fins a atingir, da população-alvo e do seu campo de atuação.

Em 2007, na “Toronto Declaration of NGO Core Values”(Sangreman et al. 2009:n.d) destacam-se 12 valores que especificam e salientam a integridade das ONG:

1. Service beyond self (servir os outros);
2. Respect for human rights (respeito pelos direitos humanos);
3. Maintain a vision (manter uma visão daquilo que o mundo deveria ser);

4. Responsibility (responsabilidade);
5. Cooperation beyond borders (manter-se estritamente dentro dos valores);
6. Public mindedness (ter um comportamento de quem gasta fundos públicos);
7. Accountability(prestart contas públicas);
8. Truthfulness (combater a corrupção, subornos e outras práticas similares);
9. Transparency (ser em todos os atos transparentes na informação);
10. Nonprofit integrity (manter a ausência de lucro como objetivo);
11. Comprehensive viewpoint (ter uma visão global da sociedade e do mundo);
12. Voluntarism (o voluntarismo mantem-se como uma das características distintivas);

Para terminar J.Clark e M. Padron in Ribeiro (1995:54-55) apresentam um conjunto de diferentes tipos de ONG (em que o campo de atuação é maioritariamente nos países do Sul, mas as tarefas são distintas):

- “Organizações de Ajuda Humanitária”, possuem um cariz religioso muito vincado;
- “Organizações de Inovação Técnica”, em que o objetivo das organizações é introduzirem um conjunto de técnicas, métodos, de forma a melhorar os projetos que em curso;
- “Sub-Contratadores dos Serviços Públicos”, estas organizações tem origem nos países desenvolvidos, com o intuito de criarem elementos que possam integrar os projetos decorrentes nos países em desenvolvimento. É muito semelhante à anterior, na medida em que há sempre a introdução de algum instrumento que possibilite a melhoria do programa;
- “Agências de Desenvolvimento Popular”, pretende-se consolidar a ligação entre as organizações dos dois polos, o Norte e o Sul, de forma a atuar em ramos como “desenvolvimento social e a democracia de base”;

Contexto Histórico ONGD

O aparecimento das ONGD, Ribeiro (1995:132) pode ser explicado através de fatores como a forte união com a Igreja, por ser um país que se preocupa com as questões da humanidade; por ser visível um maior envolvimento da sociedade nestas questões; “o movimento anticolonial” durante a ditadura é por último, em menor grau, o poder exercido pelos partidos Ribeiro (1995:132).

No caso português surgiram depois da Revolução do 25 de Abril de 1974. No mesmo ano, foi criado o designado Centro de Documentação Amílcar Cabral¹ nome que assumiu o Centro de Informação e Documentação Anti-colonial (CIDAC), clandestino no período anterior à revolução de Abril, e que tinha como principal objetivo a informação à população sobre a descolonização (Ribeiro 1995:131-132).

No entanto, antes da Revolução de 1974, o autor Ribeiro (1995:72) identifica a presença de três organizações sem fins lucrativos:

- Sociedade da Cruz Vermelha;
- Cáritas Portuguesa;
- Fundação Calouste Gulbenkian;

Segundo Santos et al. 1993 in Ribeiro & Marques (2002:136), no período de 1990 e 1999, Portugal em relação a outros países da Europa, manifestou um grau reduzido de organizações de cariz social. No entanto, como referem os mesmos autores Ribeiro & Marques (2002:136), no caso português, com exceção de dois tipos de organizações, em que foi visível uma variante positiva de 0.5 para 0.6 num espaço de nove anos “nos movimentos para a paz” e nas “organizações de cooperação para o desenvolvimento”, onde a variação foi mais expressiva, passando de 0.6 para 0.8, no período de 1990 a 1999.

Ao longo deste trabalho foi possível apresentar uma pequena parcela do que são as ONGD, nomeadamente, quais as áreas de atuação, os seus valores, objetivos e princípios. No entanto, é também importante identificar quais as suas limitações ou dificuldades e ao mesmo tempo destacar quais os reptos que se propõem a realizar futuramente para promover um bom funcionamento e quiçá sobrevivência destas organizações.

Alguns exemplos de problemas que as ONGD têm de enfrentar, passam pela escassez de apoios a nível monetário, na tentativa de colocar em prática mais programas na área da Educação para o Desenvolvimento; a ausência e limitação do principal financiador, o Estado; a urgência na conquista do parecer da sociedade sobre a forma de funcionamento das ONGD e por último, a presença de um grande obstáculo por parte do setor do Estado em criar uma parceria com estas organizações (Afonso & Fernandes 2005:131).

No entanto, segundo Campbell (n.d:3), as ONGD apresentam alguns pontos negativos, como apresentarem uma reduzida capacidade de pesquisa; inexistência de alguma ligação com organizações

¹ Ao longo dos seus quase 40 anos de vida, o CIDAC alterou duas vezes a sua designação inicial – de Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial passou, em janeiro de 1977, a chamar-se Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral e, a partir de fevereiro de 2004, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

que pertençam ao mesmo ramo; os seus efeitos são pequenos e localizáveis; ainda é fraca a presença de representatividade e de alguns mecanismos relativo à prestação de contas e por último, apresenta uma baixa ligação com a arena política.

ONGD

Tal como as ONG, as Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) são conceitos em que é aparente a presença de múltiplas definições contudo, são de identificar alguns pontos comuns, como serem parte integrante da sociedade civil e apesar de serem dotadas de um estatuto de organizações independentes, o seu principal financiador é o Estado.

Desta forma, as ONGD apresentam-se como um subgrupo das ONG, que sustentam em si um conjunto de princípios, valores e também objetivos. São organizações formadas por um grupo de indivíduos na qual o lucro não entra como prioridade.

Para ACEP & Outros (2010:102) e Franco et al. (2005:9) é de acrescentar outra característica comum, a origem dos projetos que tendencialmente são de natureza distintas, desde a “social, cultural, ambiental e cívico”.

Segundo o Glossário da Cooperação do Instituto Camões², estas organizações atuam sobretudo em três áreas de atuação, a Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária. Incluem duas categorias: as ONGD nacionais e as internacionais.

Quanto à Cooperação para o Desenvolvimento, mediante a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014:9) não existe uma descrição unanime quanto à sua área, não detendo desta forma, de uma definição que se enquadre em todos os âmbitos, sendo visíveis as imensas tentativas de definição. Tornou-se alvo de estudos desde o término da II Guerra Mundial. Mas afinal qual é a verdadeira finalidade da Cooperação para o Desenvolvimento? É uma área que tem como objetivo atuar nos países em desenvolvimento, que na mesma linha, evidenciam sinais de fraquezas. Desta forma, a sua intervenção é importante porque pretende colmatar essas dificuldades, auxiliando ao mesmo tempo quem tem as necessidades, proporcionando um nível de vida estável e básico. Como o próprio nome indica, é a união entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, de forma a serem derrubadas as fraquezas presentes nos países do Sul.

² Informação obtida no Glossário da Cooperação no Instituto Camões disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacao>

A evolução deste conceito pode ser explicada através de várias etapas decorrentes a nível mundial, que serviram para retratar a evolução que a Cooperação teve em termos globais. Com o término da II Guerra Mundial, surgiam duas questões centrais a evitar, como a formação de outro conflito de escala mundial bem como o desvio da formação de outra crise financeira, fomentando a ligação entre os vários Estados Membros (Afonso & Fernandes 2005:24). As mesmas autoras realçam a importância que o plano Marshall tem na medida em que promoveu o contacto entre um “Estado soberano e independente e um conjunto de Estados soberanos” (Afonso & Fernandes 2005:24) que em parceria com o Banco Mundial contribuíram fortemente para reedificação da Europa. Entretanto surgiram outras organizações como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), criada em 1948 pelos países que beneficiam do plano Marshall, na qual mais tarde em 1961, se passou a designar-se como Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e mais tarde surgiu o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). Mais tarde, surge a ONU (Organização das nações Unidas), que tinha como principal fim a garantir a paz, no entanto passou a intervir noutros domínios, como por exemplo a nível da filantropia, a nível social e financeiro. Passando a intervir noutras temáticas que afetam a sociedade como o analfabetismo, a miséria, a escassez de alimentos, dando origem a organizações como a UNESCO, OMS, FAO e PNUD (Afonso & Fernandes 2005:24).

Toda a “esperança” depositada nas décadas anteriores, foi decaindo e as lacunas do “two-gap model” foram claras em detrimento da ligação entre a “ajuda/poupança e a correlação entre a Ajuda e crescimento” (Afonso & Fernandes 2005:26) começando a aparentar algumas fragilidades. Nesta década são também visíveis as atenções dadas a determinadas problemáticas como o desenvolvimento, o ambiente, a sociedade em si, a pobreza a inserção da mulher na questão do desenvolvimento e para terminar, uma maior preocupação com a progressão das áreas rurais, como a prática agrícola e a importância que a mesma tem para a sociedade. É também perceptível uma maior atenção dada às designadas antigas colónias que após a I Guerra Mundial, desencadeando uma onda de independência sobre esses países, que são reconhecidos como países em desenvolvimento. Os mesmos possuem características muito vincadas, como a extrema pobreza, a ausência de desenvolvimento, elevados níveis de alfabetização, miséria extrema, entre outros (Afonso & Fernandes 2005:27).

Quanto aos anos 80, esta década acaba por ser considerada como a década que em nada contribui para o desenvolvimento, sendo visível a presença ainda da pobreza, da miséria, baixo crescimento nos países em desenvolvimento (Afonso & Fernandes 2005:30-31). Pois a crise levou a uma diminuição da atenção dada a problemas como a pobreza e o crescimento a nível das áreas rurais, dando prioridade ao desenvolvimento dos países do Sul, onde toda a Ajuda é proveniente do mercado. O papel da Ajuda deixa

de ser “o “motor” e passa a ser vista como apenas um elemento que pode contribuir para o desenvolvimento” (Afonso & Fernandes 2005:30-31).

Relativo aos anos 90, ainda se torna delicado fazer um balanço sobre a Ajuda e a questão do desenvolvimento, isto devido à mesma ser recente. Nesta década a “estabilidade e o ajustamento” (Afonso & Fernandes 2005:31) continua a ser a principal prioridade. O término da Guerra Fria, levou a algumas alterações no que diz respeito à Ajuda, isto porque os países de Leste inverteram o seu papel relativo à Ajuda, ou seja, deixaram de desempenhar o seu papel de doadores, na medida em que contribuía para Ajuda, passando necessitar de receber a ajuda proveniente da mesma (recetores) (Afonso & Fernandes 2005:31). A Guerra Fria trouxe consigo outras consequências, como por exemplo, a quebra da participação de membros do CAD em detrimento da Ajuda, devido às “rivalidades” existentes com os países do Leste, com isto os países em desenvolvimento foram os que mais saíram prejudicados a nível dos “recursos e mercado” (Afonso & Fernandes 2005:31). Ao mesmo tempo, fomentou o aparecimento de violência a nível étnico, religioso como certas inquietações a nível da segurança internacional. Com a ascensão da insegurança e de algumas desgraças originadas pelo ser humano, sendo imperativo a identificação de algumas soluções como evitar a formação de conflitos e também apostar em alguma restituição na fase do pós-conflito (Afonso & Fernandes 2005:32).

Com o desenvolvimento do conceito de globalização fez com que certas preocupações como o evitar da exclusão dos países em desenvolvimento, preocupações em termos de financiamento, a qualidade e eficiência da Ajuda, forma temas que marcaram o período respeitante à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Na mesma linha, salientaram-se outras preocupações como por exemplo, o combate da exclusão, da pobreza, primazia pelos Direitos Humanos, bem como a tentativa de alcançar as metas delimitados n o que concerne aos Objetivos do Milénio (Faria 2012:3).

A mesma autora, ilustra um conjunto significativo de conferências, encontros e declarações que ajudaram a que se edificassem documentos com elevada importância, como a Declaração do Milénio em 2000, o consenso de Monterrey em 2003 e também o consenso europeu em 2005.

A crise económica também afetou a área respeitante à Cooperação, em que no caso português no ano de 2011 verificou-se uma diminuição de 3 % do valor de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Esta conjuntura veio de fato comprometer a realização de vários programas, objetivos, prioridades e compromissos (Faria 2012:6).

A Ajuda Humanitária e de Emergência, como o próprio nome indica atua em situações de desastres (como por exemplo, sismos, terremotos) que advém da própria natureza ou então, por acidentes incitados pelo próprio indivíduo (guerras, confrontos). Nestas circunstâncias, o papel das ONGD será de proporcionar todo o tipo de cuidados aos grupos mais afetados, nas condições acima referidas e também atenuar a dor, preservando acima de tudo, o respeito e dignidade de cada um (Plataforma Portuguesa das ONGD 2014:14).

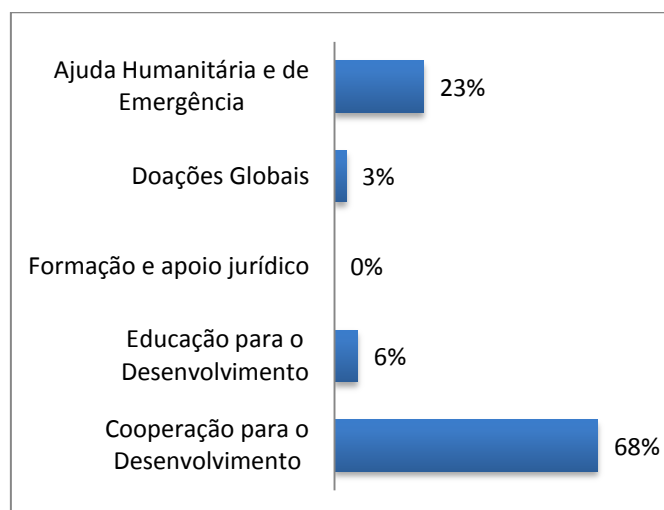
Os princípios pela qual se rege esta área são: a “Humanidade” em que a intenção é evitar a perda de vidas humanas e na mesma linha, proporcionar menos mágoa à população afetada; “Imparcialidade” em que a sua atuação realiza-se em zonas onde é mais visível as debilidades sem excluir qualquer indivíduo; “Neutralidade” sendo necessário que a organização não tome partido por nenhuma das partes em conflito e para terminar, a “Independência” toda a ajuda proveniente da organização em nada se relaciona com outro tipo de fins, sejam eles por exemplo de cariz político e monetário (Freitas 2012:17).

Referente à Educação para o Desenvolvimento, o seu surgimento consoante a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014:11) liga-se com o processo de independência das colónias, com o fecho da II Guerra Mundial e também com a ascensão das “campanhas humanitárias”. Não se distancia dos ideais defendidos pelas restantes áreas, a da Cooperação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária. A população alvo são os países em desenvolvimento, tendo como intenção, proporcionar uma ligação entre as várias sociedades, expondo todos os problemas de forma a sensibiliza-las, fomentando a defesa das suas liberdades e também a coesão entre todos. Isto para que o progresso seja acompanhado da mesma forma e não haja a exclusão nem inferiorização de qualquer grupo ou indivíduo.

No seu estatuto (Lei nº66/98 de 14 de Outubro), está presente outra vertente, a da defesa e preservação dos direitos humanos. Para a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014:37) este aspeto, aposta na mobilização de indivíduos, que de forma espontânea, cooperem para a formação de um planeta mais honesto e igualitário.

Ilustradas as principais áreas de atuação das ONGD, o gráfico que se segue ajuda-nos a perceber qual é o verdadeiro peso de cada uma das áreas referidas anteriormente.

Gráfico 1: Áreas de Intervenção das ONGD



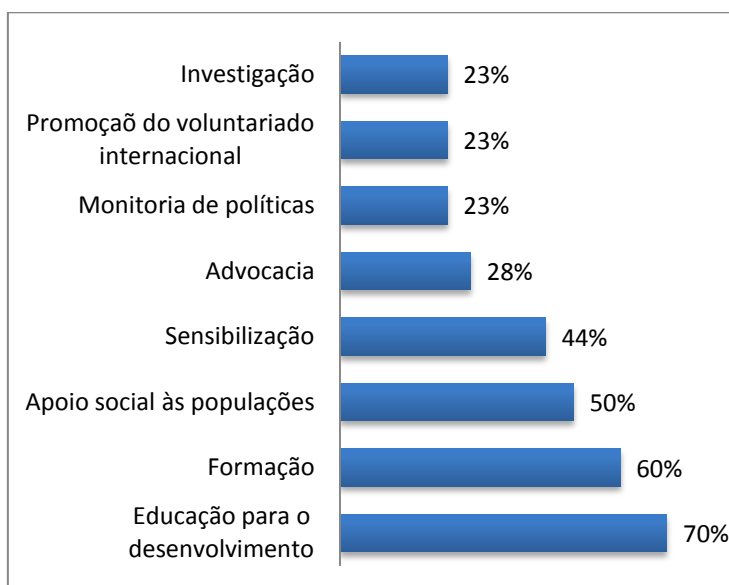
Fonte: Adaptado da Plataforma das ONGD 2001 in Afonso & Fernandes (2005:126)

Este gráfico, permite nos verificar que a área de intervenção, Cooperação para o Desenvolvimento é a que apresenta maior percentagem, mais concretamente 68%, traduzindo-se num maior número de atividades produzidas. Segue-se a Ajuda Humanitária com 23 % e a Educação para o Desenvolvimento com 6%.

Contudo deve ser referido, estes dados são respeitantes a 2005, ou seja, antes da chegada da crise. No entanto, o gráfico que se segue apresenta uma realidade distinta, em que os dados remetem para 2013, através de um inquérito realizado pelo Grupo Aid Watch posto em prática no primeiro semestre de 2011. O inquérito teve como amostra os 69 membros constituintes da Plataforma na altura, da qual se obtiveram resposta de 44 organizações (Proença 2013:30).

O gráfico refere as áreas de trabalho predominantes em Portugal. A área que obtém a maior fatia, corresponde à Educação para o Desenvolvimento (70%); seguido da formação (60%); o apoio social às populações (50%); sensibilização (44%); e depois a mesma percentagem (23 %) para duas áreas distintas, a advocacia e a monitoria de políticas.

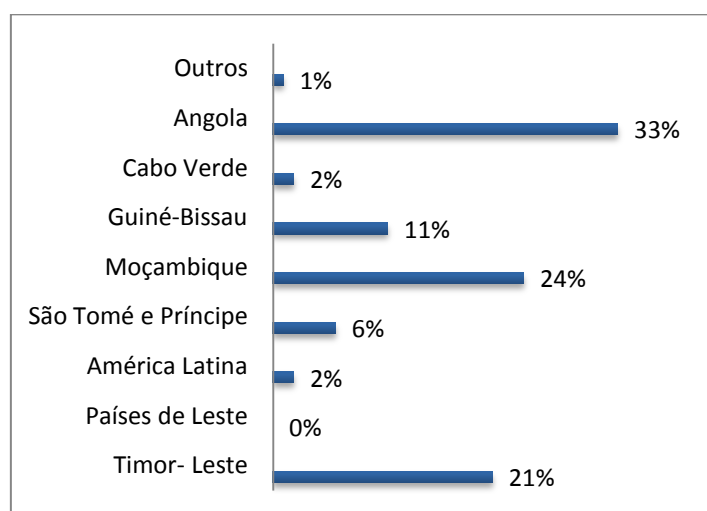
Gráfico2: Áreas de Intervenção das ONGD



Fonte: Construção própria com base em Proença (2013:30-31)

A atuação a nível internacional, detém dos seguintes resultados: educação com 77%; igualdade de género com 59 %; saúde com 56%; formação e reforço das capacidades com 46 %; Segurança Alimentar e Desenvolvimento ambos com 38% e Boa Governação e Participação Comunitária com 36%. Foi também possível apurar que somente três organizações apresentam a gestão/prevenção dos conflitos e outras três intercede em áreas como o Ambiente e Alterações Climáticas (Proença 2013:31).

Gráfico 3: Áreas Geográficas de Intervenção das ONGD Portuguesas



Fonte: Adaptado da Plataforma das ONGD 2001 in Afonso & Fernandes (2005:126)

Neste gráfico, estão presentes os países que são alvos da assistência/ atuação das ONGD.

Desta forma, é possível retirar que a Angola, é o país em que incide, uma maior atuação por parte das ONGD, com uma percentagem de 33%, seguido de Moçambique com 24 % e também Timor Leste com 21 %. Como é possível observar no mesmo, existe mais países onde as ONGD atuam, no entanto, essa intervenção ainda é reduzida. A grande parte da atuação incide essencialmente nos PALOP, mas também é visível, ainda que reduzida (com 2%), uma intervenção nos países pertencentes à América Latina.

Para além das três áreas referidas anteriormente, são passíveis de acrescentar outras áreas, que estão presentes na Lei nº66/98 como “ensino, educação e cultura; assistência científica e técnica; saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar; emprego e formação profissional; proteção e defesa do meio ambiente; integração social e comunitária; desenvolvimento rural e reforço da sociedade civil”.

Fatores como a proximidade e a forma como atuam em áreas específicas ou até em setores com determinadas debilidades, faz com que ajude a diminuir problemas como a pobreza, em que ao mesmo tempo, se torna um elemento diferenciador comparativamente com outros agentes que atuam na mesma linha; apresenta um lado mais humanitário, que pode ajudar no aumento dos níveis de participação a nível dos apoiados, possuindo maiores níveis de sustentabilidade; sustentam uma estrutura maleável e são criativas. Estas características permitem que as ONGD se ajustem a qualquer tipo de problema, com o intuito de moldar todo o sistema tendo em atenção o problema em causa; apresentam grandes aptidões no que concerne à formação de pontos de contato com outros agentes; possuem uma capacidade resposta muito mais rápida e eficaz do que qualquer outro agente na mesma área; no entanto, podem estar mais vulneráveis à exposição de problemas como a corrupção e outras práticas ilícitas (Aristizábal et al. 2010:110).

Segundo a Lei nº 66/98 as organizações não-governamentais são “pessoas coletivas de direito privado, com sede em Portugal”, sem intenção de gerar qualquer lucro.

As ONGD sustentam como principais objetivos, a aplicabilidade de projetos nos países designados de “terceiro mundo” de forma a colmatar as desigualdades cada vez mais prementes, com o intuito de promover uma ligação estável entre estes países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, sendo que a nível político também é essencial essa união. Outra das finalidades passa pelo enternecimento desta problemática à própria sociedade. É importante dotar a sociedade de informação sobre estes problemas e

da necessidade urgente de estabelecer uma vez mais laços de união entre elas Afonso & Fernandes (2005:61).

Qualquer empresa ou organização sustentam em si um conjunto de valores que são essenciais para um bom e eficaz funcionamento. Desta forma, as ONGD são um exemplo vivo de que a presença e delimitação dos valores é crucial para que sejam atingidas as metas. Alguns dos princípios e valores defendidos pelas ONGD e como apresentam Afonso & Fernandes (2005:63) passam por exemplo, pelo colocar em prática projetos que sejam financiados, que se promova fim às desigualdades a nível social e sobretudo económico, divulgação de pacotes de informação de forma a tocar os países desenvolvidos com o cenário apresentado, auxiliar o conjunto de indivíduos que vivem com mais precaridades e por último, todas as ONGD devem ter como base um aspeto muito importante, a transparência.

Segundo o Código de conduta das ONGD que pertencem à Coordenadora Estatal das ONGD em Espanha³ os pontos que se seguem são essenciais para reconhecer uma ONGD, como:

1. Organização estável com um grau mínimo de estrutura, que dispõe de personalidade jurídica e capacidade legal;
2. Não possui lucro. Todas as receitas obtidas devem em último lugar, ser destinados ao funcionamento da própria organização;
3. Trabalham ativamente no campo da cooperação para o desenvolvimento e a solidariedade internacional, através de várias estratégias;
4. Possui uma vontade de mudança e transformação social com perspetiva crítica, para conseguir uma relação Norte-sul mais justas e equitativas que promovam a igualdade das mulheres e homens como parte inerente e indispensável no processo de desenvolvimento;
5. Possui apoio e presença social: apoia-se na sociedade e tem uma presença ativa no meio dela;
6. Tem independência e autonomia institucional e decisiva a respeito a qualquer instância governamental, intergovernamental ou qualquer outra longe da organização;
7. Possui recursos, tanto humanos como económicos, de diferente natureza;
8. Atua com mecanismos transparentes e participativos de eleição ou nomeação dos seus, promovendo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
9. É transparente na sua política, nas suas práticas e pressupostos;
10. Entre os seus principais objetivos das ONGD do Norte inclui a cooperação para o desenvolvimento, a luta contra as desigualdades e a pobreza e a luta contra a pobreza e as suas causas. Ademais, exige que a sua prática seja coerente e consequente com este fim;

Estas organizações têm como base objetivos como (Sangreman et al. 2009:n.d):

³ In Aristizábal et al. (2010:94-95)

- 1.Promover modelos de desenvolvimento sustentado e integrado no estrito respeito pelos direitos Humanos;
- 2.Acompanhar e influenciar a conceção, a execução e a avaliação das políticas de desenvolvimento e de Cooperação a nível nacional e internacional;
- 3.Propor, incentivar e defender medidas económicas, ambientais, comerciais e financeiras que respeitem os interesses das populações dos países do Sul e Norte;
- 4.Sensibilizar a opinião pública, os decisores e os governos para a urgência de promover um desenvolvimento equitativo e participativo, aos níveis local, nacional, regional e mundial;
- 5.Facilitar a reflexão e o debate das ONGD sobre as áreas temáticas, geográficas e técnicas no âmbito do Desenvolvimento e da Cooperação, bem como desenvolver ações de formação;
- 6.Contribuir para o desenvolvimento institucional e para o reforço da capacidade de intervenção, assim como para o reconhecimento do direito de participação, do setor não-governamental e da sociedade civil dos países do Norte e do Sul;
- 7.Desenvolver todos os esforço no sentido de aumentar o grau de representatividade do movimento das ONGD, como parte ativa da sociedade civil;
- 8.Promover as culturas dos países do Sul e do Norte e incentivar o seu intercâmbio;

Estabelecendo um ponto de ligação com as principais características que são essenciais para identificação de uma ONGD e os seus principais objetivos, conseguimos evidenciar alguns pontos em comum, tal como a preservação/defesa dos direitos humanos e a não discriminação de género.

Neste seguimento, identifica-se a presença de quatro valores que as ONGD valorizam, como “a Justiça Social, equidade e respeito pelos Direitos Humanos, participação das populações para as quais trabalham, o envolvimento da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento e por último, serviço aos parceiros do Sul”, tentando nunca ver satisfeitos os seus interesses, mas sempre as necessidades da outra parte (Sangreman et al. 2010:223).

Relação Estado/ONGD

Outro ponto importante de se abordar, passa pela apresentação da relação que existe, ou melhor, que se estabelece, entre o Estado e as ONGD. O Estado é o principal financiador deste tipo de organizações, no entanto esta relação já teve dias melhores, isto porque também com a conjuntura atual, o Estado passou a desempenhar um papel de financiador ausente.

Esta ideia também é reforçada por Oliveira & ACEP (2013b), em que de fato o Estado apesar de ser o financiador central para as ONGD, este panorama tem vindo a decair, sendo visível a diminuição dos apoios por parte do mesmo. Os mesmos autores, salientam que este cenário teve o seu auge no ano de 2013, isto porque foi notória a não estabilidade na direção em termos político da Cooperação Portuguesa. Isto devido à participação de três dirigentes na qual as personalidades e perspetivas eram divergentes em relação à função que o conjunto de organizações integrantes da sociedade civil tem na Cooperação Portuguesa.

Neste sentido, é urgente definir ou melhor, tentar alcançar outras alternativas em termos de financiamento como forma de garantir, a sobrevivência e a implementação dos projetos das ONGD, de forma a reduzir essa dependência face ao Estado (Amador 2013:8).

Tendo em atenção a diminuição desta forma de financiamento, proveniente do Estado e na mesma linha, a extrema dependência deste financiador, Esta ligação frágil entre o Estado e as ONGD, apresentou algumas melhoras, com o 25 de Abril que levou à queda do regime autoritário que vigorava até então e tornava estreita a relação entre estes dois setores. No entanto estas melhoras não foram totalmente eficazes, isso porque ainda são perceptíveis as dificuldades em conseguir um bom entendimento entre as partes (Franco et al. 2005:30).

A relação entre as ONG e o Estado, pode derivar de três tipos de relacionamento, na qual a primeira forma, retrata a forte dependência relativo ao Estado, onde a ONG tem como função colocar em ação projetos, acabando por receber apoio do Estado, que pode surgir em forma de “dependency of money, ideias and resources” (Tandon 1991 in Clark:1995:53); relativo ao segundo tipo de relacionamento, não há qualquer acordo entre os dois polos (ONG e o Estado) e para terminar, este tipo de relacionamento acaba por ser, a mais “construtiva”, surgindo nas democracias liberais gerando uma espécie de colaboração, apostando numa parceria que engloba estes dois setores que tentam solucionar problemas, em questões onde predomina o desacordo (Tandon 1991 in Clark,1995:52).

Neste sentido esta ligação, é difícil de consolidar isto porque ambas as partes pertencem a “mundos” totalmente distintos, sendo isso comprovado através das seguintes características: as ONGD são identificadas como sendo de fácil adaptação, portadoras de uma estrutura não hierárquica, com valores no que concerne à participação e ao “empowerment”. Em contrapartida, o Estado, prima por ser detentor de uma estrutura mais hierárquica, centralista e com umas noções muito básica e simplistas sobre o desenvolvimento (Campbell n.d.:3). O mesmo autor, chega a mencionar que estes pontos negativos

podem desencadear uma certa suposição por parte dos governos em detrimento das ONGD, face aos projetos (Campbell n.d:3).

Figura 1: Os 4 C's que da relação entre ONG e Governo

		Similar	Dissimilar
Preferred Strategies (Means)	Similar	Cooperation	Co-optation
	Dissimilar	Complementarity	Confrontation

Fonte: Najam (2000:7)

Tal como identificada, a figura 1 apresenta as quatro formas de relacionamento/ligação entre as ONG e o Governo. Esta espécie de conexão tem em extrema atenção, os objetivos definidos por ambas as partes bem como, as estratégias adotadas de forma a alcançar os objetivos. Assim, essas quatro combinações passam pela: cooperation; confrontation; complementary e co-optation (Najam 2000:7).

Relativo à cooperação, tanto as ONG como o Governo apresentam os mesmos objetivos políticos e também as mesmas estratégias para atingir algo; quanto à confrontação o cenário altera-se por completo, em que não há qualquer tipo de ligação relativo aos objetivos e às estratégias, considerando que ambas as “propostas são consideradas como *“antithetical to their own”* (Najam 2000:8); em relação à complementaridade, estes dois polos partilham objetivos muito idênticos, diferindo assim da parte mais estratégica e por último, a co-opção diz-nos que os objetivos são distintos, o mesmo já não se pode falar da questão estratégica que é semelhante.

Crise

O conceito crise pode representar diversas e distintas conotações, como por exemplo, a mesma, pode estar ligada a um estado mais emotivo, laboral e também a nível económico e financeiro.

É um conceito que tem acompanhado a sociedade, ao longo da História, tendo-se manifestado de forma crítica em certos períodos temporais, como por exemplo, a Grande Depressão em 1929 e agora mais recentemente em 2008, identificada como a grande e avassaladora crise económica e financeira.

A crise de 2008, entrou na vida dos portugueses numa forma brusca, sendo encarada com grande desânimo e receio por parte da população que apesar dos inúmeros e sucessivos avisos ninguém contava com a sua presença tão precoce.

No caso de Portugal, a crise veio condicionar fortemente a vida dos portugueses, na qual, por exemplo, fomentou o aumento significativo de famílias com mais carências, agitando o nível de vida dos mesmos, que posteriormente se repercutiu na diminuição do poder de compra. Ao mesmo tempo e segundo um estudo realizado em 2012 pela SEDES⁴ sobre o **Impacto da crise no bem-estar dos portugueses**, é possível identificar os cortes que as famílias portuguesas têm feito, como por exemplo, cortes em atividades ligadas ao lazer e convívio; cortes nos bens essenciais; cortes na saúde e também nos materiais escolares das crianças (SEDES,2012:24).

Estabelecendo um ponto de comparação, Portugal na altura do regime ditatorial de Oliveira de Salazar, era um país constituído por uma população amorfa, com elevados níveis de iliteracia, sustentando em si, baixos níveis de saúde, qualidade de vida, sendo visível a presença constante da pobreza extrema onde prevalecia a prática do setor primário.

Este regime não democrático estabelecia fortes limitações por exemplo, em termos políticos onde se prevalecia claramente um enviesamento nos resultados eleitorais, mesmo que a vontade dos portugueses fosse diferente. A nível do associativismo, a participação era baixa ou até mesmo nula.

Antes da entrada na União Europeia, a Europa já era vista como uma grande oportunidade para as famílias que sonhavam com melhores condições de vida e um aumento no nível de bem-estar. A Europa basicamente proporcionava tudo aquilo que outros países não conseguiam fornecer à população como, por exemplo, um aumento em termos de saúde, educação, bem-estar e salários mais elevados.

Com a queda deste regime e com a posterior entrada de Portugal na União Europeia, foram visíveis as melhorias em termos da sociedade, na qual houve uma aposta no ensino, o regime vigente passou a ser democrático, o que facilitou o aumento da participação dos cidadãos na vida política e que significava menos controlo, repressão, melhorando, as condições de vida da população de forma a ampliar as despesas a nível de consumo, que entre 1998 e 2008 aumentaram de 60% para mais de 68 % (Mateus 2013:79). Estas despesas são mais elevadas em áreas como a saúde, transportes, restaurantes e hotéis. Áreas como o lazer, recreação, cultura, vestuário e calçado, são as que apresentam menos despesas

⁴ Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

(Mateus 2013:80). O aumento do nível dos portugueses sofreu um aumento considerável entre 1989 e 1992, aumentando de 65 % para 79 %, visto que em 2010 aumentou para 81 % (Mateus 2013:49).

Uma vez apresentado numa forma, muito resumida, o caso português e da forma como a crise afetou o país, é importante também realçar a forma como a mesma se formou a nível mundial.

A crise a nível internacional, inicia-se em 2008 com a falência no setor imobiliário e paralelamente com o fecho de um dos maiores bancos mundiais, o Lehman Brothers. Alastrando-se mais tarde, para a Europa, afetando sobretudo Portugal, a Irlanda, a Grécia e a Itália. Estes países foram os primeiros a apresentar debilidades isto porque eram aqueles que apresentam os valores mais elevados de défice e de dívida pública (Lourtie 2011:62).

Esta bolha no setor imobiliário nos EUA que causou o aparecimento desta crise financeira que atingiu a Europa, deve-se à introdução do designado crédito hipotecário (sub-prime) que surge como um tipo de facilidade para aqueles que preenchem os requisitos estipulados para empréstimos considerados normais. Assim, este tipo de crédito, salienta o elevado risco de não cumprimento por parte daquele que recebe o empréstimo (mutuário).

Dada a situação irreversível, em Portugal, acerca do cenário que estava a afetar o nosso país, os políticos apresentavam uma única certeza, de que tínhamos que pedir ajuda externa, proveniente do Fundo Monetário Internacional.

Após ter sido declarado, o estado lastimável em que se encontrava e posteriormente, com a ajuda proveniente das entidades competentes, o nosso país tem sido alvo de avanços e retrocessos, no que dizia respeito ao seu estado económico e financeiro.

Este cenário acarretou inúmeras consequências principalmente à população que teve de se ajustar a este cenário em que predominava um conjunto de medidas de austeridade, e que se fez acompanhar de elevadas taxas de desemprego, aumento dos níveis de pobreza, estimulando um grande movimento de migração, que se deve à procura de melhores condições de vida.

Financiamento das ONGD

Neste estudo, o financiamento é uma das questões mais importantes representando um papel ativo de forma a condicionar a atuação e a continuidade das ONGD. É de realçar que este estudo tem enfoque direto nas consequências sejam elas, positivas ou negativas, derivadas da crise económica e financeira em termos das linhas de financiamento nestas organizações.

O conceito acaba por ser definido como uma “operação financeira em que a parte financiadora, em geral uma instituição financeira, fornece recursos para outra parte que está a ser financiada, de modo que esta possa executar algum investimento específico previamente acordado” (ACEP & Outros n.d.:27) O financiamento acaba por ser a somatório de todos os recursos que nacionais, quer internacionais que são concebidos com o intuito de fomentar o desenvolvimento. O mesmo tem vindo a ser utilizado para retratar todos os recursos que são angariados para questões como o desenvolvimento e a pobreza. Os dois “acontecimentos” que mais contribuíram para o reconhecimento e visibilidade deste conceito foi a Declaração da Conferencia de Monterrey, em 2002 e a de Doha em 2008. Com a crise económica e financeira que emergiu em 2008, que afetou a Europa, por exemplo Portugal, é de realçar que o esforço que se tem vindo a dedicar à questão do financiamento tem sido significativa, isto porque mesmo com a passagem da crise, esse empenho tem sido reconhecido (ACEP & Outros n.d.:28-29). São estas razões acima descritas que impulsionaram em parte, o desenvolvimento deste estudo.

O financiamento das ONGD, pode emergir de três formas: “receitas próprias, filantropia e apoio público ou do governo” (Franco et al. 2005:17).

As receitas próprias ou “fundos próprios” (Amador 2013:7) correspondem a receitas obtidas sem qualquer vínculo com o pressuposto da organização, sendo parte integrante “pagamento privados por bens e serviços, quotizações e rendimento de investimento” (Franco et al. 2005:17). Neste sentido, as ONGD que obtiverem maior percentagem desta forma de financiamento, ampliam a sua autonomia e ao mesmo tempo, desfrutando de uma maior margem de possibilidades para colocar em prática os seus objetivos (Carmona 2013:17).

A filantropia ou “doações” (Amador 2013:8) são outra forma de financiamento que se alcança através de donativos, ou melhor, pequenas contribuições que se pode repercutir em diversos formatos como trabalho voluntariado, em termos monetários e também serviços (Carmona 2013:17), incluindo contribuições individuais e também empresariais ou de fundações Franco et al. (2005:17) e Amador (2013:10).

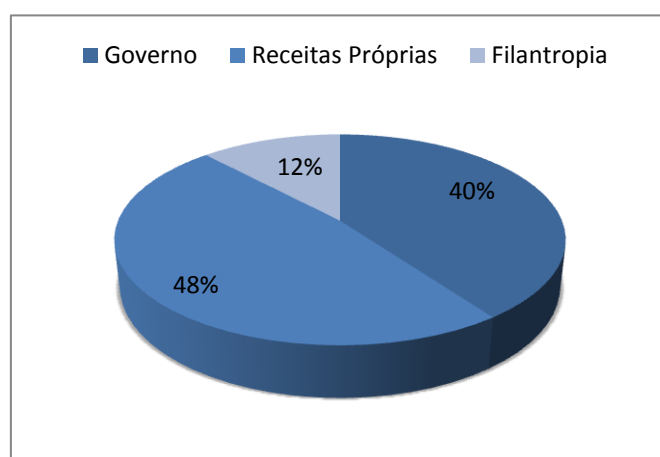
Por último, o Estado que é identificado como o principal e o maior financiador destas organizações. O financiamento pode repercutir-se de várias formas como subvenções e contratos (Franco et al. 2005:17).

O Estado de entre as outras fontes de financiamento destas organizações é a fonte que não assegura totalmente o apoio aos programas implementados pelas ONGD, levando a que as mesmas sigam outras alternativas, como a procura de outras entidades que paralelamente financiem o projeto em causa. Na mesma linha, em situações onde está patente uma “excessiva dependência” a nível do Estado, as ONGD

por vezes sentem-se na “obrigação” de alterar o rumo, ou os objetivos do programa, isto porque assim lhes é exigido pela entidade que os financia. Desta forma, quando o financiamento é escasso, as ONGD tendem a alargar o seu campo de atuação para que deste modo sejam financiadas e possam colocar em prática os projetos (Carmona 2013:17).

Ao mesmo tempo, estas organizações que dependem fortemente do Estado vêm a sua atuação limitada, isto porque o financiador irá exercer uma maior controlo sobre as atividades, programas, ou seja, tudo que esteja relacionado com a atuação das ONGD. Este cenário pode trazer consequências para estas organizações, como por exemplo, torna-las menos autónomas e portadoras de uma estrutura mais burocrática, designada como a Teoria de dependência do Estado. Uma organização ao depender maioritariamente do financiamento proveniente do Estado corre o risco de esse financiamento se perder e se o mesmo for reduzido é um dos riscos que as organizações terão de correr, daí ser premente a identificação de potenciais alternativas que ajudem no alargar das fontes a nível de financiamento.

Gráfico 4: Fontes de fundos das organizações da sociedade civil em Portugal

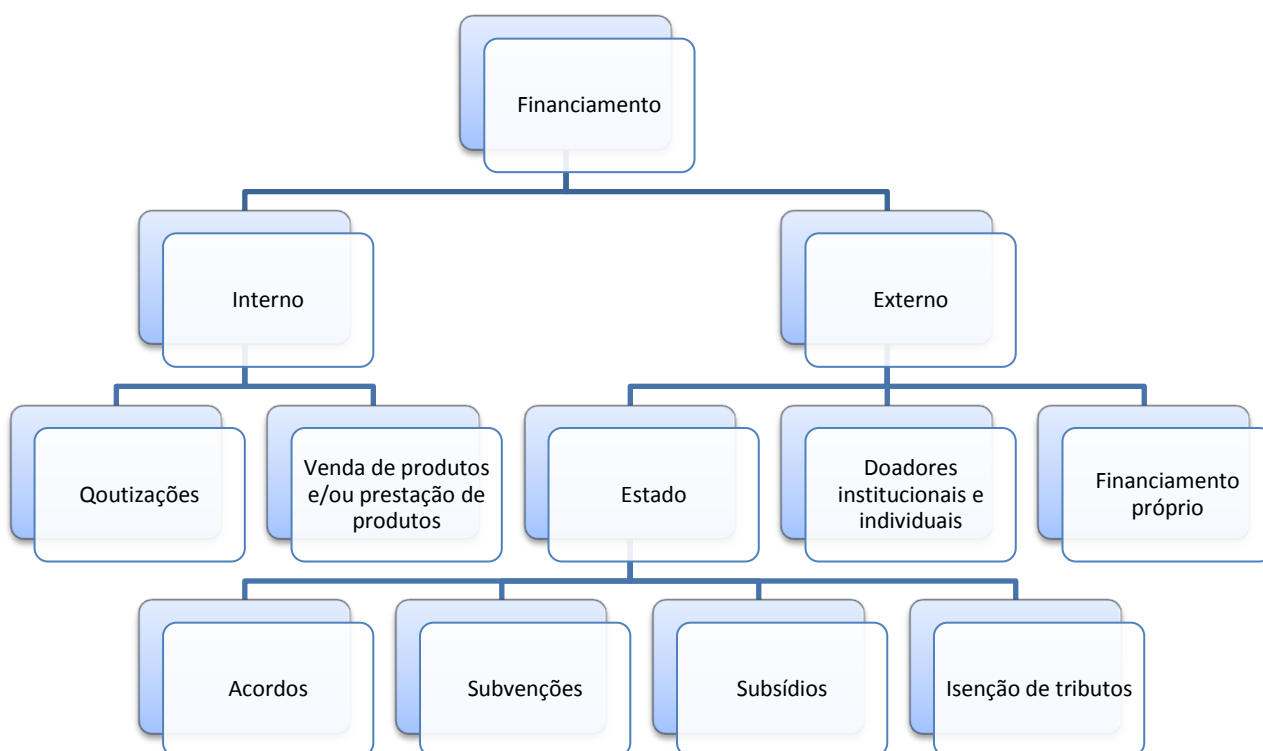


Fonte: Adaptado de Projeto Comparativo do setor não lucrativo da John Hopkins in Franco et al. (2005:18)

O gráfico 4 apresenta o peso que as diferentes formas de financiamento (Governo; Filantropia e Receitas Próprias) das Organizações da Sociedade Civil têm em Portugal. Nesse sentido, a forma de financiamento que mais peso apresenta, são as Receitas Próprias com uma percentagem de 48 %, seguido do Governo com 40 % e por fim, a Filantropia com uma percentagem de 12 %. No entanto, este gráfico somente identifica as três modalidades percentagem a um tipo de financiamento, o financiamento externo. No entanto, é importante fazer uma ressalva, estas dados tal como estão identificados dizem respeito a um todo, às organizações da sociedade civil, não dizendo desta forma unicamente às ONGD.

Para melhor ilustração, a figura que se segue identifica e faz um resumo concreto das principais fontes de financiamento e a origem das mesmas.

Figura 2: Síntese das fontes de financiamento



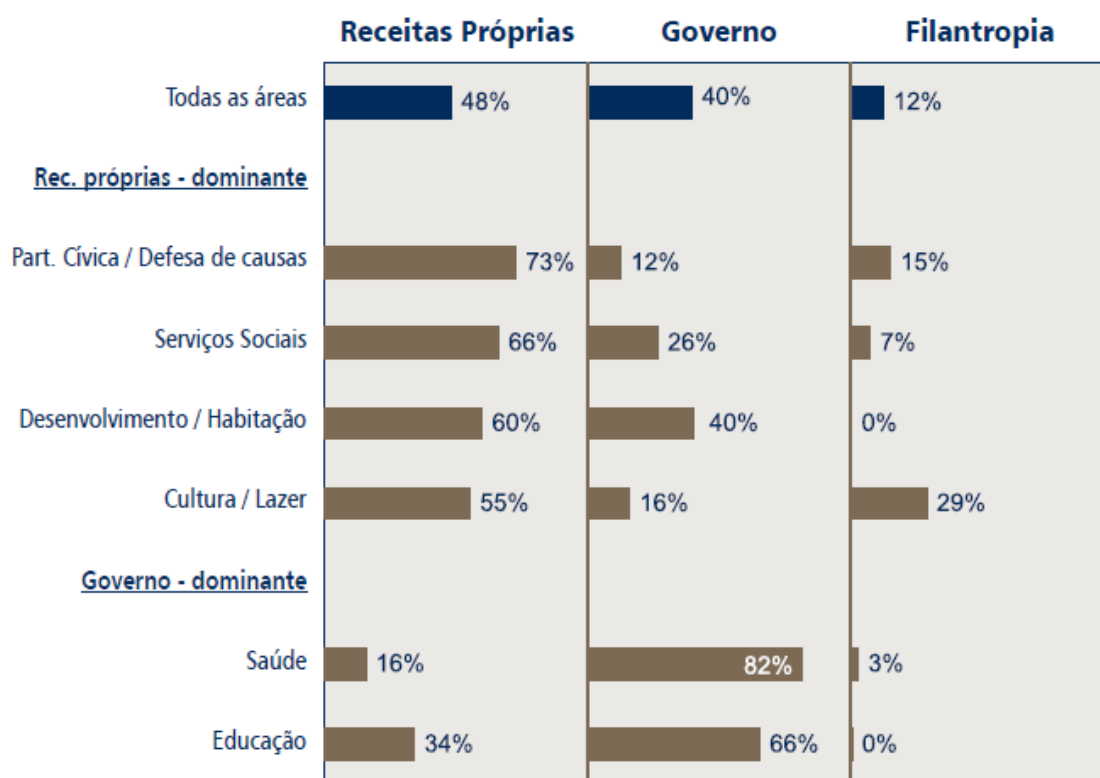
Fonte: Adaptado de Teixeira (2014:17)

Para melhor ilustração, a figura que se segue identifica e faz um resumo concreto das principais fontes de financiamento e a origem das mesmas. Desta forma, existem duas formas de financiamento, a externa que agrega todas as linhas de financiamento provenientes do exterior relativamente à organização correspondentes a todas as receitas obtidas através das três modalidades, receitas próprias, Governo e filantropia e por último, a interna que deriva por exemplo, como consta na figura, das quotizações e da venda de produtos e/ou prestação de serviços.

Estas organizações apresentam uma forte dependência do financiamento externo, que mais e até com a crise o mesmo tem sofrido algumas alterações. As linhas de financiamento provenientes do Estado advêm de várias formas: através de acordos, subvenções, subsídios e isenção de tributos. A forte dependência ainda visível destas organizações em detrimento do Estado, faz com que, como tem sido referido ao longo deste estudo, condicionar fortemente a atuação, a sobrevivência e a participação das mesmas, na implementação dos projetos.

Existe uma diversidade em termos de financiamento no entanto, há alguns fatores que devem ser tidos em conta, como, a contexto em que a organização está inserida e também o seu campo de atuação ou as atividades que desenvolvem. Uma vez mais se verifica que as ONGD, tem que apresentar um poder de adaptação em termos de atividade e contexto, de forma a garantir outras formas de financiamento (Guimarães 2010:10).

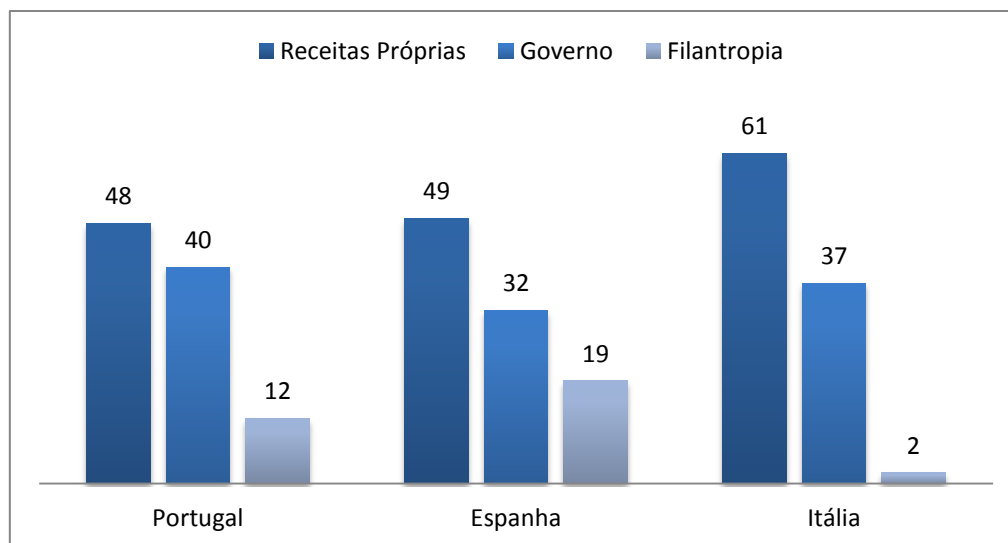
Figura 3: Fontes de fundos das organizações da sociedade civil. Portugal, por área



Fonte: Projeto Comparativo do setor não lucrativo da John Hopkins in Franco et al. (2005:18)

É notória uma maior percentagem de dados disponíveis em relação às linhas de financiamento externo comparativamente com o financiamento interno. Se compararmos essas três modalidades as que financiam uma maior percentagem são as receitas próprias e o Governo, no entanto, existe a filantropia que se distancia das anteriores pelas suas pequenas percentagens. No entanto, há duas exceções em que a Filantropia apresenta percentagens mais elevadas em relação ao governo, mais concretamente, na participação cívica/defesa de causas e a cultura/lazer. Mas é importante realçar que os fundos também são diversificados tendo particular atenção á atividade, ou seja, os apoios vindos do governo repercutem-se em duas áreas, a saúde com 82 % seguido com a educação com 66 %. Em contrapartidas, as receitas próprias diferenciam-se com alguma nitidez em áreas como a participação cívica/defesa de causas (73 %), serviços sociais (66%), desenvolvimento/habitação (60%) e a cultura/lazer com 55%).

Gráfico 5: Total dos Fundos em Percentagem, das OSC (Organizações da Sociedade Civil)



Fonte: Adaptado do Projeto Comparativo do Sector Não Lucrativo da Johns Hopkins in Franco et al. (2005:21)

Este gráfico contém a mesma informação sobre Portugal, é interessante perceber qual o peso desses fundo estabelecendo um ponto de comparação e alargando mais o espectro agregando outros países como a Espanha e a Itália.

Em relação à categoria das receitas próprias, a Itália apresenta comparativamente com Portugal e Espanha maior percentagem (cerca de 61 %), depois a Espanha exibe uma percentagem de 49 % e por último Portugal ostenta cerca de 48%. Quanto aos fundos provenientes do Governo, o país mais dependente é Portugal com 40 %, seguido da Itália com 37 % e a Espanha com 32 %. Para terminar, quanto à filantropia, a Espanha é o país que apresenta maior percentagem 19%, seguido de Portugal com 12% e por último Itália com 2%.

Neste seguimento e fazendo uma comparação com dados mais recentes, é importante realçar que segundo Proença (2013:31) num inquérito realizado às organizações pertencentes à Plataforma das ONGD, manifestou-se que 37 % aderem ao financiamento europeu, o que corresponde a cerca de 15 organizações; 57 % (corresponde a 23 organizações) vivem do financiamento proveniente do Estado e por último, cerca de 67 % (o que equivale a 26 organizações) administram-se através dos fundos próprios. Estes dados, permite-nos fazer um balanço que acaba por ser bastante positivo, isto porque, segundo Ribeiro & Marques (2002:137) na década de 90 a percentagem de fundos privados, isto é, os fundos alcançados e não provenientes do Estado nem da atual União Europeia, equivalem a uns 30,3 %, o que

significa que comparativamente com os dados mais recentes essa percentagem aumentou consideravelmente.

Ao mesmo tempo, relativo à dimensão das receitas obtidas só 5 organizações alcançaram acima de 1 milhão de euros, 3 obtiveram entre os 0,5 a 1 milhão e por último, 8 organizações colheram cerca de 100.00 a 500.00 euros (Proença 2013:31).

No espaço de tempo entre 2006 e 2008 os apoios para os projetos sofreram um corte de 3,4 milhões de euros, entre 2007 a 2011, para os 1,6 milhões de euros para 2012. No que concerne à área da Cooperação para o Desenvolvimento, esta sofreu uma redução de 57 %. Para terminar na área da Educação para o Desenvolvimento, foi visível uma diminuição de 33%. Desta forma, a área mais afetada foi a Cooperação para o Desenvolvimento Oliveira & ACEP (2012:38-39).

Este cenário, acaba por acarretar consequências fortes para estas organizações na medida em que coloca um entrave à realização de novos programas, “comprometendo algumas condições de estabilidade ou mesmo viabilidade financeira das várias organizações” (Oliveira & ACEP 2012:38-39).

Na mesma linha, para que as ONGD possam obter financiamentos de outras entidades em forma de compensação da ausência proveniente do Estado, estas organizações devem adotar como alternativa a questão da prestação de contas. Este termo tem ganho nestes últimos tempos bastante reconhecimento e visibilidade, sendo utilizado em contexto político (partidos) e social (organizações). Trata de um conceito que tem como objetivo incentivar as organizações (neste caso em concreto) tornando público todas as fases dos projetos em curso de forma a tornar tudo mais transparente.

Para ACEP & Outros (2010:31-32) são identificáveis três princípios a nível da transparência que devem ser cumpridos com o máximo de rigor pelas organizações. Quanto ao primeiro princípio é necessário divulgar de forma permanente e constante pacotes de informação, desde os programas a acordos, aos parceiros e também aos apoios; toda a informação deve ser de fácil acesso a toda a população bem como os todos os agentes, com o intuito de que todos os países recetores possam aceder ao mesmo tipo de informação que os países doadores; toda esta informação facultada, deve ser de fácil compreensão para os governos, para as organizações da sociedade civil para os vários agentes e também para a própria sociedade, devendo a informação preencher os seguintes requisitos:

- “relevante e acessível”: deve seguir um formato simples e adequada aos vários públicos, devendo optar por se divulgar em distintos meios como a Internet, a rádio, a televisão e também escolher por utilizar um suporte impresso;
- “em tempo útil e exata”: a informação deve ser disponibilizada de forma atempada, com o objetivo de ser avaliada, estudada e também comentada.
- “comparável”: em termos de financiamento as diversas organizações devem colocar de forma detalhada e concreta toda a informação de forma a poder realizar-se uma comparação;

Para terminar, deve haver um incentivo relativo aos cidadãos de forma a promover o interesse dos mesmos em consultar este tipo de informação com o objetivo de aumentar o respetivo conhecimento sobre o funcionamento destas organizações.

Existem três motivos que levam à realização da prestação de contas nestas organizações, como razões de “ordem moral”, onde é crucial que cada organização tenha a capacidade e o hábito de tornar público todas as tarefas de determinado projeto; “ordem política”, na qual a adoção desta prática proporciona um maior reconhecimento das mesmas, facultando-lhes mais autonomia, independência e autenticidade na forma de expressão e atuação e por último, a “ordem económica” em que a necessidade de obtenção de financiamento torna-se uma das principais razões para colocarem em ação este instrumento. Esta iniciativa, torna-se bastante vantajosa, porque ao existir uma maior divulgação de informação sobre os projetos, leva ao aumento posterior do número de entidades que tem interesse em financiar as ONGD Franco (2004:5).

Segundo o Mango (2012:9)⁵ é importante identificar o porquê de ser relevante o estudo da gestão financeira no caso em concreto da ONG, como por exemplo: auxilia os gestores a tornar mais eficaz e eficiente o uso das fontes de forma a alcançar os seus objetivos e também a manter mais forte a ligação com os “stakeholders”; a aposta na melhoria da gestão financeira por parte destas organizações proporciona uma maior abertura das mesmas a donativos e à participação de outros “stakeholders” nos projetos das ONG; permite ao mesmo tempo obter mais respeito e confidencialidade por parte de outras agências financiadoras, parceiros e até beneficiários; concede às ONG a oportunidade de alcançar uma grande vantagem, ou seja, competir por grandes pacotes de informação e por último, permitir que as mesmas se preparem para um longo caminho em termos de financiamento sustentável.

Neste seguimento e segundo o mesmo estudo é possível destacar sete princípios pelas quais este tipo de organizações se deve orientar, como: “Consistency” (Mango 2012:9) todo o trabalho destas organizações

⁵ Management Agencies Accounting for Non-Governmental Organization

deve primar sempre pela estabilidade, proporcionando uma maior solidez, transparência e também uma maior eficácia no realizar das suas tarefas. Se porventura não houver um acompanhamento rigoroso de todo o processo, a questão respeitante ao financiamento pode ser alterada; “Accountability” (Mango 2012:9) a prestação de contas é essencial, pois torna-se um mecanismo que permite facultar ao público, que acompanha as ações das ONG, uma maior conhecimento sobre todo o trabalho realizado, de forma a criar uma ligação em que se cria confiança e conhecimento entre os vários agentes; “Transparency” (Mango 2012:9) enquanto a prestação de contas, está mais ligada a uma vertente mais financeira, a transparência, liga-se mais com a vertente mais teórica, ou seja, sobre o trabalho que as organizações desempenham, como a apresentação de toda a informação sobre os projetos; “Viability” (Mango 2012:9) é um instrumento que deve sempre acompanhar as ONG tentando promover e ao mesmo tempo estabelecer um balanço com os fundos alcançados, a nível operacional e também em termos estratégicos; “Integrity” (Mango 2012:9) no seio da organização, onde todos os elementos devem atuar com a máxima integridade e honestidade; “Stewardship” (Mango 2012:10), o objetivo deste princípio é que todas as receitas obtidas garantidamente devem ser utilizadas para os fins inicialmente definidos, de forma a contribuir para uma boa gestão financeira, e “Accounting Standards” (Mango 2012:10), todo o historial da organização em termos financeiros deve estar apto a todos mesmo em termos internacionais.

No entanto para Oliveira & ACEP (2013a:10-11) mediante o estudo sobre o Índice de Transparência respeitante ao ano de 2012, Portugal é classificado com a categoria de “fraco” (Oliveira & ACEP 2013a:10-11), sendo que no ano subsequente a pontuação passou de 22,5% para 17,4 %. Esta classificação é explicada através de fatores como a ausência de informação sobre as tarefas desempenhadas pelas organizações, o grau de constituição das mesmas, a disposição de informação a nível monetário e de estruturação. Esta ausência relativo à prestação de contas, pode ser explicada também, não pela corrupção, mas sim pela garantia de que as organizações irão resistir, bem como, dos atores que estão inseridos neste contexto. (Oliveira & ACEP 2013a :8-9)

Setor Não Lucrativo Português

Segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), no artigo nº 82, esta patente a coexistência de três setores de propriedade dos meios de produção, como o setor público, o setor privado e por último, o setor cooperativo. O setor em questão, o cooperativo, compreende:

- a. Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediências aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;*
- b. Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;*

- c. Os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;*
- d. Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem caracter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidade de natureza mutualista;*

O setor não lucrativo, no caso português apresenta um historial bastante antigo isto porque segundo Franco et al. (2005:2) fatores como a forte presença da Igreja, o excessivo controlo a nível do regime vigente em Portugal nessa altura, a mudança de um regime não democrático para um democrático e a presença de um forte componente de voluntariado levou a uma valorização e reconhecimento deste setor. Para Franco et al. (2005:3), picos da história como o papel da Igreja, volta a ser merecedor de destaque na medida em que a sua intervenção foi sempre constante, sendo um dos grandes impulsionadores e apoiantes da criação deste tipo de organizações, não só a nível nacional como internacional, sendo que, no caso concreto de Portugal este vínculo com a Igreja, foi tão forte do que em qualquer outro país, isto devido aos baixos níveis de desenvolvimento a nível do território, e a nível económico (Carreira 1996:387 in Quintão 2011:8); na era dos Descobrimentos foi também aparente a introdução “de novas formas de atividade da sociedade civil”, por último, a Revolução Industrial, num contexto em que as famílias estavam a passar grandes dificuldades a nível económico e sobretudo social, surgindo dessa forma organizações com base no princípio da reciprocidade. A ideia de criar algo que estivesse fora dos limites do Estado, que fosse dotado de alguma autonomia e que tivesse como linha de orientação a justiça, a equidade e o equilíbrio sempre esteve presente e foi ganhando pouco a pouco o devido reconhecimento.

Quando se fala em setor não lucrativo, facilmente associamos a um conjunto de organizações que segundo (Salamon & Anheier 1996; Salamon et al. 2000; Franco et al. (2005:6) não tem como fim a “distribuição de lucro”, se for o caso, todo o que for arrecadado serve para futuras atividades a programar pelas mesmas e em caso algum deve ser repartido pelos membros da organização; são “privadas”, na medida em que as organizações são independentes e autónomas face ao Estado; “autogovernadas”, na qual deverão ser portadoras de todos os mecanismos e técnicas de uma organização, devendo ser capazes de fiscalizar todas as tarefas que são realizadas; “voluntárias”, onde este aspeto pode tomar dois caminhos: ou se contribui de forma voluntária, atuando no terreno ou então em forma de donativos, ou pequenas contribuições e por último, são “organizadas”, o que significa que seguem uma determinada linha de orientação, onde as tarefas são previamente definidas e estruturadas.

Elencadas assim, as potenciais características do setor não lucrativo, a definição que se segue, na minha opinião não podia de forma mais simples, explicar o verdadeiro e real sentido deste tipo de organizações. Desta forma:

“As organizações do terceiro sector são as incubadoras de novas ideias e fora onde se dá voz às injustiças sociais. [...] São os lugares em que os pobres podem encontrar uma ajuda [...]. As organizações sem fins lucrativos ajudam a preservar as tradições e abrem portas a novas experiências intelectuais. O terceiro sector é onde muitas pessoas aprendem a praticar a arte da participação democrática. É o lugar em que o companheirismo se procura e as amizades se criam. Proporciona um espaço e tempo para a exploração da dimensão espiritual. Finalmente, o terceiro sector é onde as pessoas relaxam e brincam, e onde experimentam de forma mais completa os prazeres da vida e da natureza” Rifikin,1996:245 in Andrade & Franco (2007:12)

Este conceito segundo Franco (2005:2) pode adotar uma diversidade de conotações, como “organizações ou instituições não lucrativas ou sem fins lucrativos; economia social e/ou solidária; organizações não-governamentais; terceiro setor; terceiro sistema e economia alternativa”. Apesar desta multiplicidade de designações e de no fim, representarem o mesmo, é importante referir que ao longo da literatura há autores que chegam a estabelecer um ponto de diferenciação, entre os conceitos acima referidos. Apresentamos como exemplo, o terceiro setor que segundo Ferreira (2009:169) teve auge no início dos anos 70,num contexto em que era frequente o debate em torno do Estado-Providência, tornando-se assim, num setor independente da esfera estatal e da esfera pública.

O terceiro setor surge com uma “forma institucionalizada de relacionamento com a sociedade civil com o Poder Público”, na medida em que surge como um setor que serve de “intermediário” entre o setor público e o setor privado, colmatando as lacunas de ambos (Nogueira 2007:220). Apresenta como principal fim a possibilidade de conceber um nível de vida aceitável às classes ou grupos sociais com mais carências, evitando que o processo de exclusão social aumente (Diogo 2010:9).

Um dos fatores que mais peso teve na reemergência ou remodelação do terceiro setor foi a Revolução do 25 de abril, no caso português (Quintão 2011:12). Segundo a mesma autora, existem três períodos que retratam a emergência do terceiro setor em Portugal:

- i. Portugal com a Revolução dos Cravos, passou dum regime não democrático para um regime democrático. Essa transição, possibilitou o fomento dum contato do próprio país com outros países pertencentes à Europa, permitindo mais tarde em 1986 a sua entrada na União Europeia. Estes acontecimentos, permitiram um maior desenvolvimento a nível da sociedade, de forma a colmatar os baixos níveis de escolaridade e também em termos financeiros, tornando-o mais civilizado, apostando mais no setor industrial. Esta mudança também foi importante na medida em que proporcionou um aumento da visibilidade das organizações do terceiro setor. Segundo a mesma autora, surgiram dois tipos de

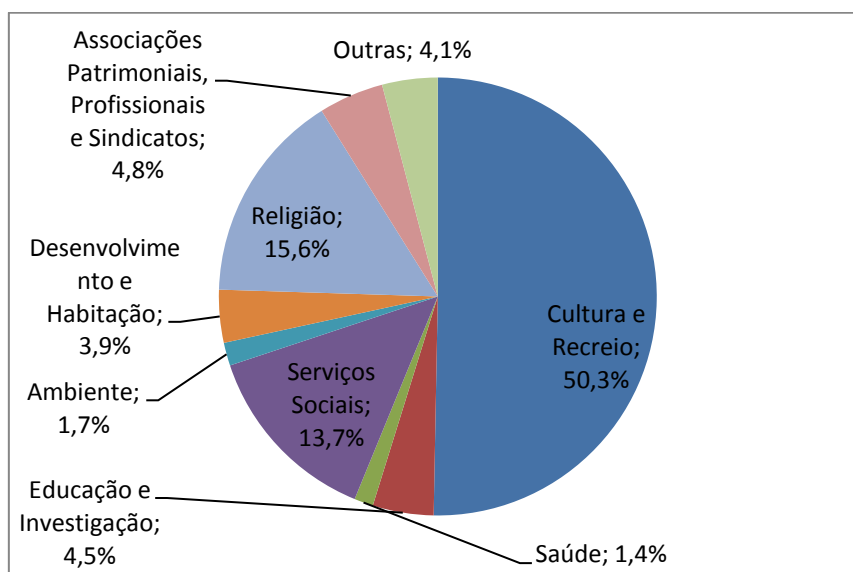
organizações: um grupo ligado à preservação de todas as liberdades e direitos duma sociedade em que o regime vigente é uma democracia (como os sindicatos) e por outro lado surgem as organizações que tem como fim proporcionar as necessidades básicas à população (como por exemplo, as associações que são criadas em que a população alvo é um determinado grupo da sociedade que apresenta certas debilidades) (Quintão 2011:12);

- ii. O período que precede a entrada na União Europeia, ficou marcado por alguns avanços e retrocessos. Isto porque o período de tempo entre o fim da década de 70 e os primeiros anos da década de 80, ficaram assinalados pelo descuido de alguns princípios de cariz revolucionário, alguns problemas a nível financeiros e também por serem colocadas em práticas algumas ideias de cariz liberalista. O fator que levou a que houvesse uma retração a nível de aumento das organizações do terceiro setor foi a crise económica que decorreu no período acima identificado, afetando vários países. As organizações que mais sofreram com esta crise foram as cooperativas, no entanto, outras organizações resistiram e serviram de incentivos a outras, marcando desta forma o percurso do setor no caso português (Quintão 2011:12-13);
- iii. Em 1986, Portugal vê aceite o seu pedido para entrar no leque de países pertencentes à atual União europeia. É nesta altura que se vive um período de alguma solidez, acompanhado do objetivo de introduzir no país o modelo vigente daqueles que até então faziam parte da União Europeia. Esta etapa, permitiu a multiplicação das organizações do terceiro setor (Quintão 2011:13);

As organizações que integram este setor, podem ser classificadas da seguinte forma: “formas de ajuda mútua tradicional” formadas pelas organizações com um cariz mais ligado à religião e às causas humanitárias; “movimentos sociais”, como o feminismo, o ecologismo (são movimento de carácter social, político que tem como fim preservar/valorizar por exemplo, os direitos humanos, o ambiente, entre outros); “associativismo civil” como por exemplo, as organizações de carácter desportivo e mais ligadas a questões de lazer e por último “fundações e centros de investigação”, com uma forte união com o mundo dos negócios fazendo-se acompanhar de um lado mais humanitário (Jerez & Blanco 1998:7).

Passando agora a uma questão mais prática, os gráficos que se seguem ilustram o mundo de organizações que estão inseridas no setor não lucrativo. Dando particular destaque às distintas áreas em que as organizações atuam.

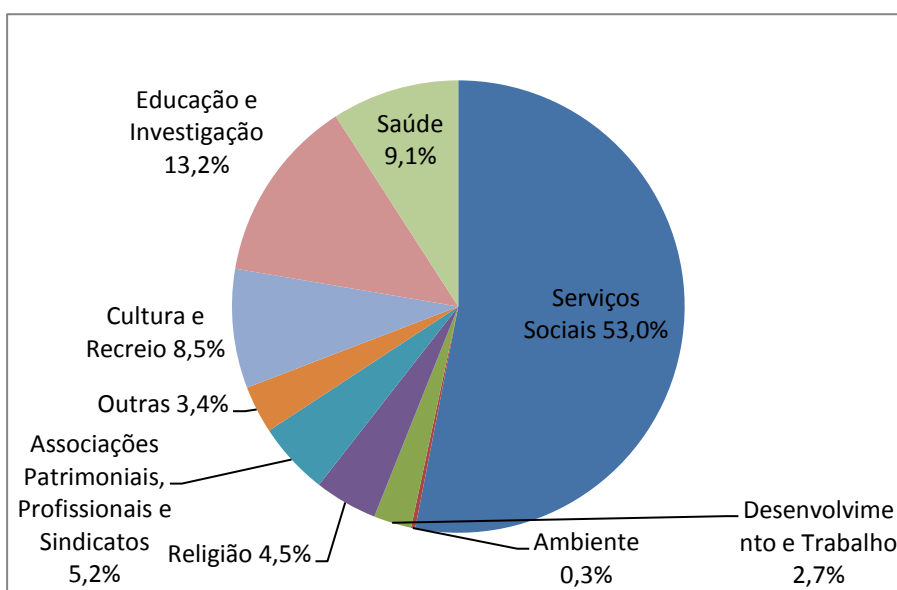
Gráfico 6: Universo da ISFL (nº de unidade,2006)



Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estatística (2011:12)

Como pode ver no gráfico 6, diversificado é o universo das ISFL (Instituições sem fins lucrativos). A área da Cultura e Recreio, é a que mais percentagem apresenta (50.3 %), seguido, da Religião com 15.6%, Serviços Sociais (13.7%), Associações Patronais, Profissionais e Sindicatos (4.8%), Educação e Investigação (4.5%), Outras (4.1%), Desenvolvimento e Habitação (3.9%), Ambiente (1.7%) e por último, Saúde (1.4%).

Gráfico 7: Emprego nas ISFL (nº de postos,2006)



Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estatística (2011:12)

Enquanto no gráfico 6, a área predominante é a da Cultura e Recreio. A nível dos empregos remunerados, como é possível ver no gráfico 7, a área que emprega mais, é a dos Serviços Sociais (53.0%), seguido da Educação e Investigação (13.2%), Saúde (9.1 %), Cultura e Recreio (8.5%), Associações Patronais, Profissionais e Sindicatos (5.2%), Religião (4.5%), Outras (3.4%), Desenvolvimento e Habitação (2.7%) e por último, Ambiente (0.3%).

A tabela que se segue, apresenta numa forma mais completa, as diversas áreas que fazem parte do setor das organizações sem fins lucrativos. Esta tabela foi construída, pela ICNP (International Classification of Non-Profit Organizations), apresentando doze grupos pertencentes no setor em causa.

Tabela 1: Distribuição do terceiro setor pelo estatuto legal (2007)

<i>Legal Status</i>	<i>Number of organizations</i>		<i>Number of people employed</i>	
	<i>number</i>	<i>percentage</i>	<i>number</i>	<i>percentage</i>
Charity and Humanitarian Association (Associação de Beneficência e Humanitária)	3156	31.18	103556	49.59
Culture, Recreation and Sport Association (Associação de Cultura, Recreio e Desporto)	1465	14.47	10359	4.96
Political Association (Associação Política)	4	0.04	431	0.21
Employer or Trade-union Association (Associação Patronal ou Sindical)	884	8.73	9069	4.34
Non-union Professional Association (Associação Profissional não Sindical)	98	0.97	951	0.46
People's House (Casa do Povo)	236	2.33	2486	1.19
Mutual Aid Association (Associação de Socorros Mútuos)	55	0.54	1371	0.66
Other Associations (Outras Associações)	1629	16.09	19142	9.17
National Foundation (Fundação Nacional)	249	2.46	9531	4.56
Complementary Group of Enterprises	112	1.11	3214	1.54

<i>(Agrupamento Complementar de Empresas)</i>				
European Group of Economic Interest – Civil	0	0.00	0	0.00
<i>(Agr. Europeu de Interesse Económico - Civil)</i>				
Cooperative Society	1304	12.88	25547	12.23
<i>(Sociedade Cooperativa)</i>				
Religious Collective Person	926	9.15	23067	11.05
<i>(Pessoa Colectiva Religiosa)</i>				
Foreign Association	3	0.03	34	0.02
<i>(Associação Estrangeira)</i>				
Foreign Foundation	2	0.02	63	0.03
<i>(Fundação Estrangeira)</i>				
Foreign Civil Enterprise	0	0.00	0	0.00
<i>(Sociedade Civil Estrangeira)</i>				
Total	10123	100.00	208821	100.00

Fonte: Carvalho (2007:15-16)

Nesta tabela constam o número de organizações pertencentes ao terceiro setor em Portugal, com a respetiva percentagem bem como o número de pessoas que estão empregadas nas diferentes organizações.

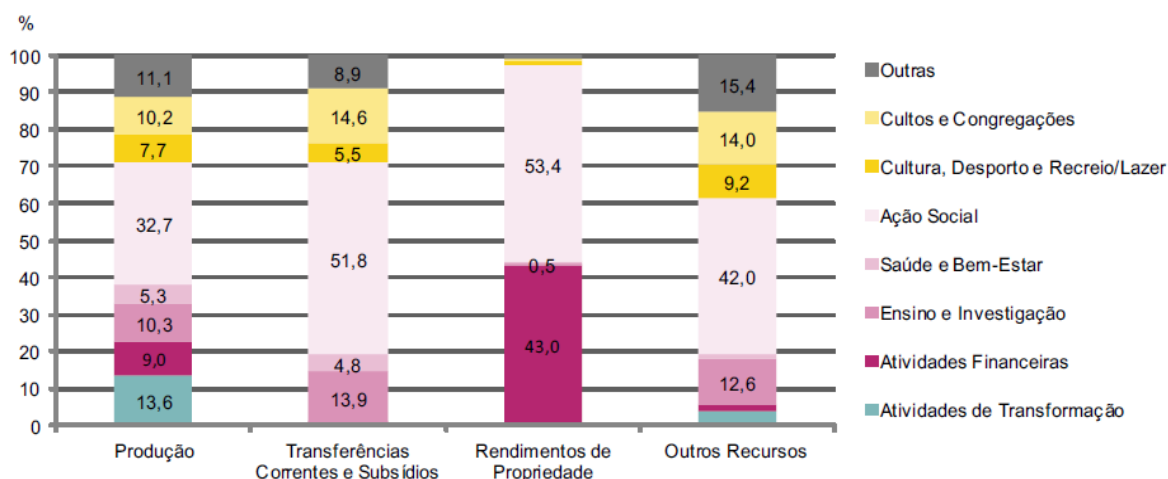
Nesse sentido, a categoria que apresenta maior percentagem de organizações é a área das “Associações Humanitárias e de Caridade”, com 3156 organizações, o que corresponde a uma percentagem de 31,18 %, seguido das “Outras associações” portadora de 1629, correspondentes a 16,05% e por último, a categoria respeitante à “Associação de Cultura, recreio e desporto” com 1465, o que equivale a uma percentagem de 14,47%.

Em termos do número de pessoas empregues neste setor, a categoria que apresenta uma percentagem mais elevada corresponde às “Associações de Beneficência e Humanitárias”.

Estabelecendo um ponto de comparação entre o CSISFL⁶ de 2006 e o mais recente, o CSISFL de 2010, conseguimos identificar algumas mudanças numa vertente positiva, ou seja, o número de organizações em 2006 era de 45.543 enquanto em 2010, o número de organizações neste setor era de 55.383. Com estes resultados, é evidente o aumento deste tipo de organizações.

⁶ Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos

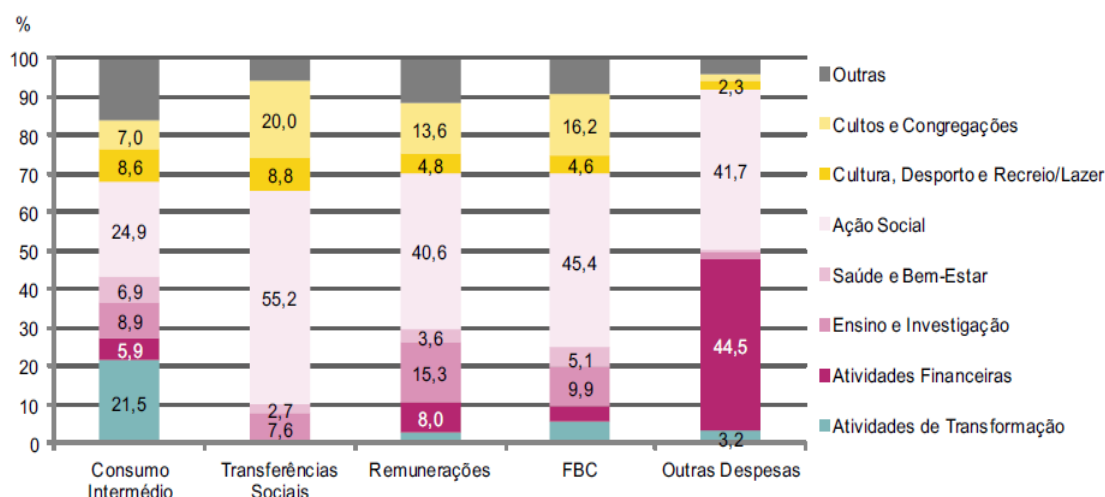
Gráfico8: Recursos das OES (Organizações da Economia Social), por atividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística & CASES (2010:16)

Segundo consta no gráfico 8 na categoria correspondente à Produção, a área que mais percentagem adquiriu foi a Ação Social com, 32,7% seguido das Atividades de Transformação com 13,6%. Na categoria Transferências Correntes e Subsídios, a área da Ação Social foi a que obteve maior percentagem, ou seja, 51,8% seguido da área de Cultos e Congregações com uma percentagem de 14,6%. No que diz respeito aos Rendimentos de Propriedade, a área que mais se destacou foi a Ação Social com 53,4% seguido da área correspondente às Atividades Financeiras com 43,0%. Para terminar, a categoria correspondente aos Outros Recursos, a área que mais se salientou foi a da Ação Social com 42,0% seguido da área correspondente às Outras (tendo sido identificados os exemplos que se enquadravam nesta categoria), com uma percentagem de 15,4%. Nesta mesmo gráfico, tendo particular atenção às categorias apresentadas, é possível concluir que a área correspondente à Ação Social tem sido a que mais se destaca em relação às restantes nas categorias presentes no gráfico.

Gráfico 9: Despesas das OES (Organizações da Economia Social), por atividade

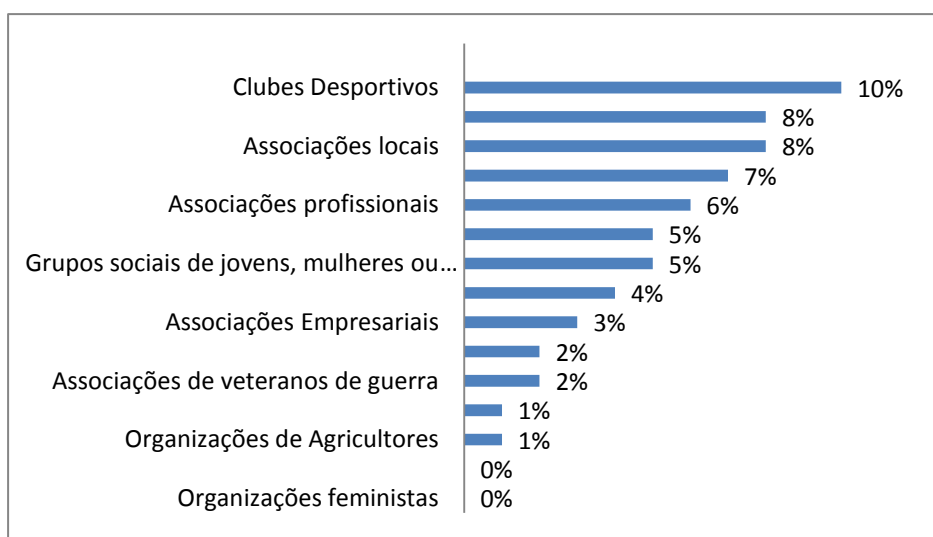


Fonte: Instituto Nacional de Estatística & CASES (2010:18)

Relativamente às despesas a nível do consumo intermédio, a área que mais despesa teve, foi a Ação Social com uma percentagem de 24,9% de seguida, surge com 21,5 % a área correspondente, às Atividades de Transformação. No que diz respeito às Transferências Sociais, uma vez mais, a área da Ação Social foi a que obteve maior percentagem, mais concretamente, 55,2% seguido, dos Cultos e Congregações, com uma percentagem de 20,0%. Relativamente, às remunerações, repetidamente, a área da Ação Social obteve 40,6% seguido do Ensino e Investigação com cerca de 15,3%. Quanto ao FBC (Formação Bruta de Capital), salienta-se a área da Ação Social com 45,4%, estrando em segundo lugar com maior percentagem de despesas encontra-se a área dos Cultos e Congregações com cerca de 16,2%. Para terminar, quanto à categoria Outras Despesas, que segundo este estudo abrange “os encargos com os rendimentos de propriedade (juros e rendas), os impostos sobre a produção e sobre o rendimento e património, as prestações sociais (exceto as transferências sociais em espécie), o consumo final efetivo e as transferências de correntes e de capital” (Instituto Nacional de Estatística & CASES 2010:17-18).

Assim, a informação que se segue retrata o nível de associativismo em Portugal bem como o cariz das associações em que se integram. Este tipo de informação, é importante porque retrata, a participação do cidadão português num cenário mais comunitário.

Gráfico 10: Envolvimento dos portugueses em associações



Fonte: Adaptado do Inquérito Pós Eleitoral realizado em 2005 in Silva (2008:34)

Segundo o gráfico 10, as associações em que os portugueses maioritariamente participam são sobretudo de cariz desportivo, com uma percentagem de 10% seguido das organizações religiosas e associações locais com uma percentagem de 8%. Na mesma figura, as associações que apresentam uma percentagem nula (0%) são as organizações feministas e as associações étnicas.

No mesmo, conclui-se que existe uma fraca participação em associações e ao mesmo tempo em Portugal verifica-se uma forte dependência a nível estatal. Mas que fatores estão na origem desta frágil intervenção da sociedade portuguesa em associações? Os fatores que podem estar na origem, passam pelos baixos níveis de literacia da população portuguesa de forma a contribuir para uma reduzida filiação e desinteresse da mesma em participar neste tipo de associações (Melo 2007 in Silva 2009:33).

A distinção entre as associações desportivas e as associações não desportivas é importante para estimar o resultado que advém do “envolvimento associativo”, isto porque ao se ser membro de uma associação desportiva significa mais a realização de uma atividade desportiva do que propriamente a construção de um vínculo com a instituição e a “vida associativa”. Ao ser parte integrante de uma associação de cariz mais desportivo, o próprio associado é identificado mais como um “cliente” do que um membro que exerce as suas atividade a nível da associação em que está inserido (Ferreira 2008:111).

Estes dados, são essenciais para entender que o nível de participação dos jovens portugueses em associações ainda é reduzido, no entanto, a população mais jovem que se associa, fá-lo sobretudo em associações desportivas (Ferreira 2008:114).

Quadro2: Associação desportiva *versus* não desportiva

Práticas	Associação desportiva		Outra associação	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral	–	42,1	–	50,0
Participação política *	0,7	–	0,9	–
Participação comunitária (últimos 12 meses)	–	3,9	–	20,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade	–	74,6	–	85,0
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas	–	55,4	–	65,9
Deveres cívicos**	6,2	–	6,4	–
Deveres políticos **	5,3	–	5,5	–
Deveres de solidariedade social **	5,2	–	5,4	–
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país	–	28,4	–	27,6
Pode-se confiar na maioria das pessoas	–	21,9	–	30,4
Sentimentos de autoconfiança ***	2,2	–	2,5	–
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo	–	76	–	75
Satisfação com a democracia	–	41,7	–	55
Desafecção política****	3,9	–	3,6	–
Competência política****	2,7	–	2,9	–
Interesse pela política	–	33,8	–	52,9

(*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(**) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(***) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(****) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

Fonte: Ferreira (2008:118)

Desta forma a informação contida no quadro 2, estabelece uma comparação entre as associações desportivas e outras associações de outro cariz. Como foi referido anteriormente, os jovens inclinam-se mais para associações de cariz mais desportivo, no entanto, neste quadro esse cenário altera-se, verificando-se que a categoria correspondente à “outra associação” apresenta percentagens mais elevadas, mas por vezes não tão significativas em comparação com as associações desportivas. Os jovens filiados em associações de carácter não desportivo, apresentam certas características que acabam por ser diferenciadoras e determinantes, como estarem “mais abertos às responsabilidades e aos deveres coletivos, revelam sentimentos mais intensos de confiança nos outros e de autoconfiança” (Ferreira 2008:118).

Assim, na categoria de atitudes cívicas em ambas as especificidades as outras associações apresentam maior percentagem comparativamente com as associações desportivas. No entanto, é importante referir que há exemplos em que a percentagem é maior no caso das associações desportivas, por exemplo “sente otimismo em relação ao futuro do país com uma percentagem de 28,4% enquanto que as outras associação possuem uma percentagem reduzida, com cerca de 27,6 %.

Quadro 3: Associativismo e cultura cívica

Práticas	Sem pertença associativa		Pertença associativa	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral		33,9		47,5
Participação política *	1,0		1,4	
Participação comunitária (últimos 12 meses)		2,8		15,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade		74,2		82,3
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas		56,3		62,9
Deveres cívicos**	6,3		6,9	
Deveres políticos **	5,3		5,9	
Deveres de solidariedade social **	5,2		5,4	
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país		23,9		27,8
Pode-se confiar na maioria das pessoas		20,7		28,0
Sentimentos de autoconfiança ***	2,1		2,5	
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo		68,6		75,5
Satisfação com a democracia		41,9		51,9
Desafecção política****	4		3,7	
Competência política****	2,6		2,9	
Interesse pela política		25,6		47,6

(*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(**) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(***) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(****) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

Fonte: Ferreira (2008:114)

Neste quadro, estabelece-se uma comparação relativamente à participação dos jovens com um certo laço associativo e os que não tem qualquer ligação a uma associação. Apesar de existir uma vertente a nível político, as categorias com mais importância são as “atitudes cívicas” e as “atitudes relacionadas com o capital social”. Assim, a ideia de que os jovens ao estarem sediados em determinada associação independentemente do cariz da mesma, é maior do que aqueles jovens que não tem qualquer laço com alguma organização. Por exemplo, na categoria das atitudes cívicas, especificamente no “devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade”, a percentagem dos jovens associados é de 82,3% comparativamente com os jovens que não participam em qualquer que é de 74,2%. Na categoria correspondente às atitudes cívicas, mais concretamente no “trabalho voluntário nas comunidades para resolução de problemas”, os jovens com participação em associações, apresentam uma percentagem de 62,9 % e os jovens sem qualquer participação em associações, tem uma percentagem de 56,3%. Na categoria das atividades relacionadas com o capital social, com enfoque no “pode-se confiar na maioria das pessoas, os jovens com a pertença associativa apresentam uma percentagem de 28,0%, sendo mais elevada comparativamente com os jovens sem pertença associativa, que apresentam uma percentagem de 20,7%. Para terminar, fazendo um balanço do quadro, a ideia é que os jovens que estão integrados numa associação apresentam percentagem mais elevadas relativamente com os jovens que não estão integrados

em qualquer associação, apesar de que por vezes essa diferenciação não é tao significativa. No entanto, o papel das associações é realçado, isto porque ajuda a sensibilizar a camada jovem dos problemas que afetam constantemente a sociedade e que é urgente resolvê-los. Torna-se essencial, estabelecer um compromisso com a mesma, de forma a que os jovens saibam quais as suas responsabilidades e as suas obrigações Ferreira (2008:115).

Quadro 4: Número de associações em que o individuo está envolvido, por país (percentagem)

Número de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Três ou mais	21,7	57,4	12,8	62,0	2,5	72,8	11,0	2,1
Duas	21,0	19,8	11,6	15,6	2,8	13,1	12,7	4,0
Uma	27,1	14,9	23,9	11,5	14,4	9,5	29,7	13,6
Nenhuma	30,2	7,9	51,6	10,9	80,2	4,6	46,6	80,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Viegas (2004:41)

Neste quadro está presente o número de associações em que o individuo pode estar inserido tendo em conta as seguintes categorias: “três ou mais”; “duas”; “uma” e “nenhuma” e os respetivos países: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Holanda, Moldávia, Noruega, Portugal e Roménia. Na categoria respeitante a “três ou mais”, o país que apresenta a percentagem mais elevada é a Noruega com 72,8%, em segundo lugar encontra-se a Holanda com 62.0% e em terceiro lugar, a Dinamarca com 57,4%. A Alemanha é a detentora da maior percentagem respeitante à categoria de “duas” associações, seguido da Dinamarca com 19,8% e a Holanda com 15,6%. Portugal é o que conquista a maior percentagem na categoria “uma” associação com 29,7%, a Alemanha ocupa o segundo lugar com uma percentagem de 27,1% e por último a Espanha com 23,9%. Para terminar, na categoria “nenhuma” o país detentor de maior percentagem é a Roménia com 80,4% seguido da Moldávia com 80,2 % e para terminar a Espanha com 51,6%. A principal conclusão deste quadro é que Portugal apresenta valores idênticos em relação à Espanha, os valores ostentados são superiores a países como a Moldávia e Roménia e por último os seus resultados são inferiores comparativamente com os países restantes como a Alemanha, a Noruega, Holanda e Dinamarca. Apesar de não colocar outro quadro referente ao tipo específico de associações, segundo o mesmo estudo, Portugal continua a apresentar nas associações desportivas uma elevada percentagem. No entanto, é de destacar outro tipo de associações com m cariz mais filantrópico, com ligação forte ao voluntariado Viegas (2004:42).

Quadro 5: Percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações

Tipos de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Consumidores	0,5	3,4	1,0	13,2	0,8	13,8	1,9	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	10,5	26,0	10,9	42,6	2,5	61,6	4,5	1,3
Interesses empresariais ou financeiros	3,5	11,9	3,2	9,5	3,9	11,3	2,4	1,6
Pais e moradores	4,9	41,6	10,1	27,9	3,2	39,1	4,8	5,2
Pensionistas e ex-combatentes	4,1	18,3	6,1	11,0	1,7	10,0	1,6	1,9
Solidariedade social e religiosas	20,6	35,6	19,5	46,2	4,0	46,7	25,6	3,6
Desportivas, culturais e recreativas	49,3	59,0	21,7	59,4	5,2	73,9	28,0	2,9
Sindicais e socioprofissionais	11,4	60,0	7,7	28,7	5,6	53,0	7,6	6,4
Partidos políticos	3,9	8,2	2,8	8,4	2,5	12,8	2,8	4,1
Em pelo menos uma associação*	69,8	92,1	48,4	89,2	19,8	95,4	53,4	19,6

Nota: *Este valor considera alguns tipos de associações que não foram contemplados em qualquer das categorias anteriores.

Fonte: Viegas (2004:41)

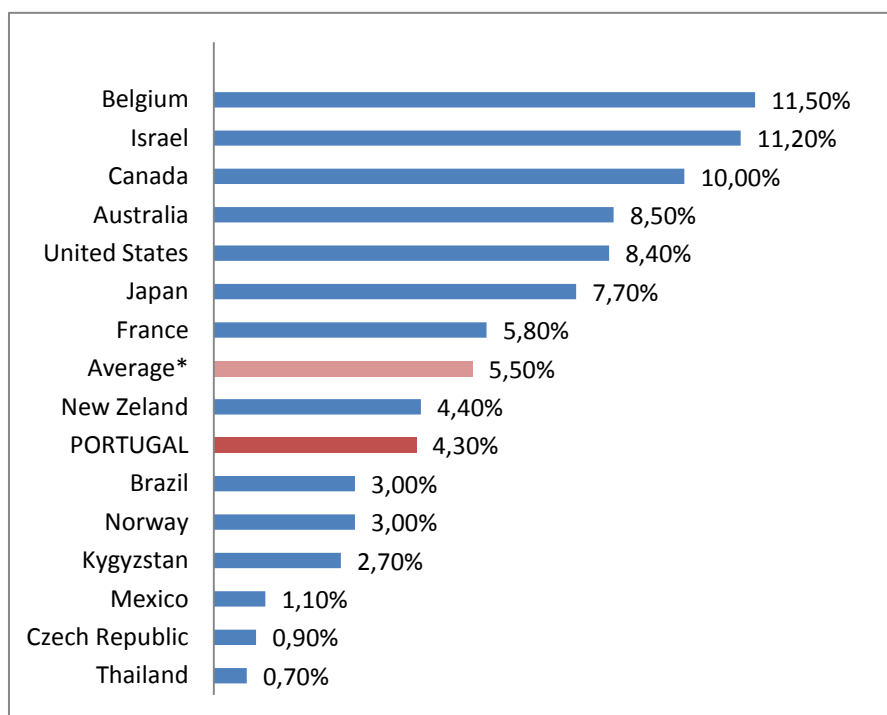
Como foi referido anteriormente, Portugal tem resultados próximos à Espanha, apresenta resultados acima da Roménia e Moldávia, mas encontra-se abaixo dos países nórdicos.

Neste quadro, o tipo de associações que mais enfase tem em Portugal, são as associações “desportivas, culturais e recreativas” com 28,0% e também as associações de “solidariedade social e religiosa” com uma percentagem de 25,6%. No caso da Alemanha, as associações com mais destaque são também as associações “desportivas, culturais e recreativas” com uma percentagem de 49,3 % seguido das de “solidariedade social e religiosa” com 20,6%. Relativo à Dinamarca, as associações “sindicais e socioprofissionais” são as que apresentam uma percentagem mais elevada com 60,0% sendo que se seguem as “desportivas, culturais e recreativas” com 59,0 %. Quanto à Espanha as associações “desportivas, culturais e recreativas” com 21,7% seguindo-se com 19,5 as associações de solidariedade social e religiosa”. A Holanda, também não foge à regra, na medida em que as associações “desportivas, culturais e recreativas” apresentam a percentagem mais elevada correspondente a 59,4 % sendo que a seguir se encontram as associações de “solidariedade social e religiosa” com uma percentagem de 46,2 %. A Moldávia também apresenta uma forte aposta nos dois tipos de associações, as “desportivas, culturais e recreativas” e as de “solidariedade social e cultural” que se tem destacado mais, com percentagem de 5.2 % e 4,0 respetivamente. A Noruega relativamente às associações “desportivas, culturais e recreativas” apresenta uma percentagem de 73,9 % seguido das associações de “defesa dos Direitos de cidadania e valores” com cerca de 61,6 %. Para terminar, a Roménia difere-se dos restantes

países em termos das associações sendo que com mais percentagem estão presentes os “sindicatos e socioprofissionais” com uma percentagem de 6,4 seguido de 5,2 respeitante às associações de “pais e moradores”. Duma forma geral, todos os países tem uma forte adesão a determinadas categorias em termos de associações exceto a Roménia que prima pela diferença.

Neste âmbito também é importante referir qual a posição de Portugal em perspetiva comparada a nível do terceiro setor.

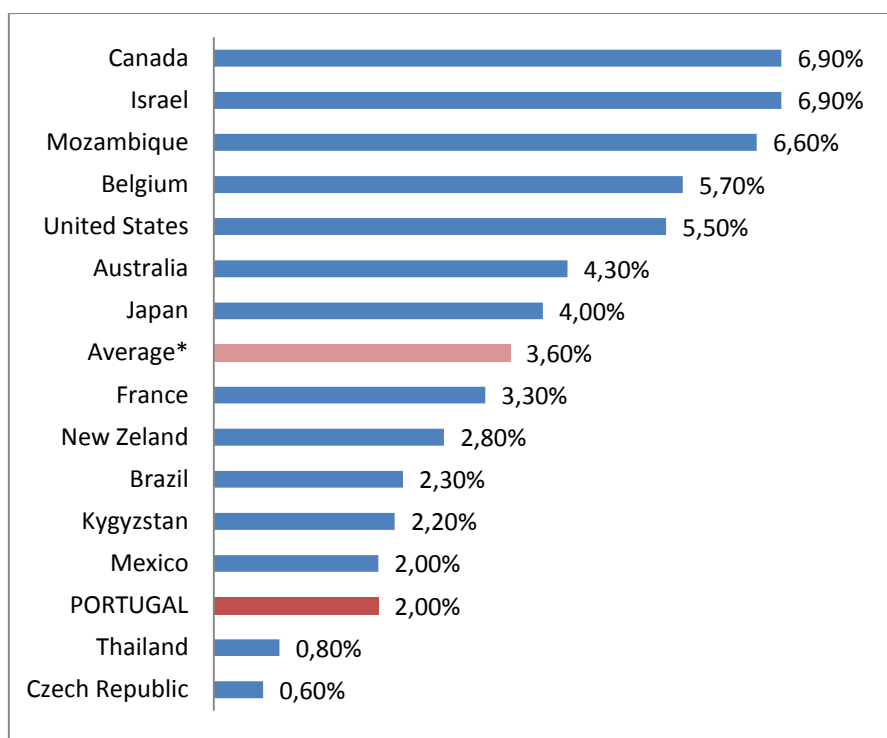
Gráfico 11:Emprego nas Organizações do Terceiro Setor



Fonte: Adaptado de Salamon et al. (2012:7)

Neste gráfico, estão presentes, os pesos que o emprego nas organizações do terceiro Setor têm em cada país. No caso em concreto de Portugal, o mesmo está situado no meio da tabela, com uma percentagem de 4.3 %. O país, que segundo este estudo apresenta a percentagem mais alta de 11.5 % é a Bélgica. Israel, alcança o segundo posto com uma percentagem de 11.2 %. A Tailândia, situa-se no último lugar, com uma percentagem de 0.7 %.

Gráfico 12: Contributo das Organizações do Terceiro Setor para o PIB



Fonte: Adaptado de Salamon et al. (2012:7)

Como se pode ver no gráfico 12, estão patentes os diversos pesos que as organizações do terceiro setor têm no PIB de cada país. Portugal, apresenta um peso de 2.0%, apresentando uma classificação reduzida comparativamente com o Canadá e Israel, que por exemplo, ocupam neste estudo o primeiro lugar. A República Checa ocupa o último lugar do gráfico, com uma percentagem de 0,6 %. Estabelecendo um ponto de comparação entre estas duas figuras, Israel e os Estados Unidos são os países que independentemente do valor estão fixados na mesma posição (11.2% e 6.9 % e 8.4% e 5.5 %) respetivamente.

Capítulo II – Apresentação do Local de Estágio

Surgimento da FEC- Fundação Fé e Cooperação

A FEC (Fundação Fé e Cooperação) é uma instituição canónico-civil de direito privado, segundo o estatuto da mesma (ver Anexo). Fundada nos anos 90, pela “Igreja Católica em Portugal – Conferência Episcopal Portuguesa, Confederação Nacional dos Institutos Religiosos e Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos” (FEC 2010:9). Surge no âmbito “das celebrações dos cinco séculos de ação missionária da Igreja Católica em Portugal decorridas entre 1990 e 2000, no âmbito do encontro e reencontro dos povos da lusofonia e do seu relacionamento, fruto de uma história comum e da contínua e profunda ação desenvolvida pelos missionários ao longo de décadas junto das populações dos países lusófonos” (FEC 2010:9). A primeira sede, foi na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa no edifício da biblioteca. Mais tarde, teve sede na CEP (Conferência Episcopal Portuguesa), no campo Mártires da Pátria nº43 e nos dias de hoje, está sediada nas instalações da CEP, na Quinta do Cabeço, Moscavide.

Inicialmente, a FEC esteve aliada “às celebrações comemorativas, mas à medida que a década das comemorações, se aproximou do fim, a FEC assumiu a continuação desse relacionamento entre comunidades e Igrejas, através de atividades e projetos de desenvolvimento nos países de expressão portuguesa” (FEC 2010:9).

Como organização de carácter confessional, a FEC descobre na religião, o principal motor para a sua intervenção, como meio de movimentar e sensibilizar a sociedade, estabelecendo um ponto de interação e de comunicação entre todos. A sua atuação tem como principal base de orientação “os valores do Evangelho e os princípios da Doutrina Social” (FEC 2010:11).

Cooperação é a palavra que mais se destaca em todo o trabalho desempenhado pela FEC, a nível nacional. A união entre vários atores da sociedade é crucial para obter uma maior “inclusão da diversidade individual e institucional, promovendo a cidadania ativa, a participação e a solidariedade” (FEC 2010:11).

Visão

Atualmente vivemos num lugar cada vez mais complexo e desafiante, repleto de injustiças sociais e exclusão social, e é esta realidade que a FEC faz questão de apresentar como forma, de consciencializar a sociedade dos problemas que a estão a afetar, na tentativa de reunir todas as condições básicas para que todos os indivíduos tenham direito a encontrar um lugar.

A visão desta organização passa pela mobilização e posteriormente pela consciencialização da sociedade, dos atores sociais e das organizações com o objetivo de a construir uma sociedade mais justa e equilibrada e que apesar da presença constante de obstáculos, é possível contornar este cenário.

Missão

A sua missão realiza-se através da ligação entre as comunidades e igrejas, com base na comunicação, consciencialização e ajuda sob as duas principais áreas de atuação: a **Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social**.

Organização Interna

A FEC desde 2010, com o objetivo de agilizar a comunicação interna, tem optado pela promoção e acompanhamento por parte da equipa relativo às tarefas dos elementos constituintes. Desde então, a equipa reúne-se para a formação da reunião geral, que se realiza na primeira semana de todos os meses, com exceção do mês de agosto. Na mesma linha, de 15 em 15 dias realiza-se o check in como forma de juntar a equipa com o intuito de elencar as tarefas programadas para a semana, tornando a equipa conhecedora das tarefas a serem executadas. Existem também as reuniões por departamentos e também com os respetivos coordenadores (Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social e o Administrativo Financeiro) e para terminar, decorre a reunião que inclui a coordenadora do departamento de cooperação para o desenvolvimento com os coordenadores das delegações nos países de atuação (FEC s.d: n.d.).

Como tem sido referido, a religião é uma característica predominante e vincada nesta organização, no entanto, segundo a mesma fonte, este fator não deve ser encarado como um obstáculo, por exemplo, no recrutamento de um indivíduo para desempenhar determinado cargo, pois o que deve ser realçado não é a sua orientação religiosa, mas sim a sua formação académica bem como as suas competências.

Áreas de Atuação:⁷

i. Cooperação para o Desenvolvimento:

Objetivo Estratégico:

- Construir parcerias sólidas e de longa duração que garantam a sustentabilidade das intervenções;

Objetivo Específico:

- Reforçar o acesso à educação, formal e não formal, das comunidades mais desfavorecidas;
- Reforçar os conhecimentos e competências dos parceiros no âmbito do ciclo do projeto e áreas técnicas;
- Melhorar o acesso das comunidades mais desfavorecidas a serviços de saúde de qualidade, em particular cuidados de saúde primários;

ii. Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social:

Objetivo Estratégico:

- Sensibilizar e mobilizar a sociedade portuguesa para a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

Objetivo Específico:

- Mobilizar a Igreja Católica em Portugal e nos países lusófonos para que sejam voz ativa e profética na promoção do desenvolvimento;
- Fomentar o trabalho em rede na sociedade civil como meio de potenciar colaborações e capacitar para as questões de desenvolvimento;
- Promover o voluntariado missionário como instrumento de desenvolvimento, meio de encontro de culturas e agente multiplicador na sensibilização da sociedade portuguesa para as questões de desenvolvimento;
- Desenvolver ações de advocacia social e campanhas que envolvam as estruturas da Igreja;
- Católica e do Estado e que consolidem parcerias estratégicas com organismos do sector público e instituições da sociedade civil;
- Garantir a interligação entre cooperação para o desenvolvimento e a advocacia social;

⁷ FEC (s.d) *Projecto Twendela kumwe - Capacitação Institucional da Cáritas de Angola Curso de Formação on job em Gestão de Organizações Sociais*. FEC, Lisboa.

Valores

São quatro, os valores pela qual a FEC se rege:

- i) **“Dignidade”** (FEC 2010:13), o principal foco são os indivíduos e a sociedade, com o objetivo de limar as suas potencialidades, numa lógica de melhoria em termos de “igualdade e equidade de género e promoção dos direitos humanos”.
- ii) **“Justiça Social”**(FEC 2010:13), primam pela garantia do acesso à saúde e à educação, com o intuito de proporcionar um acesso igualitário e justo destes bens essenciais à população com mais carências;
- iii) **“Subsidiariedade e Participação”** (FEC 2010:14) fomentar a participação e comunicação entre a sociedade no que diz respeito à preparação, execução, monitorização e análise de programas, destacando-se o trabalho em rede como principal meio para alcançar e destacar as intenções e ambições;
- iv) **“Solidariedade Global e Cidadania”** (FEC 2010:14), realiza-se através da promoção do apoio junto da sociedade e da Igreja Católica, onde é essencial que haja alguma consciencialização em detrimento de problemas como a fome, a pobreza e as desigualdades de forma a eliminá-los. O Voluntariado Missionário, também é encarado como uma das potenciais soluções para acabar com esses problemas nos países em desenvolvimento. O envio de voluntários, já conscientes das realidades predominantes nesses países, pode ser a chave de resolução dos mesmos.

Princípios

- i) **“Parceria e redes”** (FEC 2010:15), como o próprio nome indica é essencial a construção de uma parceria que facilite a comunicação entre os diferentes agentes, fomentando a transparência e a igualdade, sendo importante a presença deste tipo de parcerias nos países mais carenciados, facilitam a identificação dos problemas e posteriormente o reconhecimento de alternativas;
- ii) **“Sustentabilidade”** (FEC 2010:15), o grande objetivo passa pela criação de parcerias a longo prazo, com direção para a “mudança e desenvolvimento local sustentado” (FEC 2010:15).Na mesma linha, pretende-se ampliar “as campanhas de sensibilização e advocacia social” de forma a e consciencializar a sociedade em relação aos problemas como a pobreza e a “sustentabilidade ambiental” (FEC 2010:15) por último, o **“Profissionalismo e Transparência”**(FEC 2010:15) estes dois princípios têm de estar sempre presentes, pois são eles que permitem conhecer todo o trabalho feito no terreno pela organização. Um dos princípios destacados é a transparência, mecanismo que hoje em dia, tem um peso e posição relevante nestas organizações ou então noutra entidade que procure financiamento como forma de suporte para colocar em prática projetos. Ou

seja, estes mecanismos permitem que a própria organização faculte todo o tipo de informação para a sociedade e também para os próprios financiadores que possam estar interessados em financiar.

A tabela que se segue retrata de uma forma mais sucinta, os vários e diferentes passos que a FEC tem dado desde a sua criação, nos anos 90.

Tabela 2: Evolução da FEC desde a sua criação

1990	• Criação da FEC
1996	• Primeiro Encontro de Bispos Lusófonos
1997	• Candidaturas Programas Lusiadas IPI (até 2003)
1998	• Geminação de paróquias (até 2004)
1999	• Criação do fundo para rádios lusófonas • Início do Programa Igrejas Lusófonas / Luso Fonias
2001	• Projecto de Apoio à Educação Básica na Guiné Bissau • Primeira edição Boletim das Igrejas Lusófonas
2002	• Criação da Plataforma Voluntariado Missionário • Campanha de outdoors "Um Pode Fazer a Diferença"
2003	• Projecto de Apoio à Educação Básica em Angola (até 2006) • Apoio à Rádio Ecclesia (Angola) – parceria com Trocaire e Niza
2004	• Divisão por departamentos • Novo site
2006	• Campanha Presentes Solidários • Projecto EduSaúde em Timor Leste (até 2008)
2007	• Educação para o Desenvolvimento - Enlaces
2008	• Adesão à CIDSE

Países de actuação

- Portugal
- **Angola**
- Moçambique
- Cabo Verde
- S. Tomé e Príncipe
- **Guiné Bissau**
- Brasil
- Timor

Áreas de intervenção

- Cooperação
- Educação para o Desenvolvimento (ED)
- Plataformas

Fonte: (FEC s.d: n.d.)

Desta forma, inúmeros são os projetos, sejam eles finalizados ou em curso, levados a cabo pela FEC nos vários países de atuação. Sendo este capítulo dedicado à apresentação da organização onde realizei o meu estágio, não podia deixar de apresentar a panóplia de projetos que a FEC tem desenvolvido ao longo destes 25 anos. As duas áreas primordiais desta organização são a Cooperação para o Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento, tendo outras subentendidas como por exemplo, a Saúde, a Capacitação Institucional, a Educação para o Desenvolvimento, entre outras. Relativo aos países de atuação, a FEC foca o seu trabalho essencialmente em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal, Cabo Verde e Timor Leste, tal como a informação que se segue.

Projetos Finalizados E Em Curso⁸

Angola⁹

Projetos Finalizados:

- Programa Forvida- projeto para a vida Saúde;
- Projeto educação em movimento II;
- Projeto educação sustentável Educação e capacitação de agentes educativos, formação de comunidades, educação não-formal;
- Projeto Grão a Grão;
- Projeto Twendela Kumwe;
- Projeto FCT- Estudo Angola;
- Ser jovem no Gungo;
- Programa integrado de saúde materno- infantil- Fase I;
- Rádio Lusófonas -Angola;
- Educação em Movimento;
- Ensinar para aprender em LUAU ;
- PAEBA;

Projetos em Curso:

- Promoção dos direitos Humanos em Angola;
- Projeto FORVIDA- Projeto Obrigado Mãe;

⁸ Para mais informações consultar: <http://fecongnd.org/projectos.asp>

⁹ Projetos finalizados e em curso em Angola: http://fecongnd.org/projectos_angola.asp

Guiné- Bissau¹⁰

Projetos Finalizados:

- Mobilização Nacional para a Educação;
- Higiene e Saúde na escola;
- Projeto preparação para a escola e sensibilização dos pais e encarregados de educação;
- Projeto Djunta Mon;
- Projeto Bambaram di Mindjer;
- Processos Comunitários de desenvolvimento em estados frágeis;
- Reforço do ensino primário na região de Bafatá;
- Promover cultura no rádio;
- Maternidade sem risco;
- Avaliação do projeto CPHD- Cidadania, Paz e Direitos Humanos;
- Promoção da literatura no interior da Guiné-Bissau;
- Intercâmbio escolar;
- Campanha aprender sem risco;
- Acesso e qualidade de ensino na Guiné-Bissau;
- Avaliação de impacto da intervenção da FEC nas escolas de Auto-Gestão de OIO;
- Projeto FCT- Estudo Guiné-Bissau;
- Projeto + escola;
- Reconstrução do mercado de Catió;
- Rádio Lusofonias- Guiné- Bissau;
- PAEIGB;

Projeto em Curso:

- Melhoria do acesso ao sistema educativo de qualidade;
- Projeto pequena infância (ECCD - Early Childhood care and development);
- Projeto Bambaran di Mininu- Fase II;
- Firkidja di skola- descentralização da gestão de dados de educação;
- Formação de coordenadores das comissões de estudo e chefes de classe 1ºciclo e 2º ciclo do ensino básico;
- Projeto preparação para a escola e sensibilização dos pais e encarregados de educação (PESPEE II);
- Projeto jardim de infância inclusivo;
- Programa de ensino de qualidade em português na Guiné-Bissau;
- Bambaran di Mininu;
- Capacitação de estruturas da Igreja;

¹⁰ Projetos finalizados e em curso na Guiné-Bissau: http://fecong.org/projectos_guine.asp

Moçambique¹¹

Projetos Finalizados:

- Diagnóstico e apoio ao planeamento da ação das arquidioceses de Nampula no setor da Educação;
- Projeto Girl Move;
- Proculturas;
- Rádio Lusófonas Moçambique;
- Entre Povos;

Projetos em Curso:

- Projeto Othukumame- província de Niassa;
- Consultadoria Fundação Girl Move;
- Xipamanine Empreendedor;
- Instalação da Unidade Básica da Universidade Católica de Moçambique (UCM) em Maputo;
- Projeto Rufaro;

Portugal¹²

Projetos Finalizados:

- Projeto Enlaces II;
- Projeto Enlaces;
- Projeto Geminção de Paróquias;

Projetos em Curso:

- Crianças com direitos - Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança;
- Aterra- políticas globais e estratégias locais para o desenvolvimento rural;
- Semear Angola, Semear Portugal;
- M&M- Move- te pela Mudança;

¹¹ Projetos finalizados e em curso em Moçambique: http://fecongd.org/projectos_mocambique.asp

¹² Projetos finalizados e em curso em Portugal: http://fecongd.org/projectos_portugal.asp

Cabo Verde¹³

Projetos Finalizados:

- Rádio Lusófonas- Cabo Verde;

Timor Leste¹⁴

Projetos Finalizados:

- Edusáude;

¹³ Projetos finalizados e em curso em Cabo Verde: http://fecongdom.org/projectos_cabo_verde.asp

¹⁴ Projetos finalizados e em curso em Timor Leste: http://fecongdom.org/projectos_timor.asp

Reconhecimento das Atividades Executadas

No decorrer do estágio, diversas foram as tarefas desempenhadas, aumentando gradualmente com o passar do tempo. Antes de iniciar o estágio tinha ficado acordado, que a minha principal tarefa seria promover a divulgação da campanha “[semear](#)”, pertencente ao projeto “[Semear Angola, Semear Portugal](#)”, a decorrer no Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social. Este projeto agrupa-se a outros projetos que têm sido implementados a nível nacional, como por exemplo, o projeto “**aTerra**” e “**Crianças com Direitos**”.

É um projeto que decorre de outubro de 2013 a dezembro deste ano, em que a principal finalidade passa pela apresentação de duas realidades contrastantes, a de Angola, em que é visível a escassez de alimentos, onde se retrata o fenómeno da fome que tem afetado drasticamente milhares de pessoas em todo o mundo, e em Portugal, onde se verifica o oposto, o desperdício de alimentos. A ideia é de apresentar este paradoxo de forma a consciencializar a população de que é possível contornar este cenário tão avassalador e de que forma se pode fazer. O mesmo incentiva à prática da agricultura, tornando-se o principal meio de resolução do problema, assegurando as principais temáticas do projeto como, o Direito à Alimentação, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar. A divulgação do mesmo deve ser assegurada nos principais canais de comunicação da organização, isto é, no Facebook institucional e no Blog promocional do projeto.

A promoção do mesmo ocorre três vezes por semana: à segunda-feira é publicada uma notícia¹⁵ na página oficial do Facebook da instituição; à quarta-feira é publicado um artigo no Blog, que na maioria das vezes fui construído por mim ou então por entidades externas à FEC, por convite, e por último, à sexta-feira, publica-se uma vez mais, no Facebook, um post intitulado como “sabia que” intercalado com um fotografia de elementos internos e externos à FEC, como forma de dar a conhecer o apoio à campanha. No seguimento deste projeto, também auxiliei na preparação dos materiais para a “Conferência Semear” realizada no dia 27 de julho no ISEG.

Fiquei responsável pela construção da Agenda de 2016, com o tema “Desenvolvimento Sustentável” ficando encarregue da recolha e tratamento da informação a conter na mesma. Também tive oportunidade de estar presente numa das sessões de formação sobre o voluntariado missionário, em Leiria, a prestar apoio, na qual a FEC é a plataforma, que atualmente agrega em si cerca de 60 entidades.

Também estive envolvida, no evento, que se realizou no dia 6 de setembro, o “Dia dos Amigos FEC”, que contou com a presença de antigos e atuais colaboradores, como forma de recordar experiências e memórias, vividas ao longo do percurso pela FEC. Foi um evento que contou com a presença do fundador desta organização, o Padre Cachadinha.

¹⁵ Notícias essas que são recolhidas de jornais como o Público, o Diário de Notícias, os Jornais Angolanos e de movimentos ou associações que também promovem a redução do desperdício alimentar e que são importantes para consciencializar a população para esta realidade cada vez mais dura e persistente.

Mais tarde, foi-me pedida ajuda no outro departamento, o da Cooperação para o Desenvolvimento. Sendo uma das principais áreas de atuação da FEC, todo o seu trabalho repercute-se a nível internacional, mais concretamente em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Numa fase inicial, tinha como tarefa recolher propostas de financiamento e compilá-las para uma folha de excel, para mais tarde, serem enviadas para os coordenadores dos respetivos países onde atua.

Neste Departamento também tive oportunidade de fazer a revisão bibliográfica do manual que pertence à linha editorial da FEC, com autoria de Ana Aires sobre a educação de infância. Também tive um papel ativo no que diz respeito à introdução dos dados de uma ficha sociolinguística, a nível educacional, da Guiné-Bissau para uma folha excel, para mais tarde os dados serem tratados com o intuito de obter algumas respostas.

Ainda no mesmo departamento, tive a possibilidade de auxiliar na construção de uma candidatura para o Instituto Camões, com a seguinte designação: “Projeto Rumo à Excelência do Ensino Superior e Investigação em Moçambique” (PREEM). A candidatura passa pela construção de um polo universitário na cidade de Maputo, a Universidade Católica de Moçambique, com o objetivo de alargar os níveis de ensino quebrando assim também a forte desigualdade a nível de género. No entanto, moçambique é um país que ainda apresenta fortes desigualdades e debilidades em termos económicos, sociais e financeiros, tornando-se um dos países mais pobres a nível mundial. Em contrapartida, é um país que alberga uma taxa elevada de população jovem, acompanhado também de uma taxa de fertilidade significativa e uma reduzida taxa de mortalidade.

Na linha de candidaturas, também estive envolvida na recolha de bibliografia para uma outra candidatura para a Guiné-Bissau a nível dos direitos das crianças.

Para terminar, é de realçar que ao longo deste período em que estive a estagiar na FEC, tive oportunidade de conhecer melhor a organização, a nível interno, de acompanhar o trabalho de pessoas que todos os dias batalham para poder proporcionar melhores condições de vida a populações com extremas dificuldades. A opção pela realização do mesmo derivou pela vontade de conhecer o mercado de trabalho e de que forma eu me conseguia adaptar, tentando responder de forma eficaz às tarefas que me pediam para realizar. Desta forma, durante estes sete meses, aprendi muito, cresci enquanto pessoa e comecei a ter um maior sentido de responsabilidade. Com a realização do mesmo, pude aplicar alguns dos conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica bem como, enriqueci a minha formação com conhecimentos que até então desconhecia e que vão ser cruciais no meu futuro profissional.

Capítulo III- Metodologia

Apresentação da Metodologia

No decorrer deste projeto de investigação, foram selecionadas duas técnicas:

- Realização de entrevistas;
- Análise documental;

A escolha das mesmas, prende-se com a tentativa de obter respostas para a minha questão de investigação: “**qual o impacto da crise nas ONGD**”. O grande objetivo é apurar se a conjuntura atual tem afetado o financiamento destas organizações, no caso em concreto da FEC e se se averigua a carência de alargar as áreas de atuação como forma de obter outras e diferentes linhas de financiamento bem como, se a mutação em termos financiamento por parte do Estado, incentiva a uma maior procura de outras fonte de financiamento externo. Tendo particular atenção à minha questão de investigação, a melhor metodologia a empregar, é a metodologia qualitativa, mais concretamente, a produção de entrevistas e paralelamente, uma análise documental, feita aos relatórios de atividades presentes e disponíveis no site institucional da FEC entre 2005 e 2014.

Ao longo da literatura, é possível verificar que não existem modelos perfeitos, todos se fazem acompanhar de vantagens e desvantagens, no entanto, a sua escolha deve ser feita tendo em conta “os objetivos, modelo de análise e das características do campo de análise” (Quivy & Campenhoudt 1992:20). Assim sendo e segundo os mesmos autores, a tabela que segue, identifica os pontos de diferenciação de cada modelo.

Tabela 3: Elementos diferenciadores dos vários métodos de análise

Apresentação
Variantes
Objetivos para as quais o método é adequado
Principais vantagens
Limites e problemas
Método Complementar
Formação exigida
Referencias Bibliográficas

Fonte:(Quivy & Campenhoudt 1992:20)

A metodologia adotada é a metodologia qualitativa que se define como um “conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e descodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (Neves 1996:1).

Segunda a literatura existem dois tipos, a qualitativa e quantitativa. Tendo-os em atenção, há certos aspetos que diferem entre si, tais como: a forma como abordam determinada problemática, os mecanismos a utilizar para chegar ao resultado final, a forma como interpretam e apresentam os resultados e também, o tipo de amostra que é utilizada.

Mais concretamente, a metodologia em questão, é empregada em estudos que se focam, por exemplo, na realização de inquéritos e entrevistas, enquanto a quantitativa, requer uma amostra de grande dimensão, recorrendo à utilização de técnicas estatísticas, como a regressão e correlação. Na metodologia qualitativa, o número de casos é reduzido o que implica, que esses sejam estudados com o máximo de pormenor, o mesmo não acontece com a quantitativa, que como o próprio nome indica, contém um maior número de casos não exigindo um estudo pormenorizado.

Na mesma linha, os dados quantitativos, “trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenómenos” (Neves 1996:2). O próprio conceito de qualitativo requer “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (Chizzotti 2003:221).

A metodologia adotada é sobretudo caracterizada por “*takes much longer, requires greater clarity of goals during design states, and cannot be analyzed by running computers*” (Berg 2001:2). Implicando assim, “*inquiry employs different knowledge claims, strategies of inquiry and methods of data collection and analysis*” (Creswell 2003:141).

Uma das vertentes da metodologia qualitativa são as entrevistas, técnica que é vista como uma condição corrente e constantemente utilizada em projetos de investigação, com especificidade na área das Ciências Sociais em que uma das principais características passa pelo “contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores” (Quivy & Campenhoudt 1992:22). Para Mendes (1995:13) a entrevista é uma “co-construção social e o papel do entrevistador deve ser reconhecido no acto situado e único que é a entrevista”.

Após a escolha das entrevistas, o passo que se segue, passa pela tentativa de resposta a uma questão que surge frequentemente e que é essencial ao longo deste processo “quem é que vamos escolher para a realizar das mesmas?”. A solução a essa questão, é dada por, Quivy & Campenhoudt (1992:11), reconhecendo três grupos-alvo para a realização das mesmas, como os “docentes, investigadores e peritos

no domínio da investigação” que tem uma participação bastante ativa e um contacto permanente com os vários temas de investigação, sustentada por alguma experiência na área; os “testemunhos privilegiados” que engloba indivíduos com algum conhecimento na área por diversos motivos a nível de “posição, ação ou responsabilidade” e por último, “público potencial do estudo” que podem identificar a utilidade do estudo, numa perspetiva de “cliente final”. Nestes grupos deve permanecer um dos requisitos fundamentais, o seu conhecimento sobre a temática, assegurando a confidencialidade e a identidade do entrevistado em causa (Lakatus, 1996 in Boni & Quaresma 2005:72).

Neste sentido e no caso em concreto desta metodologia, devem ser assegurados cinco pontos, “fazer o menor número possível de perguntas; formular as intervenções de forma mais aberta possível; abster de se implicar no conteúdo da entrevista; procurar que a entrevista se desenrole num ambiente e num contexto adequado e gravar a entrevista” (Quivy & Campenhoudt 1992:11-12).

Uma vez já delimitada a técnica e o público-alvo, é fundamental que na preparação do guião, o mesmo, deve atestar uma certa coerência com a revisão bibliográfica, contendo as questões mais pertinentes e relacionadas com aquilo que queremos estudar.

Antes de dar início à entrevista é importante, definir alguns aspetos, tais como, informar o entrevistador de forma mais pormenorizada sobre aquilo que lhe vai ser solicitado, o porque de lhe ser pedido determinado tipo de informação e com que fins (Gonçalves 2004:73). Outro dos pontos cruciais passa pelo arquivo da mesma, certificando de que toda a informação que é disponibilizada pelo entrevistador, deve ser, assegurada através de várias modalidades, como o gravador, os apontamentos ou então a memória (Gonçalves 2004:75). Na altura de transcrever, segundo (Mendes 1995:13) “ crucial é, assim, colocar nas transcrições as perguntas, hesitações e expressões do entrevistador”. Outro dos aspetos importantes, a reter na altura da transcrição é colocar a pergunta pois sem a pergunta, torna-se “um acto descontextualizador e redutor” (Mendes 1995:13).

Como há modelos mais ou menos idóneos, este método não é exceção, não se acompanha somente de vantagens ou potencialidades, é portador de algumas limitações como: “ a flexibilidade do método torna importante a capacidade de competência do investigador; a informação não fica imediatamente disponível e a flexibilidade não nos deve levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador” (Quivy & Campenhoudt 1992:22). Na mesma linha, é de sublinhar que outra das limitações é a demora na transcrição das entrevistas.

Inseridas na categoria das entrevistas, estão várias modalidades, segundo a literatura, como as “entrevistas padronizadas ou estruturadas”, que como o nome indica, seguem um determinado padrão, repercutindo-se na presença e seguimento assíduo desse mesmo guião no decorrer da entrevista; as “não estruturadas”, são o contrário das padronizadas em que as questões surgem pontualmente e não seguem nenhuma

disposição, ou seja, “não existe rigidez no roteiro” Silva & Menezes (2001:33); “as projetivas”, contemplam a utilização de uma bateria de instrumentos, como fotografias e filmes que ajudam no desenrolar da entrevista; “histórias de vida”, em que há uma constante disponibilização de informação de vivências de uma indivíduo ou até de um grupo ao entrevistador e por último, os “grupos focais” que passam pela formação de grupos que podem ou não partilhar as mesmas ideias de forma a incentivar a discussão, acompanhados maioritariamente por um moderador que tem como principal função moderar e assegurar que o debate não extrapola o tema definido inicialmente por (Boni & Quaresma 2005:72-73) e (Silva & Menezes 2001:33).

Existem também três tipos de entrevistas, as abertas, na qual se coloca a questão ou determinado tema para discussão e dá-se total liberdade ao entrevistador para fornecer a maior quantidade de informação possível, nunca descurando o tema em questão (Minayo1993 in Boni & Quaresma 2005:74). Em relação às estruturadas, diferem das anteriores, na medida em que é o próprio entrevistador que deve assegurar com firmeza a conduta da entrevista e por último, as semiestruturadas que surgem duma combinação entre questões abertas e fechadas, na qual, o entrevistador tem de ter a capacidade de saber conduzir a conversa de forma a haver a disponibilização de conteúdos que tenham enfoque no tema Boni & Quaresma (2005:74). A principal vantagem tanto das entrevistas abertas e semiestruturadas é a “elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados estudos” (Boni & Quaresma 2005:75). Na mesma linha, “são possibilitadoras de uma abertura e proximidade entre o entrevistador e o entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (Boni & Quaresma 2005:75). No entanto, esta técnica apresenta algumas desvantagens por parte do entrevistador, tais como, a carência monetária, o consumo a nível de tempo e muitas vezes, a necessidade de manter o entrevistado no anonimato condicionando assim que muita informação considerada importante não seja utilizada (Boni & Quaresma 2005:75).

A nível do tipo de amostra, existem dois modelos de amostragem: a probabilística, que se desdobra em quatro tipos: a amostra aleatória simples; a amostra por clusters; a amostra quase-aleatória; a amostra estratificada e a amostra estratificada desproporcional. E a não probabilística que se divide em amostra por quotas, a amostra intencional, a bola de neve, a amostra teórica e a amostra por conveniência. A escolha do tipo de amostragem depende fortemente das respostas que procuramos no projeto de investigação.

Análise Documental

A análise documental, como foi referido no início deste capítulo, foi também uma das técnicas utilizadas com o objetivo de captar informação, a nível financeiro, que fosse fatural e verdadeira, estando disponível para consulta dos cidadãos, no site institucional da FEC.

Duma forma geral, esta técnica é “constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar” (Neves 1996:3). Desta forma, os próprios documentos assumem-se como “uma fonte não-reativa”, servindo como garantia de que a informação não sofre qualquer modificação com o passar do tempo (Godoy 1995:22).

Inúmeras são as vantagens e propriedades que podemos obter da mesma como “a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva et al. 2009:2).

A utilização da análise documental, requer fundamentalmente a presença de fatores como a seleção dos documentos, o acesso a eles e a sua análise (Godoy 1995:23). Neste caso em concreto como tem sido referido, são documentos com fácil acesso e que disponíveis no site institucional.

É de realçar que no período entre 2005 e 2014, a política de divulgação desta informação financeira foi-se alterando, isto é, entre 2005 e 2006, não estava tão evidente a presença de dados sobre a origem dos fundos, do financiamento por país, nem do financiamento por atividade. O conteúdo que foi recolhido e que estava presente nos relatórios de atividades, respeitante a esses dois anos, diz respeito ao valor do orçamento anual e os apoios provenientes do IPAD, da CEP e de Patrocinadores Privados. Outra limitação foi a não presença de qualquer tipo de dados financeiros entre 2007 e 2009, tendo sido solicitada essa informação à própria instituição. Só a partir de 2010, é que houve, por assim dizer, uma maior aposta e clarificação em termos dos dados financeiros, tendo como base, um dos princípios defendidos pela organização, a transparência. Desta forma, o conteúdo presente na tabela que se segue foi retirado dos relatórios de atividade entre 2010 e 2014, no entanto, friso uma vez mais, pois apesar de não haver consonância de dados entre 2005 e 2014, a alternativa foi apresentar uma evolução temporal em três estados, ou seja, na seção respeitante ao diagnóstico obtido através dos relatórios de atividade, foi construído um gráfico incluindo 2005 e 2006; de seguida, foi novamente construído outro gráfico com dados entre 2007 e 2009 e por fim, foi traçado outro já com informação mais detalhada entre 2010 e 2014. As tabelas que se seguem apresentam todo o conteúdo que foi recolhido e tratado através dos relatórios de atividades, tendo em atenção os três períodos temporais e também pela FEC, em relação a 2007 até 2009.

Tabela 4: Dados recolhidos através da Análise Documental, dos relatórios de atividade da FEC, entre 2005-2006

Orçamento Anual
Apoios do IPAD
Apoios da CEP
Apoios de Patrocinadores Privados

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5: Dados obtidos pela FEC, entre 2007-2009

Financiamento Público
Financiamento Privado
Fundos Próprios

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6: Dados recolhidos através da Análise Documental, dos relatórios de atividade da FEC, entre 2010-2014

Origem dos Fundos
Financiamento por País
Financiamento por Área de Atividade

Fonte: Elaboração Própria

Hipóteses:

H.1-Impacto da crise no seio das ONGD, leva a um uso recorrente ao financiamento externo internacional;

O grande objetivo desta hipótese, é apurar se com a crise que afetou Portugal desde 2008, se causou uma mudança em termos das linhas de financiamento, repercutindo-se por exemplo, na procura de financiamento externo internacional, de forma a assegurar a continuidade dos projetos.

“A sociedade civil não tem suportado financeiramente, até hoje, as suas próprias organizações. O Estado noutros países da União Europeia reconhece e suporta financeiramente as ONG, em Portugal esse reconhecimento é “mínimo, supletivo e financeiramente indigente” (Luís de França 2013:16 in Araújo 2006:16).

Esta citação é importante na medida em que retrata as fortes debilidades presentes na sociedade civil repercutindo-se todas essas dificuldades no bom funcionamento das organizações pertencentes a esse grupo. Na mesma linha, Portugal torna-se um país em não há a presença de garantias não só em termos

financeiros relativamente a estas organizações, sendo visível esse reconhecimento em outros países pertencentes à União Europeia. Ou seja, esse reconhecimento mínimo leva a que as ONGD recorram ao financiamento externo internacional devido à redução significativa de financiamento por parte do Estado. Fatores já mencionados como a falta de reconhecimento, a reduzida parcela proveniente do Estado, aumenta de forma considerável as dificuldades das ONGD, levando-as a sofisticar *as práticas, nomeadamente, na formalização de candidaturas a financiamento e por outro lado, a procurar oportunidades financeiras em diversas origens em Portugal através de doadores privados*” (Araújo 2006:126). Desta forma, é importante que estas organizações se ajustem e apostem o seu trabalho de forma a abranger outras linhas de financiamento, com o intuito de reduzir essa forte dependência estatal.

H.2- Com a conjuntura atual e com a dificuldade em obter financiamento, é visível o alargar do campo de atuação das ONGD;

Com esta hipótese pretendo salientar, que ao ser cada vez mais difícil obter financiamento e com a conjuntura atual, as ONGD sentem a necessidade de alargar o seu campo de atuação.

Estas duas hipóteses têm um ponto em comum, a questão do financiamento. E o quão é importante, como forma de garantir e assegurar a sobrevivência e atuação destas organizações.

Segundo a literatura, podemos constatar que as ONGD, para obter financiamento, “*tendem a alterar a sua áreas temáticas e de atuação em função da ausência desse mesmo financiamento*” (Alves,1996 in Cabral 2011:24). No entanto, a minha intenção é provar que as mesmas apenas alargam, ou seja, não “abdicam” da sua área inicial, mas passam a trabalhar noutra área, “*que não são da sua especialização*” (Cabral 2011:22) de forma a conseguir financiamento. Evidenciando a capacidade de adaptação destas organizações, com o intuito de atingir o fim a que se predispõe.

Explicação da Amostra

Como já foi referido anteriormente, a metodologia a utilizar passa pela realização de entrevistas e na mesma linha, uma análise documental dos relatórios de atividades da FEC, entre 2005 e 2014. Para o meu estudo, tive a oportunidade de executar seis entrevistas essenciais para obter as respostas à minha questão de investigação e posteriormente testar as minhas hipóteses de investigação.

Para além de o meu foco de estudo ser a FEC, não podia deixar também de apresentar, de uma forma, mais geral, alguns pontos pertinentes como, de que forma as ONGD foram afetadas pela crise financeira internacional; qual tem sido a sua capacidade de reação e que alternativas estão a ser colocadas em cima da mesa, garantindo a sua atuação.

Estas entrevistas foram conduzidas por um guião, de elaboração própria, seguindo uma estrutura fixa, podendo no entanto, haver a inclusão de alguma questão que inicialmente não constava no mesmo e que

provavelmente terá surgido ao longo da entrevista. O guião, foi construído tendo atenção a presença de fatores como a revisão da literatura, as minhas hipóteses de investigação, a procura linhas de financiamento mais a nível externo, o alargar das áreas de atuação, bem como, o impacto da crise nestas organizações, ou seja, quais as consequências negativas e/ou positivas que advirão da crise. O formato do guião é composto essencialmente, por duas secções, a primeira em que o objetivo era apurar, desde quando é que a FEC tem criado contato com as entidades entrevistadas (em Anexo). A segunda secção, foi traçada com o intento de alcançar algumas debilidades presentes de uma forma geral, nas ONGD portuguesas e que potencialidades podem ser analisadas, com o fim de melhorar e a garantir a sua sustentabilidade.

A durabilidade das entrevistas, nem sempre foi a mesma. A realização das mesmas ocorreu entre o 28 de setembro e o 19 de outubro, ocorrendo nas respetivas sedes das instituições.

Numa primeira fase, foi enviado um e-mail, em que o conteúdo passava pela solicitação da realização de uma entrevista, inserida no relatório de estágio que estaria a decorrer para a obtenção do grau de mestre pela Universidade de Aveiro e que deixaria ao cargo do mesmo, o agendamento do dia e respetiva hora, mostrando total interesse e disponibilidade em reunir. Aproveito para referir, que após o envio desse e-mail, a resposta por parte de todos os entrevistados foi rápida, no entanto, é importante frisar que só duas ONGD com as quais eu queria ter tido a oportunidade de entrevistar, em uma delas haveria disponibilidade, a partir de novembro quiçá dezembro e em relação à outra, apesar de alguma persistência, não obtive qualquer resposta.

A primeira entrevista foi realizada a um dos elementos da FEC. Um dos fatores que levou à escolha, prende-se com o facto de ser o elemento mais antigo na organização. Ao longo da mesma, foi possível apresentar vários pontos de vista sobre vários temas, como por exemplo, a presença da religião, visto que a organização tem uma identidade religiosa e se essa identidade está presente no dia-a-dia da FEC, aquando da implementação dos projetos e se a própria, assume uma barreira de contacto em relação com outras organizações. Abordou-se também a repercussão que a crise teve na FEC.

A segunda entrevista, realizada foi a outro elemento da FEC, mas mais direcionado para a vertente financeira. A mesma, permitiu tirar algumas conclusões como, por exemplo, se a crise veio afetar a linha de projetos promovidos pela FEC, havendo um acréscimo ou quebra e se foi aparente um aumento do volume de verbas da organização antes e com a chegada da crise. Foram também discutidas outras questões pontuais, como por exemplo, a origem dos vários fundos que a organização beneficia.

A terceira entrevista foi realizada a um elemento da Plataforma Portuguesa das ONGD. O teor da entrevista, passou pela avaliação do impacto da crise e de que forma veio afetar o funcionamento das ONGD. Abordaram-se duas questões pertinentes, como a necessidade de procurar financiamento internacional e alargar o seu campo de atuação, isto com um único propósito, a obtenção de outras linhas de financiamento para assegurar a implementação dos projetos e sobrevivência destas organizações.

A quarta entrevista foi realizada, no Instituto Camões, a um elemento que tem um contato muito direto não só com a FEC mas também, no campo geral das ONGD. Foi essencial em dois aspetos, primeiro porque foi possível apurar a evolução ou diminuição do número de projetos co financiados pelo Camões e depois numa abordagem mais generalistas de como a crise, uma vez mais, veio afetar estas organizações e em quem aspetos.

A quinta entrevista foi realizada, a um elemento da Fundação Calouste Gulbenkian, em que foi possível conversar sobre o impacto da crise e quais as principais alternativas para garantir, uma vez mais, a sobrevivência destas organizações.

Quanto à última entrevista, esta foi efetuada a outro elemento da Fundação Calouste Gulbenkian, apresentando tal como os restantes, a particularidade de constituir um contato permanente e assíduo, no caso das ONG portuguesas e também por conhecer o trabalho da FEC.

É de realçar, que apesar de a entrevista realizada à Plataforma Portuguesa das ONGD, ao Instituto Camões e à Fundação Calouste Gulbenkian ostentarem o mesmo guião, foi importante apurar as diferentes perspetivas, debilidades e potenciais alternativas com o intuito de aperfeiçoar ou pelo menos, diminuir os problemas que mais concretamente, nestes últimos anos, tem causado alguma instabilidade a nível de funcionamento das ONGD, com o intuito de diminuir um dos grandes problemas, a debilidade financeira. Para terminar, tenho de realçar que toda a informação disponibilizada pelos entrevistadores, não vai ser identificada, como forma de manter a confidencialidade e não comprometer qualquer tipo de informação colocado no estudo.

Capítulo IV- Análise de Dados

Diagnóstico obtido através dos relatórios de atividades da FEC

Um dos materiais utilizados para pudermos avaliar a questão do financiamento foram os relatórios de atividade da Fundação Fé e Cooperação a partir de 2005, documentos disponibilizados no site institucional¹⁶.

No entanto, é importante referir que nem todos os relatórios de atividades, tendo em atenção esse período temporal, não são portadores do mesmo tipo de informação. Após uma análise aos mesmos, é essencial referir, uma vez mais, que não há qualquer tipo de dados referentes a 2007, 2008 e 2009. Para colmatar essa ausência, foi solicitada essa informação à instituição e que será apresentada ao longo desta seção. Uma vez mais, devido à dissemelhança de dados, a alternativa a adotar passou pela divisão da mesma em três períodos temporais, ou seja, 2005-2006; 2007 até 2009 e por último, 2010-2014. Só a partir de 2010, é que este tipo de conteúdos passou a ser tratado e exposto de forma mais clara e transparente.

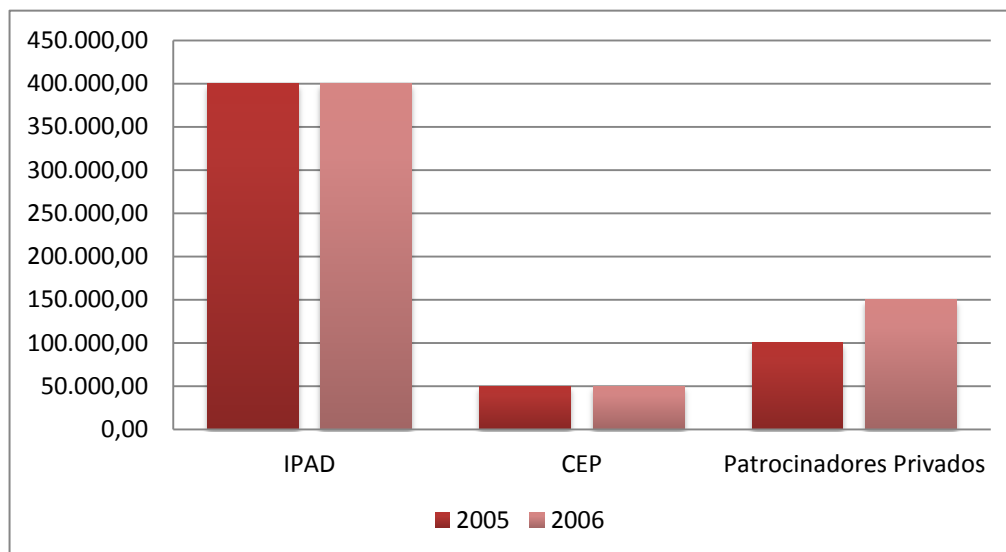
¹⁶ Site Institucional da FEC: http://fecongond.org/qs_noticia.asp?noticiaid=32966

Optei pela escolha deste produto, pois é um produto que é disponibilizado anualmente e retrata todo o percurso realizado ao longo do ano, repercutindo-se, no balanço dos projetos que estão a decorrer no momento nos diferentes países de atuação, o feedback da equipa e de todos os participantes no projeto, que estão no terreno e que apresentam a sua perspectiva sobre um projeto em causa, todos os materiais que foram tornados públicos ao longo do ano em questão, tais como manuais, estudos de caso e para terminar, a questão financeira, que apresenta as origens dos fundos e os financiamentos quer por atividade quer por país.

A FEC é uma ONGD, que prima pela transparência expondo neste mesmo documento, o balanço em termos da origem dos fundos, o volume de financiamento para as diferentes atividades e para terminar, o financiamento disponível nos vários países, sendo estes os pontos cruciais da minha investigação.

Origem dos Fundos

Gráfico 13: Origem dos fundos da FEC, entre 2005 e 2006



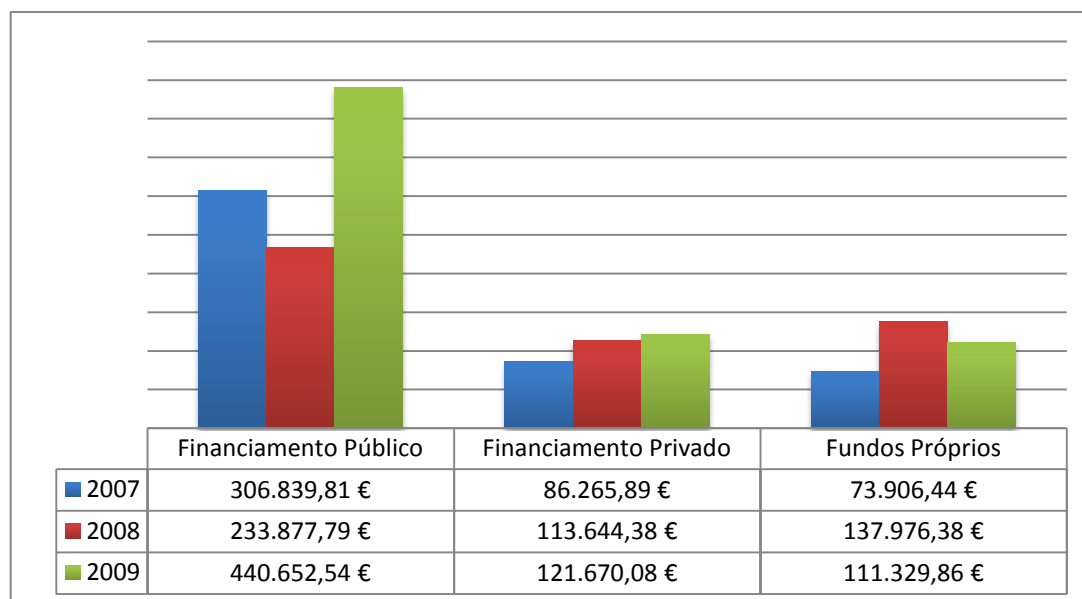
Fonte: Adaptado dos Relatórios de Atividade (FEC 2005); (FEC 2006)

Segundo consta nos relatórios de atividade, o orçamento planeado para 2005 era de 550.000€, em que o valor total correspondia à soma proveniente dos 400.000€ do IPAD, dos 50.000€ da CEP e 100.000€ dos patrocinadores privados.

Para 2006, o orçamento projetado era de 600.000€, em que o valor total correspondia à soma proveniente dos 400.000€ do IPAD, dos 50.000€ e 150.000€ dos patrocinadores privados.

Ao estabelecermos uma comparação, entre 2005 e 2006, verifica-se um aumento no orçamento anual de 50.000,00€ bem como, se verifica uma estabilidade no valor derivado do IPAD, atual Instituto Camões, com o valor de 400.000,00€ e da CEP com os 50.000€. Na mesma linha, é visível, um aumento de 50.000,00€ por parte dos patrocinadores privados

Gráfico 14: Origem dos Fundos da FEC, entre 2007 e 2009



Fonte: FEC

Entre 2007 e 2009, as principais fontes de financiamento, passava pelo financiamento público, pelo privado e pela presença de fundos próprios. Cada uma destas fontes de financiamento apresenta proporções diferentes, tal como é visível no gráfico. O financiamento público, em comparação com as restantes fontes de financiamento é a que apresenta valores mais elevados, em que por exemplo, em 2007 tinha um valor de 306.839,81€, em 2008 era de 233.877,79€ e em 2009 era de 440.652,54€. O ano de 2008 em termos de financiamento público foi o ano em que foi clara uma descida comparativamente com o ano anterior de 72.962,02€, mas em contrapartida, houve uma subida no ano subsequente de 206.774,75€.

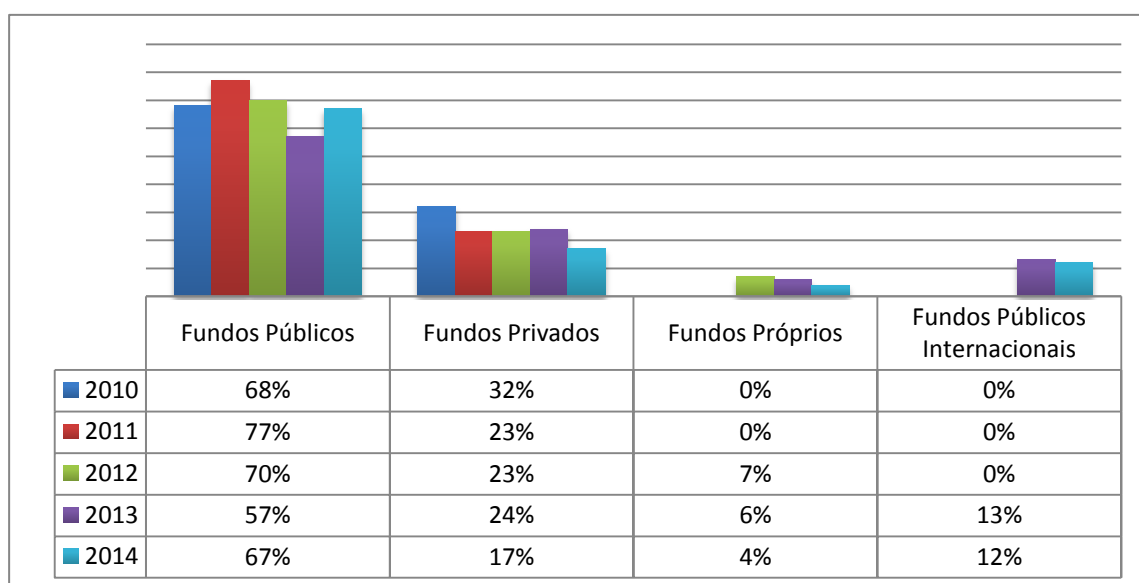
Desta forma, o ano de 2009, em termos de financiamento público, comparativamente com as restantes fontes de financiamento é o que apresenta o valor mais elevado, 440.652,54€. Relativamente ao ano de 2008, a fonte de financiamento que mais se destacou foi os fundos próprios, com um valor de 137.976,38€ e para terminar, o ano de 2009, evidencia-se em duas fontes, no financiamento público com 440.652,54€, apresenta então o valor mais elevado relativamente aos anos antecedentes, com uma clara

distância e no financiamento privado, com uma pequena diferença de 8025,70€ em relação ao ano de 2008.

O financiamento privado, foi o que registou um aumento constante entre 2007 até 2009 em comparação com as restantes fontes de financiamento da FEC. Em 2007, a FEC tinha apoio no valor de 86.265,89€ tendo ampliado para 113.644,38€ em 2008, o que significa uma subida de 27.378,49€. Para terminar, em 2009, a FEC teve um apoio de 121.670,08€, que comparativamente com 2008 houve um aumento de 8025,7€.

Por último, em relação aos fundos próprios, esta categoria, entre 2007 e 2009 os valores têm sido irregulares, ou seja, em 2007 o valor era de 73.906,44€ com um aumento em 2008 para 137.976,38€, no entanto, em 2009 foi aparente uma redução para 111.329,86€, ou seja, fala-se de uma descida de 26.646,52€.

Gráfico 15: Origem dos Fundos da FEC, entre 2010 e 2014



Fonte: Adaptado dos vários Relatórios de Atividade (FEC,2010); (FEC,2011); (FEC,2012); (FEC , 2013); (FEC,2014)

Tendo em atenção ao último relatório de atividades, que corresponde ao ano passado, não há sinais de qualquer alteração ou introdução de alguma categoria, mas em contrapartida existe uma descida comparativamente com o ano anterior, nas seguintes categorias: fundos privados, fundos públicos internacionais e fundos próprios com exceção dos fundos públicos, que em relação ao ano anterior, aumentou uns dez pontos percentuais.

Fazendo um balanço relativo aos **fundos públicos**, no período entre 2010 e 2011 verificou-se um aumento de 9%. No entanto no período seguinte, ou seja, entre 2012 e 2013 foi visível uma redução na casa dos 13%, sendo que no período seguinte entre 2013 e 2014 verificou-se uma subida de 10%. Os fundos públicos, advêm essencialmente, do Instituto Camões; do Instituto de Emprego e Formação Profissional; da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos Municípios.

Em relação aos **dos fundo privados** no período de 2010 a 2014 verifica-se uma descida brusca entre 2010 para 2011 rondando os 9 % e também entre 2013 e 2014 se verificou uma descida na casa dos 7 %. No período 2012 e 2013 foi também visível uma descida mas mínima, de 1%. Segundo foi apurado esses fundos são provenientes por exemplo, da Fundação Calouste Gulbenkian); da PLAN¹⁷ que é uma organização não-governamental centrada nos apoios a crianças; da Conferência Episcopal Portuguesa da CIDSE (Rede Europeia de Organizações Católicas) e a Obras Missionárias Pontifícias.

Como foi mencionado ao longo desta seção, **os fundos próprios** surgiram a partir de 2012, isto segundo o seu registo no relatório de atividades. Segundo o entrevistador B, *“começámos a fazer essa distinção, ou seja, fomos afinando e tentando tornar cada vez mais clara e transparente, a prestação de contas da FEC”*. Desde o seu surgimento, até aos registos mais recentes, tem sido aparente a redução, por exemplo de 1 % entre 2012 e 2013 e depois, de 2 % entre 2013 e 2014. Estes fundos refletem-se em donativos ou receitas dos produtos e serviços da organização.

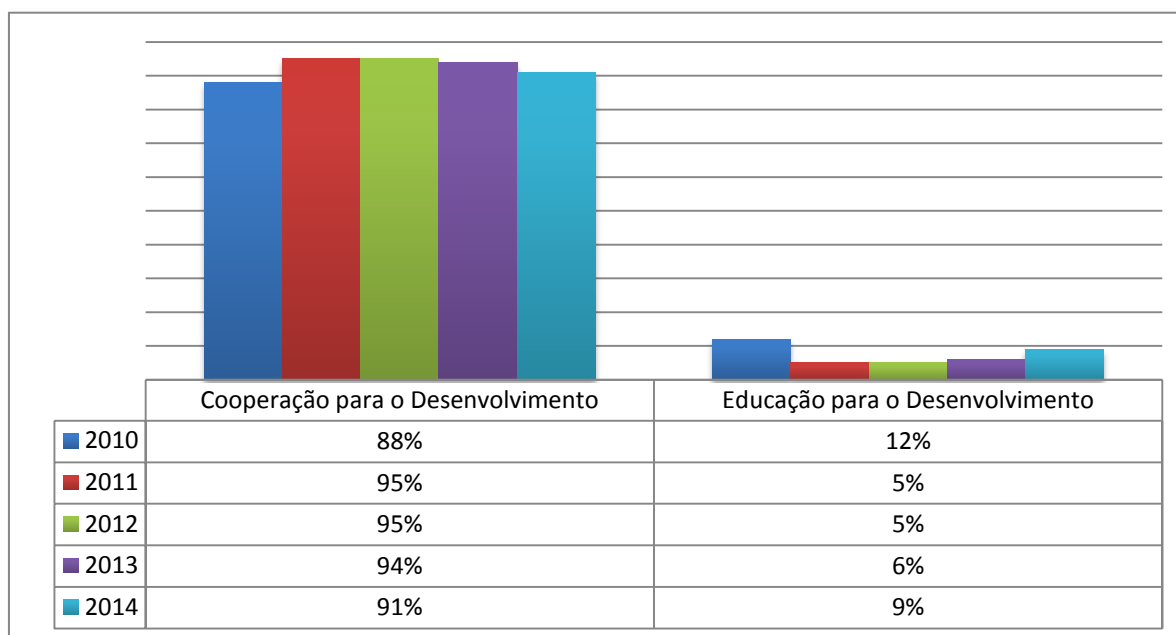
Para terminar, **os fundos públicos internacionais**, surgiram segundo o registo do relatório de atividade, em 2013. Nesse ano registaram uma percentagem na casa dos 13 % tendo-se reduzido em 1 % no ano seguinte. Os mesmos, derivam de entidades internacionais, tal como o próprio nome indica, e que ao mesmo tempo, são constituídas por Estados, como a Comissão Europeia, a UNICEF e a EEAGrants. A principal justificação relativo ao seu surgimento, no ano de 2013, é a mesma sustentada pelo entrevistado B, *“começámos a fazer essa distinção, ou seja, fomos afinando e tentando tornar cada vez mais clara e transparente, a prestação de contas da FEC”*.

Financiamento por Atividade

Como a Fundação Fé e Cooperação atua essencialmente em duas áreas: a Cooperação para o Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento, o financiamento irá incidir essencialmente sobre estas duas áreas.

¹⁷ É uma organização humanitária, sem filiação política ou religiosa presente em 70 países. Defende os direitos das crianças assegurando o bem-estar geral. Para mais informações consultar: <https://plan-international.org/>

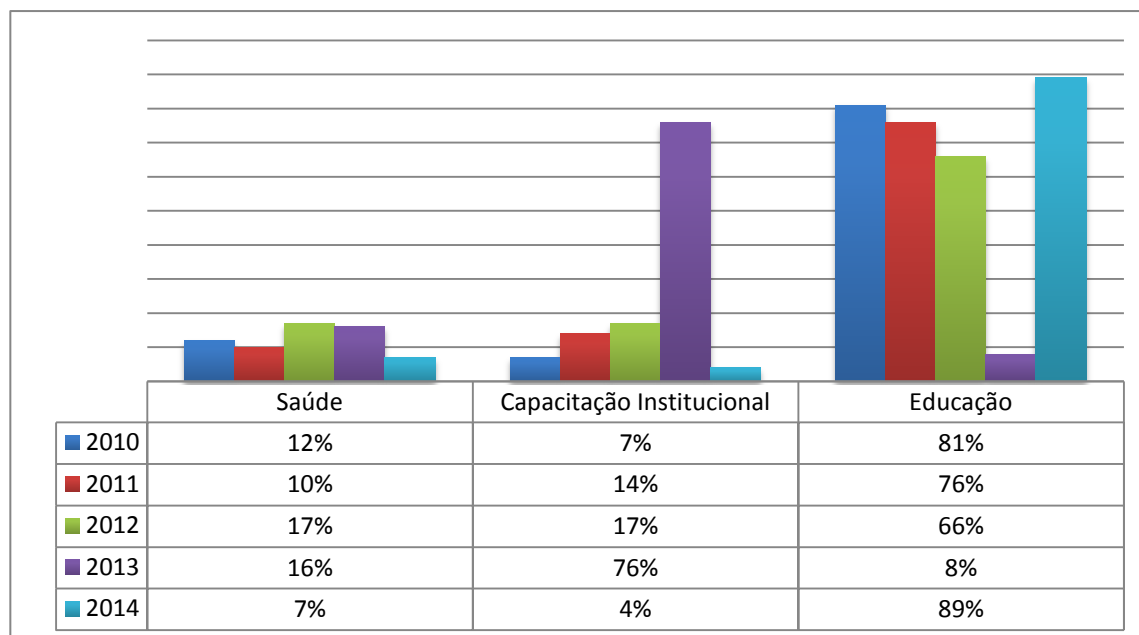
Gráfico 16: Financiamento por Atividade da FEC, entre 2010 e 2014



Fonte: Adaptado dos vários Relatórios de Atividade (FEC,2010); (FEC,2011); (FEC,2012); (FEC,2013); (FEC,2014)

A seção respeitante ao financiamento por atividades é uma das componentes presentes no relatório de atividades. O gráfico anterior, apresenta dados referentes a 2010 e até 2014, nas duas principais áreas de atividade da FEC, a Cooperação para o Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento. À primeira vista, a área que apresenta maior percentagem ou volume de financiamento é a Cooperação para o Desenvolvimento, com percentagem na casa dos 80% e 95 %, o contrário, verifica-se na área da Educação para o Desenvolvimento, em que as percentagens não chegam a alcançar por exemplo, os 15 %. Segundo os dados obtidos através dos relatórios de atividade é possível apurar que a Cooperação para o Desenvolvimento nos anos 2011 e 2012 foi a área que mais volume de financiamento recebeu, em contrapartida para a área da Educação para o Desenvolvimento, estes dois anos foram os que apresentaram menor percentagem em termos de financiamento, rondando os 5 %.

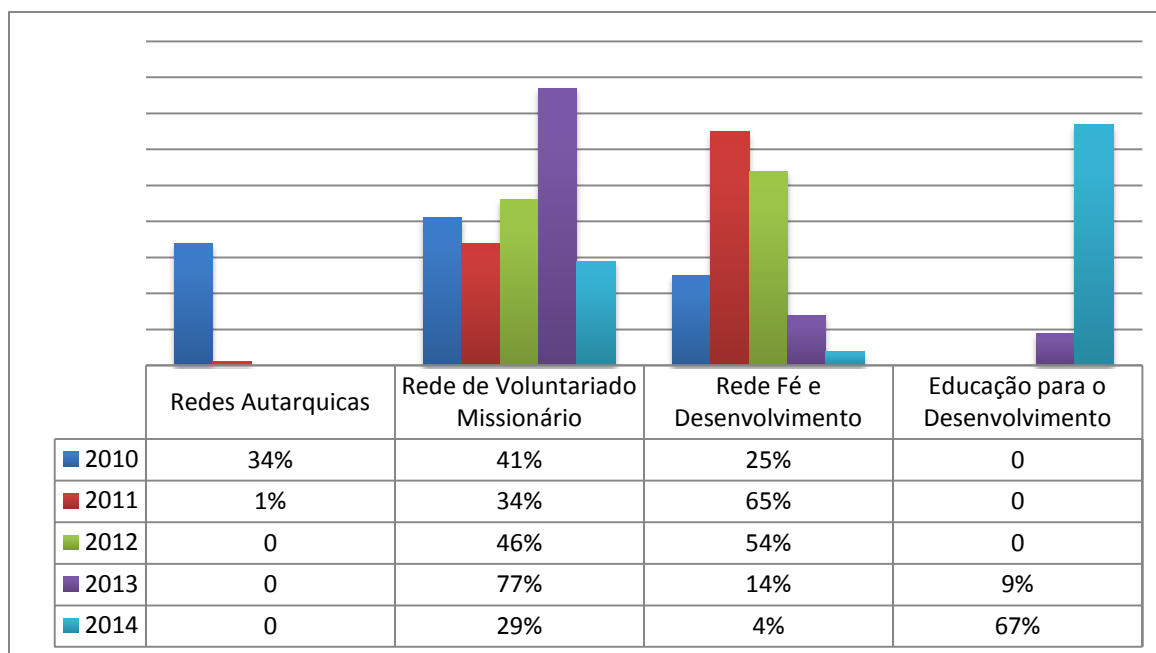
Gráfico 17: Financiamento das atividades inseridas na Cooperação para o Desenvolvimento na FEC, entre 2010 e 2014



Fonte: Adaptado dos vários Relatórios de Atividade (FEC,2010); (FEC,2011); (FEC,2012); (FEC,2013); (FEC,2014)

Este gráfico apresenta as três áreas implícitas na área da Cooperação para o Desenvolvimento, a Saúde, a Capacitação Institucional e a Educação. Analisando os dados, a área que apresenta um maior volume em termos de financiamento, é a área da Educação, com exceção do ano de 2013 em que exibe a percentagem mais baixa de 8% comparativamente com os 76 % provenientes da Capacitação Institucional e os 16 % da Saúde. Em termos gerais, tanto a área da Saúde como da Capacitação Institucional, apresentam valores muito próximos uma da outra, com uma pequena exceção no ano de 2012 em que a percentagem é a mesma, 17 %.

Gráfico 18: Financiamento das atividades inseridas na Educação para o Desenvolvimento na FEC, entre 2010 e 2014

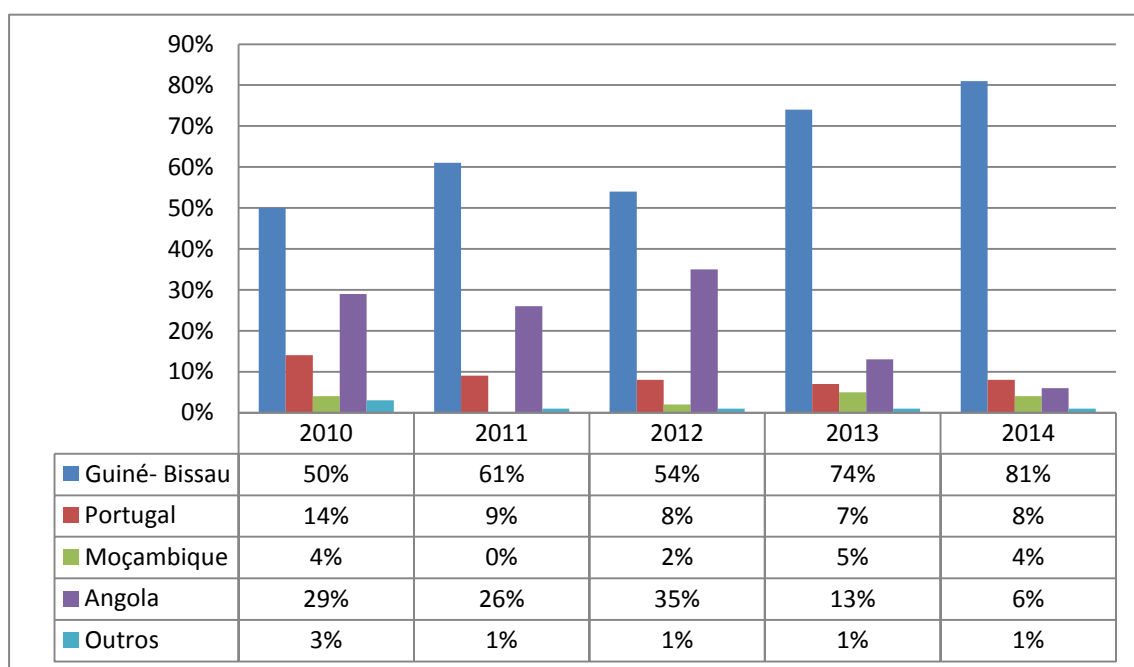


Fonte: Adaptado dos vários Relatórios de Atividade (FEC,2010); (FEC,2011); (FEC,2012); (FEC,2013); (FEC,2014)

Este gráfico apresenta as quatro áreas subentendidas na Educação para o Desenvolvimento: as Redes Autárquicas, a Rede de Voluntariado Missionário, a Rede Fé e Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento. Fazendo uma primeira análise, as duas áreas que apresenta uma certa estabilidade é a Rede de Voluntariado Missionário e a Rede Fé e Desenvolvimento, ao longo do período 2010 e 2014. No entanto, existem casos extremos e merecedores de destaque: as redes autárquicas e a Educação para o Desenvolvimento. As Redes Autárquicas, entre 2010 e 2011, foram alvos de uma redução de 33 % enquanto a área da Educação para o Desenvolvimento sofreu um aumento de 58% entre 2014 e 2013. Esta redução, na área das Redes Autárquicas para o entrevistado B, “ *está ligada a um projeto específico da área de Educação para o Desenvolvimento, o ENLACES que ocorreu nesse período e envolvia as Camaras Municipais*”.

Financiamento por País

Gráfico 19: Financiamento por País, entre 2010 e 2014



Fonte: Adaptado dos vários Relatórios de Atividade (FEC,2010); (FEC,2011); (FEC,2012); (FEC,2013); (FEC,2014)

Não podia também de deixar de apresentar, a percentagem em termos de financiamento nos países de atuação.

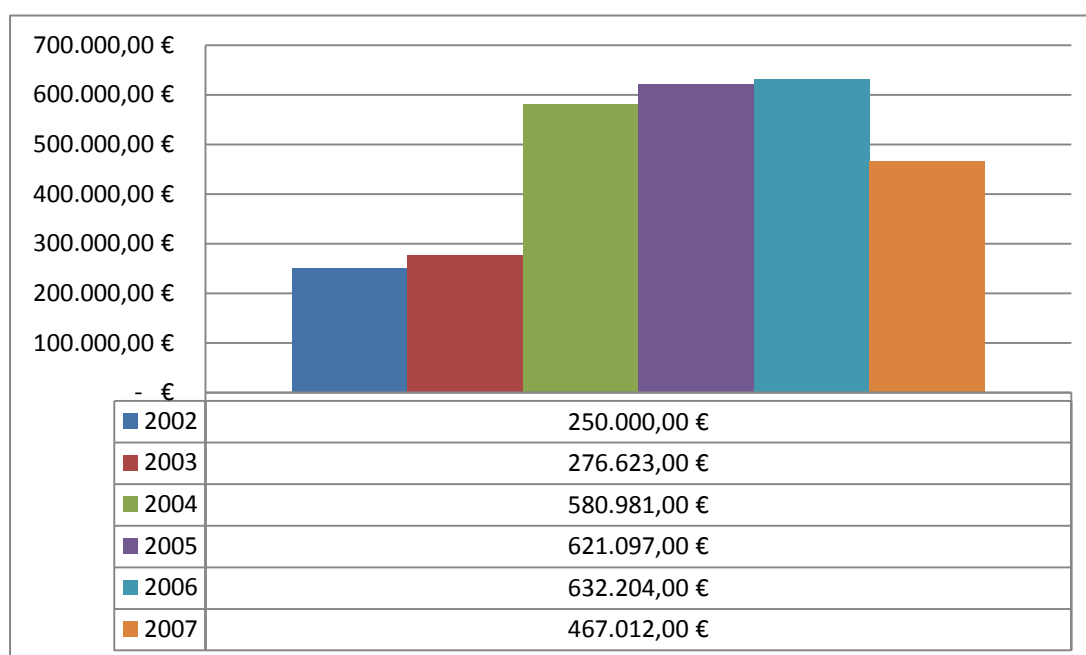
Tendo em conta, os dados disponíveis através dos relatórios de atividades, podemos identificar que o país que apresenta as percentagens mais elevadas é a Guiné-Bissau. Podemos concluir que é visível essa evolução, com exceção de uma descida entre 2011 e 2012 de cerca de 7%, sendo visível no ano seguinte, uma recuperação de 20%.

O país que se segue é a Angola, que vai apresentado uma descida aparente a partir de 2011, sendo sempre a descer. O mesmo acontece com Portugal que apesar das suas baixas percentagens entre 2010 e 2011 desceu cerca de 5%, e nos anos seguintes a descida não tem sido significativa, com exceção entre 2013 e 2014 em que há uma subida de 1%. Moçambique, é o único país em que é claro, a ausência de financiamento no ano de 2011. As percentagens apresentadas não são elevadas, muito pelo contrário não passam dos 5%, sendo perceptível uma pequena instabilidade, tal como, se pode ver no gráfico.

Em relação à categoria, outros, a mesma sustenta em si percentagem que não vão para lá dos 3%, percentagem essa máxima e única no ano de 2010, nos restantes anos essa percentagem não ultrapassa o 1%.

Volume de verbas dos projetos entre 2002-2007 e 2008-2014

Gráfico 20: Volume de verbas dos projetos FEC, entre 2002 e 2007¹⁸

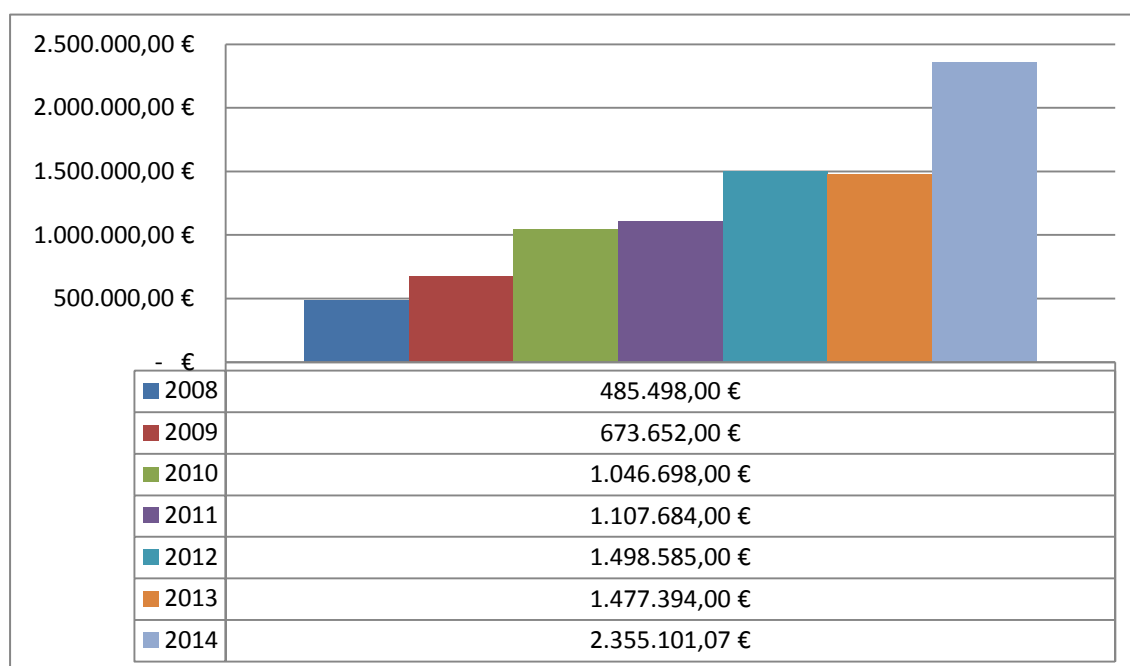


Fonte: FEC

Em relação ao volume de verbas da FEC, no período entre 2002-2007 segundo consta no gráfico e também dos valores recolhidos, verificou-se um aumento de verbas de forma gradual. Apesar da evolução do volume de verbas, o ano de 2006, foi o que apresentou um maior volume, com 632.204€. O total de verbas tendo em conta o período entre, 2002 e 2007, é de 2.827.917€. A transição de 2003 para 2004, foi bastante significativa, pois foi evidente uma subida no valor de 304,358€. No entanto, houve uma quebra no ano de 2007, em que o volume de verbas era de 467.012€, pois em comparação com o ano anterior, foi uma quebra de 165,192€.

¹⁸ Friso que estes dados foram disponibilizados pelo entrevistado B, e é importante frisar que o valor correspondente ao ano de 2002 é um valor estimado, devido à indisponibilidade de dados.

Gráfico 21: Volume de verbas dos projetos FEC, entre 2008 e 2014



Fonte: FEC

Este gráfico apresenta os dados referentes ao volume de verbas no período entre 2008-2014, com um total de 8.644.612€. O que significa que se estabelecermos uma comparação entre o período anterior, 2002-2007 e o de 2008-2014 houve um aumento de 5.816.695€. Como referido no gráfico anterior, o ano de 2007, sofreu um quebra e a mesma, acabou por se refletir em 2008 com um volume de verbas de 485.498€. Nos anos seguintes, foi aparente uma evolução em termos do volume de verbas, à exceção do ano de 2013 que sofreu uma quebra de 21.191€. Em contrapartida, o ano seguinte, diferencia-se dos restantes com um volume de verbas de 2.355.101€.

Desta forma, a FEC em termos de volume de verbas, pode-se dizer que apresenta alguma estabilidade com exceção dos anos 2006, 2007 em que a redução é de 165.192 € e depois entre 2012 e 2013 com uma descida de 21.191€. No entanto, comparando um período com o outro, verificamos que em termos de volume de verbas, o volume é mais elevado entre 2008-2014 do que 2002-2007. Essa evolução, segundo o entrevistado B prende-se com “o crescimento da FEC em termos de países de atuação e áreas de intervenção. Este está diretamente relacionado com a entrada da Diretora executiva e a delineação do Plano Estratégico 2010-2015. Na Guiné-Bissau a FEC assumiu a coordenação de um programa anteriormente gerido pelo Estado e provocou um aumento gradual do orçamento para este país”.

Diagnóstico geral que foi obtido com as entrevistas realizadas

Nesta seção, serão apresentados os pontos que foram abordados ao longo das entrevistas e que também são importantes referir, apesar de, serem conclusões ou aspetos um pouco mais generalistas, acerca do impacto da crise nas ONGD. São maioritariamente debilidades que os entrevistados expuseram e que são também merecedores de algum destaque.

A tabela que se segue, mostra resumidamente, os pontos que foram debatidos no decorrer das entrevistas.

Tabela 7: Conteúdos analisados pelas entrevistas

Impacto da crise nas ONGD
Procura de financiamentos externos
Formação de parcerias entre ONGD
Alargamento das áreas de atuação como forma de obter fontes de financiamento
Financiamento do Estado
Outras fontes de financiamento paralelo ao financiamento estatal
Potenciais alternativas
Perspetivas para o futuro

Fonte: Elaboração própria

A crise financeira veio afetar, de forma direta ou indireta estas organizações, manifestam-se de forma igualitária num aspeto, na redução das linhas de financiamento que condicionou fortemente a atuação das mesmas. Torna-se essencialmente uma oportunidade com algumas restrições, pois a própria estrutura das organizações, que é maioritariamente pequena, coloca fortes entraves em termos de procura dessas fontes externas, contudo “as ONGD já deviam ter começado este trabalho e duma forma mais efetiva, tentando chegar a outros financiadores” e ao mesmo tempo, “é preciso um investimento muito grande quer em termos de tempo, de recursos humanos para conseguir chegar à maioria dos financiamentos externos (entrevistado C). Partilhando da mesma opinião, o entrevistado D, defende que “as organizações têm de ser mais afoitas e procurar outras fontes de financiamento”. Neste seguimento, “no quadro das linhas para ONGD (PeD e ED), houve uma redução dos montantes globais anuais, depois de 2010. No que respeita à ED, de 600 mil euros, em 2010, para 400 mil, em 2012. Em 2011, não foi lançado qualquer processo de candidatura para a ED. No que toca a projetos PeD, de 2.8 milhões de euros, em 2011, para 1.2 milhões de euros, em 2012. Segundo valores do APD, as verbas canalizadas através das ONGD

nacionais situaram-se em 8.4 milhões de euros, em 2010, 9.4 milhões em 2011, 6.1 milhões, em 2012, e 6.9 milhões, em 2013” (entrevistado E).

Outro ponto que foi abordado pelos entrevistados foi que com a crise, as ONGD de pequena dimensão foram as que mais sofreram com estes cortes nas linhas de financiamento. O entrevistador C, defende ainda, que a crise *“afetou a todas. Mesmo aquelas que iam buscar dinheiro lá fora. Deixaram em muitos casos, principalmente na parte da Educação para o Desenvolvimento. Vão como parceiros e não apresentam projetos autonomamente, enquanto proponentes”*. No entanto, realça que *“as mais pequenas desapareceram, muitas suspenderam a sua atividade, muitas acabaram”*. Já para o entrevistado E, *“salva-se quem tem maior capacidade de risco e sobretudo, que tem mais resiliência (...) essas não eram as que precisariam mais, mas é como o mundo empresarial, ficam aqueles que têm capacidade, tem fundo maneio suscetível de aguentar uns meses sem mercado”* ou melhor, *“a crise trouxe, sobretudo uma questão de seleção”* (entrevistado E). Em contrapartida, para o entrevistado A, *“esta crise implicou várias coisas. Nós, em alguns pontos em que nos antecipamos e outros pontos, que temos de admitir que fomos afetados (...) fazíamos três candidaturas, e agora temos de fazer mais, o que equivale a um aumento da taxa de esforço para a obtenção de um financiamento. Por outro lado, exigiu de nós um trabalho mais exigente, por parte da equipa que trabalha nas áreas das candidaturas, porque implicou a procura de novos financiamentos.”* Concluindo que *“a crise é sem dúvida uma limitação, mas simultaneamente consideramos que foi para nós, um desafio que nos exigiu muito, não vou negar. Quer dizer, preferia fazer três candidaturas a fazer dez, mas na realidade toda a taxa de esforço tem mostrado uma rapidez e celeridade da equipa interna, maior alocação de recursos e em muitos casos estamos a alargar financiamentos”* (entrevistado A).

De uma forma geral, todas as organizações em Portugal sejam elas de pequena, média e grande dimensão, sofreram todas, repercutindo-se por exemplo, a longo prazo, no cessar de funções. Apesar de a dimensão condicionar a atuação das ONGD, foi possível também apurar que houve uma redução em termos das linhas de financiamento tanto para os países em desenvolvimento, como para a educação para o desenvolvimento.

As organizações portuguesas concorrem sobretudo, às fontes de financiamento tradicionais, como o Instituto Camões e a Comissão Europeia, no entanto, é necessário alargar as suas fontes de financiamento. A procura e obtenção desse financiamento externo é um trabalho moroso, pois requer que a organização mostre todo o seu trabalho aos financiadores, mantendo um contato permanente de forma a cativar os mesmos para o apoio de projetos. Esta é uma das vantagens de muitas organizações internacionais, que tem com facilidade um contato constante e permanente com os financiadores, mostrando de forma corrente todo o trabalho realizado. Conforme, o entrevistador C, *“muitas das ONGD europeias tem presenças, estão no sítio onde estão os principais financiadores nos países. As ONGD portuguesas não*

têm sequer essa capacidade de ter lá alguém de fazer esse lobbying, dar a conhecer". Já o entrevistador D, realça que as organizações avançaram muito neste sentido e que deve continuar a apostar, na divulgação de todo o seu trabalho, dos próprios resultados, defendendo que *"a maioria delas faz um trabalho notável, por vezes limitado, mas é um trabalho notável"* entrevistado D.

Uma das grandes fontes de financiamento que apoia estas organizações é o Estado, mas *"se dependem dos fundos do Estado e eles são cortados, a sua capacidade de sobrevivência está em causa e de certa forma podem ser dependentes e sentir a necessidade de não dizer ou fazer certas coisas, porque podem eventualmente ferir"* (entrevistador C). Várias podem ser as consequências desta dependência, repercutindo-se não só na redução do mesmo com a crise financeira internacional como também pode condicionar fortemente o funcionamento das ONGD. Essa dependência, pode tornar-se em algo positivo, ou seja, torna-as mais conscientes de que é preciso trilhar outros caminhos, ou seja, o financiamento externo, no entanto, uma das características predominantes destas organizações em Portugal é serem de pequena dimensão, o que pode condicionar fortemente a sua ação. No entanto, segundo o entrevistado D, *"o grau de dependência do financiamento público varia de organização para organização. A autonomia, é uma das características distintivas das organizações da sociedade civil e, em particular, das ONGD. A autonomia tem, entre outros corolários, o direito da iniciativa das ONGD, que é um dos elementos fundamentais das linhas de financiamento. A captação de financiamentos alternativos, privados ou outros, é também um dos aspetos essenciais das linhas para apoio às ONGD. Note-se que, desde 2002, para os PeD, e desde 2005, para a ED, estas linhas estabeleceram um limite máximo de 75% para o cofinanciamento de projetos"*.

Outro aspeto importante passa pelo alargar das suas áreas de atuação, mas segundo o entrevistado C, *"sempre se falou da necessidade de as ONGD diversificarem as suas atividades, não foi só com a crise"*. Neste ponto, as opiniões divergem, não sendo claro esse alargar, em que o entrevistado E, afirma que *"houve muito pouco alargamento"*, em contrapartida, foi aparente uma aposta na especialização das áreas de trabalho, tal como, refere o entrevistado E: *"o que eu acho, é que as pessoas com a crise, mas isto, é sensibilidade, especializaram-se cada vez mais naquelas áreas e porque tinham menos dinheiro para arriscar em novos mercados e áreas"*.

Outra das debilidades encontradas, passa pela aposta na comunicação ou apresentação dos resultados acerca de todo o trabalho que tem realizado anualmente pois *"uma coisa que deviam fazer e não fazem muito, é enviar os seus relatórios de atividades anuais, e nós, às vezes, temos de andar à procura, mas também, é um trabalho difícil de sistematização de dados de informação sobre as ONGD e não sabemos quantos projetos estão em atividade e qual o número de parcerias que estão a decorrer neste momento"* (entrevistado C).

A FEC, entre outras, é uma organização que anualmente lança o relatório de atividades anual. A disponibilização do mesmo, é importante na medida em que torna público, toda a informação em vários aspetos, a nível de projetos e do feedback bem como em termos financeiros, tornando-se o ponto mais relevo, para os financiadores. Desta forma, devia existir por parte destas organizações uma aposta na construção deste tipo de relatório, com o intuito de cativar e atrair mais financiadores.

Neste contexto e com o objetivo de dotar as organizações para a procura de outras linhas de financiamento foi criado, em 2010, o Mecanismo de Apoio à elaboração de Projetos de cooperação para as ONGD Portuguesas, em que o principal objetivo é incentivar as organizações portuguesas a adquirir financiamento internacional. A FEC favoreceu deste mecanismo para Moçambique, no projeto “Mais vida para as crianças de Manjaxaze”, com durabilidade de 2 meses no ano de 2012.

Embora, também tenha sido referido que estas organizações não tem aproveitado a oferta e auxílio deste mecanismo. Os dois grandes objetivos, passavam essencialmente por, primeiro, auxiliar as ONGD a ampliarem as suas fontes de financiamento e também *“diversificar os seus mercados de destino que também era uma das formas de ganharem solidez”* (entrevistado E). No âmbito deste Mecanismo, é disponibilizada quinzenalmente, uma newsletter do CEsA que apresenta as várias linhas de financiamento que estão abertas a nível internacional. Esta dificuldade, na procura de financiamentos externos, ainda persiste *“pois quando vamos aos financiamentos internacionais nós não estamos, no mercado competitivo do centro da Europa. Se calhar, não sabemos explorar algumas das potencialidades que temos, portanto, eu acho que aqui está um trade-off, às vezes, não é fácil gerir, mas o tempo vai permitir (...). Quem sobreviveu à crise, provavelmente está muito mais resistente para sobreviver aos próximos anos”* (entrevistado E).

Outro dos aspetos que tem vindo acentuar as disparidades entre as ONGD passa pela questão do co-financiamento, ou seja, “os processos de candidatura às duas linhas de apoio a projetos de ONGD, que prioriza o apoio a projetos com co-financiamento internacional garantindo (principalmente se for linhas da CE)”(Plataforma Portuguesa das ONGD 2015:24). Segundo o entrevistado D, *“que desde 2002, para os PeD, e desde 2005, para a ED, estas linhas estabelecem um limite máximo de 75% para o cofinanciamento dos projetos”*. Em contrapartida para o entrevistado C, *“há critérios preferenciais para financiamentos de projetos nas linhas, e um dos critérios que passou a ser preferencial e limitou o acesso às ONGD às linhas foi a questão de a maior parte dos projetos apoiados terem que ter financiamento de outras linhas. Basicamente, o dinheiro do Camões serviria para co financiar projetos que as ONGD já tivessem apresentado, por exemplo, à Comissão Europeia e que faltasse uma percentagem do co financiamento e o Camões cobria aquilo. Portanto, são dois fatores que tiveram influência: quer a diminuição dos montantes das linhas quer os critérios preferenciais que limitaram o acesso de muitas ONGD que podiam apresentar os projetos mas tinham quase a certeza absoluta de que não iam ser*

aprovados e que não iam ter financiamento porque os projetos das ONGD que vinham e que eram apresentados já com o co financiamento da UE era suficiente para esgotar o valor das linhas”. Estando patente esta diminuição e a consequente procura de financiamento internacional, segundo o entrevistado E, “o que lhes falta é contrapartida nacional. É a única contrapartida nacional, que eles tem assegurada e que em princípio deviam ter, que é o Camões, e o Camões definiu nos seus concursos, dar prioridade ao co financiamento comunitários”.

A formação de parcerias, tem sido uma das alternativas que mais se tem falado, entre organizações que atuam nas mesmas áreas de atuação, que asseguram os mesmos objetivos e que por vezes, atuam nos mesmos países, considerada então, *“uma alternativa que as ONGD poderiam ter recorrido para minorar os efeitos da crise”* (entrevistado C), acentuando que *“há uma relutância muito grande, em apresentar projetos em parcerias (...) É tudo questão de contexto, de responder à crise, de procurar novos nichos de atividade, de ir por outros caminhos, nem que sejam temporariamente, para tentar sobreviver, conseguir manter uma estrutura mínima de funcionamento e manter-se viva. Havia uma dependência de uma torneira e quando a mesma diminui, há que procurar outras áreas mesmo que não sejam as preferenciais”* (entrevistado C). Para além, de evitar a multiplicação de organizações que trabalham nesse sentido, haveria uma redução em termos laborais centrado nos mesmos elementos das organizações, promovendo uma maior distribuição de trabalho pelos mesmos, apostando numa redistribuição de recursos humanos, reduzindo significativamente a carga de trabalho no caso de organizações de pequena dimensão, com cinco a seis recursos humanos em que é visível uma centralização das tarefas. Segundo o entrevistado E, *“elas competem muito umas com as outras. Competem nos tipos de mercado, portanto vão toadas para o mesmo mercado, é assim que devemos pensar, competem nas mesmas áreas e têm uma dificuldade enorme de fazer parcerias, para ir buscar financiamentos internacionais. Não sei se é dificuldade óbvia de todas, ou se é incapacidade de umas, darem a mão a outras para irem com elas”.*

A criação de parceiras com as empresas, também é uma das outras alternativas, no entanto, deve ser assegurada *“alguma mudança de linguagem das próprias ONGD e alguma capacidade de persuasão dessas empresas, que eles não estão do outro lado da barricada, isto é, que é possível fazer desenvolvimento com empresas. Quer dizer, porque sem elas não há criação de emprego e criação de riqueza. Há um tipo de linguagem que tem de ser ultrapassado. De linguagem comum. As empresas não verem as ONGD como aquelas instituições que batem à porta, quando já precisam mesmo muito de dinheiro”* (entrevistado E). Reconhecida como a *“principal fonte de financiamento das ONGD, num futuro próximo”* (entrevistado E).

Conclusões

Após ter sido apresentada tanto a informação recolhida dos relatórios de atividades como das entrevistas realizadas, várias são as conclusões que se podem retirar. Através da informação obtida através dos relatórios de atividade da FEC, entre 2005 e 2014, posso salientar que neste período foi clara uma evolução em termos da informação disponibilizada a nível financeiro, sendo que a partir de 2010, os relatórios de atividades anuais mudaram um pouco no sentido de haver uma maior aposta na transparência e na prestação de contas referentes à organização. Devido à não compatibilidade dos dados entre o período acima referido, optou-se por destringar esse período em três, ou seja, 2005-2006; 2007 até 2009 e 2010-2014.

Um dos principais objetivos deste projeto de investigação passou pela avaliação da FEC e se a mesma sofreu com a chegada da crise e em que aspetos.

Desta forma, a FEC entre 2005 e 2006, foi claro um aumento de 50.000€, tendo-se mantido constante os valores provenientes tanto do IPAD (400.000€) e a CEP (50.000€), no entanto foi aparente um aumento de 50.000€ por parte dos patrocinadores privados.

No período entre 2007 até 2009, as fontes predominantes era o financiamento público, o financiamento privado e os fundos próprios. O financiamento público, neste período era a fonte que mais se destacava em termos monetários comparativamente com as restantes. Foi visível, em termos do financiamento público, uma quebra entre 2007 e 2008, de 72.962,02€ seguido de um aumento no ano seguinte de 206.774,75€.

No que diz respeito aos fundos próprios, foram visíveis algumas irregularidades, ou seja, foi visível um aumento de 2007 para 2008 de 64.069,94€ em contrapartida, houve uma descida de 26.646,52€ de 2008 para 2009.

No período corrente entre 2010 até 2014, a origem dos fundos da FEC, derivam de quatro tipos: os fundos públicos, os fundos privados, os fundos próprios e os fundos públicos internacionais. Cada um destes tipos de fundo apresenta uma posição bastante diferente, ou seja, os fundos públicos continuam a ser a grande fatia, em termos de fundos, para a FEC seguido dos fundos privados. Em contrapartida os fundos próprios entre 2010 até 2014, só apresentaram algum peso a partir de 2012, o que significa que entre 2010 e 2011 não houve qualquer presença deste tipo de fundos. O mesmo acontece com os fundos públicos internacionais que surgiram a partir de 2013.

A FEC atua em duas áreas consideradas primordiais, tais como a Cooperação para o Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento, tendo sido colocada a questão se não se poderia incluir outra das

principais áreas de atuação das ONGD, a Ajuda Humanitária e de Emergência. Para o entrevistado A, *“atualmente forma revisto os estatutos e foram revistas a missão e a visão da instituição. Se é possível integrar? É possível. Na realidade assumimos que há outras organizações mesmo no âmbito da Igreja e fora da Igreja que fazem essa área, a Ajuda de Emergência, a Ajuda Humanitária com bastante desempenho e profissionalismo e portanto, achamos que não seria a área onde nós deveríamos atuar”*.

A nível de financiamento para as duas áreas em questão, é bastante clara uma diferença entre elas, sendo a Cooperação para o Desenvolvimento a que ostenta maior percentagem de financiamento, em que a percentagem em 2014, chega a atingir os 95 % em contrapartida a Educação para o Desenvolvimento, apresenta percentagens muito baixas em comparação com a Cooperação para o Desenvolvimento, sendo que a percentagem mais elevada não ultrapassa os 12%.

A Cooperação para o Desenvolvimento incorpora em si, três áreas: a Saúde, a Capacitação Institucional e a Educação. Relativo à Saúde e à Capacitação Institucional, as mesmas, entre 2010 e 2014 apresentam percentagens muito próximas uma da outra. Já a Educação, distingue-se pelas elevadas percentagens em termos de financiamentos, com exceção do ano de 2013, com uma percentagem de 8%, percentagem bastante baixa comparativamente com os outros anos.

Quanto à Educação para o Desenvolvimento, agrega em si, a Rede Autárquica, a Rede de Voluntariado Missionário, a Rede Fé e Desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento. Nesta área, tanto a Rede Autárquica como a Educação para o Desenvolvimento, são merecedoras de destaque, em por exemplo, a Rede Autárquica só teve apoio entre 2010 e 2011 e nesse período a percentagem desceu significativamente, em que a principal razão prende-se com um projeto que envolvia as Camaras Municipais. Por outro lado, a área da Educação para o Desenvolvimento só gozou de apoio a partir de 2013, com uma percentagem de 9%, passando para o ano seguinte para 67%.

A Guiné- Bissau é o país de eleição, ou melhor, é aquele que apresenta uma maior percentagem em termos de financiamentos, seguido de Portugal, em que as percentagens mesmo assim são baixas em comparação com a Guiné-Bissau.

A nível do volume de verbas, e de acordo com os dois períodos temporais, 2002-2007 e 2008-2014 é claro, um aumento bastante significativo de 5.816,695€. No entanto, é perceptível alguns anos uma descida em termos de volume de verbas mas não muito acentuadas, como é o caso de 2006 e 2007, de 165,192€ e 2012 e 2013 de 21.191€.

Conclusão

Apesar dos inúmeros obstáculos que as ONGD encaram não só em termos financeiros como também, em termos de identidade e de atuação, a verdade é que com o surgimento destas organizações, as mesmas, vieram ocupar um lugar, cuja principal função passa por responder às necessidades que tanto o Estado como o Mercado não conseguem suprir.

São organizações detentoras de um papel singular e peculiar, em que o principal objetivo passa pela atuação em áreas de difícil acesso, mais concretamente nos designados países em desenvolvimento, onde reinam carências e debilidades no seio das populações, colocando fim às desigualdades, sejam elas de cariz social, político e até económico; apresentação e sensibilização dos países desenvolvidos sobre as realidades contrastantes e de que forma a participação deles é essencial para a redução destes cenários avassaladores.

Quando se realiza determinado estudo sobre um tema de que simpatizámos, é suspeito da nossa parte, pois a tendência, é abordá-lo sempre numa perspetiva perfeccionista, no entanto, no caso concreto das ONGD, as mesmas possuem várias fragilidades que as acompanham ao longo do seu percurso.

A crise financeira internacional, no que diz respeito há redução das linhas de financiamento nacionais, serviu de justificação, embora, tenha sido frisado pelo entrevistador C, que “*era expectável que houvesse esses cortes, agora, o que sempre foi mais criticado pela nossa parte foi a razão dos cortes. Não houve ali qualquer tipo de estratégia. Ok temos de cortar. Então se temos de cortar, temos de pensar que tipos de cortes, é que vamos fazer para tentar salvaguardar algumas coisas. E isso não existiu por parte do Estado. Portanto, cortou-se onde era mais fácil e perdeu-se mais do que só o financiamento*”. Neste contexto, a crise “serviu de desculpa fácil para a tomada de decisões que, sem nenhuma estratégia clara que as enquadrasse, contribuiu para a destruturação de um setor que, ao longo dos últimos 15 anos, vinha trilhando um percurso de conquistas positivas”(Plataforma Portuguesa das ONGD 2015:5).

Uma das principais debilidades passa pela questão relativa ao financiamento, pois sem o mesmo é muito difícil garantir a sobrevivência das mesmas e também a execução de projetos.

O financiamento é o elemento central neste estudo, pois a conjuntura atual pela qual passamos tem afetado o funcionamento destas organizações sendo visível a corte no principal financiador, o Estado. Esta forte dependência estatal, torna-se um dos grandes obstáculos das ONGD, impedindo de seguirem os seus objetivos, manifestando-se também numa participação limitada nos projetos. Como forma de suavizar esta dependência, as ONGD, uma das principais alternativas, passa pela aposta em outras linhas de financiamento não só a nível externo como também noutras modalidades sem ser a estatal. Para além do financiamento externo, fala-se no financiamento interno como uma das alternativas, no entanto, o seu

peso continua a ser débil e pouco significativo, no entanto, para muitas organizações pode ser uma solução, nunca descurando a longo prazo a procura de novas fontes de financiamento.

Na mesma linha, a prestação de contas e a transparências tornam-se dois elementos importantes e presentes nestas organizações, pois a contínua apresentação das contas bem como de todo o percurso realizados pode levar ao desencadear de novos financiadores, não só a nível nacional como também a nível internacional.

De forma a assegurar uma maior eficácia, os governos e os doadores, devem assegurar em relação às organizações da sociedade civil, o apreço e a execução a nível dos direitos humanos, reconhecimento destas organizações como “atores independentes de desenvolvimento”, apostando numa vertente mais política promovido através do diálogo e elaboração de políticas a nível das questões para o desenvolvimento e também a formação de linhas financiamentos benéficas em matéria de desenvolvimento (Oliveira et al. 2013:5).

Fatores como o “alinhamento, a harmonização, ou até mesmo, a apropriação democrática” (Oliveira et al. 2013:6) estão a ser utilizados inapropriadamente por instituições governativas como forma de “justificar restrições no acesso das OSC a financiamentos e ao direito de estas operarem sem interferências injustificadas” (Oliveira et al. 2013:6). Todo o reconhecimento alcançado, como atores de desenvolvimento, acaba por estar comprometido tanto a nível de direitos como a nível das liberdades, devido a toda a ação proveniente do Estado.

A metodologia empregue neste projeto de investigação, passou pela utilização da metodologia qualitativa, que se desdobrou em duas técnicas: as entrevistas e a análise documental. Esta metodologia foi escolhida por pensar ser a melhor via de forma a alcançar as respostas para a minha questão de investigação e com o intuito de testar as minhas hipóteses.

A análise documental foi utilizada porque foi necessário proceder à recolha dos relatórios de atividades da FEC entre 2005 e 2014, pois é o único mecanismo que a própria, disponibiliza anualmente e contém um excerto acerca da gestão financeira, ou seja, apresenta alguns dados sobre os fundos e o financiamento por país e por atividade. No entanto, após consultados os relatórios de atividade, tendo em atenção esse período temporal, foi notória uma diferença em termos do tratamento/ disponibilidade dos dados. Devido a essa incongruência, optou-se por estabelecer três períodos temporais, ou seja, 2005 e 2006; 2007 até 2009 e por último, 2010 até 2014.

Relativo à outra técnica, a mesma, foi importante porque foi possível apurar desde que ano é que a FEC mantém ligação com as instituições entrevistadas e também de que forma a crise veio afetar as ONGD, no seu todo.

Assim sendo, em relação à minha Hipótese1: **Impacto da crise no seio das ONGD, leva a um uso recorrente ao financiamento externo internacional**. Como forma de testar esta hipótese, procedeu-se à realização de entrevistas às várias instituições que estabelecem um contato permanente com o grupo das ONGD, de forma a apresentar o possível cenário com a chegada da crise. Ao longo das entrevistas foi possível apurar que os efeitos da crise afetou estas organizações, destacando uma grande debilidade por parte destas organizações, em termos financeiros. Mesmo antes da crise, a escassez de apoios para as ONGD já era fraco e com a chegada da crise, foi claro não só uma redução do principal financiador como também, uma crescente iniciativa em alargar as suas fontes de financiamento, para um nível mais externo. Esta tentativa de recorrer aos financiamentos internacionais, pode ser uma mais-valia de forma, a tornar estas organizações menos dependentes do Estado. No entanto, todo este percurso leva o seu tempo, pois requer que as ONGD estabeleçam um contato mais permanente com os financiadores que apresentem constantemente todo o trabalho feito de forma a captar esse apoios. Essa é um dos problemas que as ONGD portuguesas atravessam, pois dificilmente existe esse contacto, o que possibilita a chegada de apoios.

A Fundação Calouste Gulbenkian, em 2011 criou o chamado Mecanismo de Apoio à Elaboração de projetos, é um instrumento que tem como função, auxiliar as ONGD na procura de novas linhas de financiamento numa escala mais internacional, disponibilizando quinzenalmente, no site do CEAs, as várias linhas de financiamento que estão disponíveis nas quais as ONGD podem concorrer. Por outro lado, surge como forma, de alargar o “mercado de destino” (entrevistado E). No entanto, segundo a mesma fonte, este mecanismo não foi tão utilizado como seria previsto.

No caso em concreto da FEC, segundo apurado, a crise despertou um aumento da carga de trabalho, mais concretamente na área da procura de candidaturas, ou seja, houve a necessidade de procurar outras fontes de financiamento, o que originou um posterior aumento da carga de trabalho, repercutindo-se também no aumento do número de candidaturas a realizar. Foi também sentida a redução dos apoios provenientes do Estado e em contrapartida houve a necessidade de se recorrer a financiamento internacional, pois segundo o entrevistado A, *“isso significa mais horas de trabalho, para procurar, uma para fazer candidaturas; duas para procurar fontes de financiamento que não eram usuais em Portugal e portanto, procurar noutros locais. A outra, era investir em financiamentos, concorrendo com outras entidades e isso foram feitas umas quantas, quer a nível de Portugal, na área da Educação para o Desenvolvimento, mas também na Cooperação numa forma mais significativa em que a fundação tinha papéis diferentes. Ou seja, às vezes era como proponente, outras vezes era, como parceira associada e outras vezes, era só filiada, mas entrava.”*

Relativo à Hipótese 2: **Com a conjuntura atual e com a dificuldade em obter financiamento, é visível o alargar do campo de atuação das ONGD**. Em relação a esta hipótese, as opiniões diferem um pouco

entre os entrevistados. Ou seja, para uns há um alargar desse campo de atuação devido à quebra do financiamento e há uma necessidade de assegurar as fontes de financiamento. Por outro lado, a opinião já é diferente na medida em que não é aparente, no entanto, e na sua opinião, o que tende a acontecer é a aposta na especialização das áreas de atuação como forma de garantir o financiamento.

No caso da FEC, para o entrevistado A, *“alargar o campo de atuação, nunca saímos destas áreas, no entanto a modalidade dentro da capacitação institucional e institucional da prestação de serviços aumentou. Em relação à diversificação por outras instituições, aconteceu sem dúvida, sendo que uma percentagem significativa das verbas, não surge, ou seja, nós demorámos muito tempo a conseguir um financiamento novo, mas geralmente de o obter, fideliza-se a nós e chega a ponto, de nos sugerir a realização de um trabalho, solicitam eles o serviço”*.

Para concluir, este estudo, serviu para apresentar as principais debilidades que já existiam nas ONGD portuguesas mas que se acentuaram com a crise financeira internacional. São fraquezas em que algumas, podem ser diminuídas através por exemplo, de uma aposta na formação de parcerias não só com outras organizações, mas também com o setor privado, como forma de aproveitarem o melhor dos dois setores. As ONGD devem amplificar e dar a conhecer todo o seu trabalho, através da disponibilização de informação sobre o trabalho das mesmas anualmente, como forma de eventualmente captarem futuros financiadores e da própria sociedade reconhecer o trabalho realizado pelas organizações. Por vezes, o seu trabalho acaba por não ser reconhecido, e é importante quebrar esse pensamento, pois toda a atuação das ONGD, que maioritariamente se faz nos PALOP, é de capacitar e dotar as regiões com mais fragilidades a tornarem-se “independentes” e com os mesmos direitos que as restantes, pondo fim às grandes disparidades existentes entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

Bibliografia:

- ACEP & Outros., (s.d). *Alfabeto do Desenvolvimento conceitos/histórias/imagens*. ACEP.Lisboa.
- ACEP & Outros., 2010. *Portugal e África. Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento*.ACEP. Lisboa.
- Afonso, M. & Fernandes., A. 2005. *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Instituto Marques de Valle Flôr e OIKOS- Cooperação e Desenvolvimento.Lisboa
- Amador, C., 2013. *Sustentabilidade Financeira das Organizações da Economia Social : novas soluções socialmente inovadoras em época de crise*. IV Colóquio Internacional de doutorandos/as do CES/ "Coimbra C: Dialogar com os tempos e os lugares do (s) Mundo(s)" , pp. 1–18.
- Andrade, M. & Franco, R., 2007. *Economia do Conhecimento e Organizações sem fins lucrativos*, Sociedade Portuguesa de Inovação.Porto.
- Araújo, P., 2006. *A Capacitação para o Desenvolvimento das ONGD Portuguesas*.Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta de Lisboa
- Aristizábal, A.B. et al., 2010. *La Cooperación Internacional para el desarrollo*. 1º Edicion.,Universidade Politècnica de València.València.
- Berg, B., 2001. *Qualitative Resources Methods for the Social Science*. 4º edition.California State University: Long Beach.
- Boni, V. & Quaresma, S., 2005. *Aprendendo a entrevistar : como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. , 2(3). Revista Electrónica dos Pós-Graduados em sociologia Políticada UFSC. pp.68–80.
- Cabral, M., 2011. *As ONG e a Igualdade de Género na Cooperação Internacional*.Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Campbell, W.,(s.d). *The potencial for donnor mediation in NGO- State relations: an Ethiopian case study*. (documento disponivel em: <http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/Wp33.pdf>)
- Carmona, T., 2013. *Angariação de donativos nas ongd portuguesas em período de crise (2008-2011)*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa.
- Carvalho, A., 2010. *Quantifying the third sector in Portugal: an overview and evolution from 1997 to 2007*.Managment Department ,School of Economics and Management. Universidade do Minho.
- Chizzotti, A., 2003. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais : evolução e desafios*. Revista Portuguesa de Educação, 16 (2), pp.221–236.
- Clark, J., 1995. *The State , Popular Participation , and the Voluntary Sector*. World Development, 23(4), pp.593–601.
- Creswell, J., 2003. *Research Design: Qualitative Methods and Mixed Methods Approaches*. 2º Edição, Parte II: Capítulo 10.Sage Publications.
- Diogo, V., 2010. *Dinâmicas de inovação social e suas implicações no desenvolvimento espacial: três iniciativas do terceiro sector no Norte de Portugal*.Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.

- Edwards, M. & Hulme, D., 1998. *Too Close For Comfort? The Impact of Official Aid on Nongovernmental Organizations*. Current Issues in Comparative Education , 1(1), pp.1–21.
- Faria, R., 2012. *A Política de Cooperação para o Desenvolvimento no contexto da crise económica do século XXI: o caso português*. CESA e ISEG. Lisboa.
- FEC.,(s.d). *Projecto Twendela Kumwe - Capacitação Institucional da Cáritas de Angola. Curso de formação on job em gestão de organizações sociais*. FEC. Lisboa
- FEC.,(s.d). *Projecto Twendela Kumwe - Capacitação Institucional da Cáritas de Angola. Curso de formação on job em gestão de organizações sociais. Folha de preparação*. FEC. Lisboa
- Ferreira, P., 2008. *Associações e democracia faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*. Sociologia, Problemas e Práticas, (57). pp.109–130.
- Ferreira, S., 2009. *A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua : Uma abordagem histórico-conceptual*. Revista Crítica de Ciências Sociais (84), pp.169–192.
- Franco, R., 2004. *Ética e as Organizações da Sociedade Civil. A questão da prestação de contas (“accountability”) no terceiro setor*. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.
- Franco, R., 2005. *Defining the nonprofit setor: Portugal*. Working Papper of the John Hopkins comparative Nonprofit sector Project (43). The John Hopkins Center of Civil Society Studies. Baltimore.
- Franco, R. et al., 2005. *O sector nao lucrativo numa perspectiva comparada*. Faculdade de Economia e Gestão .Universidade Católica Portuguesa. Porto.
- Freitas, R., 2012. *Estudo sobre a Ajuda Humanitário e de Emergência em Portugal*. Plataforma das ONGD. Lisboa.
- Gemmill, B. & Bamidele-Izu, A., 2002. *The role of NGOs and Civil Society in Global Environmental Governance*. Environmental Governance. Options and Oppurtunities. pp.1-22.
- Godoy, A., 1995. *Pesquisa qualitativa*. Revista de Administração e Empresas, pp.20–29.
- Gonçalves, A., 2004. *Métodos e Técnicas de Investigação Social I. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.
- Guimarães, A., 2010. *Donativos: Possibilidades e Limitações na Gestão das Organizações Sociais*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas.
- Instituto Nacional de Estatística., 2011. *Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006- projeto piloto*. INE.
- Instituto Nacional de Estatística & CASES., 2010. *Conta Satélite da Economia Social 2010*. INE.
- Jerez, A. & Blanco, M., 1998. *El tercer sector. una revisión introductoria a un concepto polémico*. Sociedade em Debate, Pelotas 4(1), pp.3-22.
- Lourtie, P., 2011. *Portugal no contexto da crise do euro*. Relações Internacionais (32) , pp.61–105.

Mango., 2012. *A Handbook for NGOs*.Mango.

Mateus, A., 2013. *25 anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados (AM&A).Lisboa.

Najam, A., 2000. *The Four Cs of Government-Third Sector Relations : Cooperation , Confrontation, Complementary, Co- Option*. Sustainable Development Policy Institute.

Neves, J., 1996. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*.Caderno de Pesquisa em Administração. 1(3), pp.1–5.São Paulo.

Mendes,J.,1995.*Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.Coimbra.

Nogueira,J., 2007. *O Terceiro Setor e Administração em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi.

Oliveira, A. & ACEP., 2013a. *Abertura e transparencia um compromisso que (ainda)não passou à prática*. Plataforma Portuguesa das ONGD. Lisboa.

Oliveira, A. & ACEP., 2013b. *ONGD e a Cooperação Portuguesa - Parcerias de uma agenda de desenvolvimento mais justa,equitativa e eficaz*. Plataforma Portuguesa das ONGD.Lisboa.

Oliveira, A. & ACEP., 2012. *Relatório AID Watch 2012-Uma leitura da cooperação portuguesa desde 2003*. Plataforma Portuguesa das ONGD.Lisboa.

Oliveira, A. et al., 2013. *Sociedade Civil e Eficácia do Desenvolvimento*.Plataforma Portuguesa das ONGD. Lisboa.

Piana, M., 2009. *A construção da pesquisa documental:avanços e desafios na atuação do desenvolvimento social no campo educacional*.UNESP.São Paulo.

Plataforma Portuguesa das ONGD., 2015. *Relatório Sombra Exame Inter pares à Cooperação Portuguesa pela CAD-OCDE 2015*. Plataforma Portuguesa das ONGD.Lisboa.

Plataforma Portuguesa das ONGD. 2014. *Guia das ONGD*. Plataforma Portuguesa das ONGD.Lisboa.

Proença, F., 2013. *As ONGD e a qualidade em todos os campos e latitudes*.Plataforma Portuguesa das ONGD.Lisboa.

Quintão, C., 2011. *O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal .Uma Abordagem Preliminar*.Working Papper 2ª série. (2). Instituto de Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. Van., 1992. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.Lisboa.

Ribeiro, M. & Marques, S., 2002. *Uma leitura das ONGD portuguesas no inicio do século XXI: trajetórias e dinâmicas*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa.

Ribeiro, M., 1995. *O Potencial das Organizações Não-Governamentais Portuguesas de Desenvolvimento ONGD*. CIDAC. Lisboa.

- Salamon, L. *et al.*, 2012. *Portugal's nonprofit sector in comparative context*. The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies e Instituto Nacional de Estatística.
- Salamon, L.. & Anheier, H., 1996. *The international classification of nonprofit organizations: ICNPO-Revision1,1996*. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project (19). The Johns Hopkins Institute for Policy Studies. Baltimore.
- Salamon, L., Hems, L. & Chinnock, K., 2000. *The Nonprofit Sector : For What and for Whom ?*. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project (37). The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies. Baltimore.
- Sangreman, C. et al., 2010. *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos - os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. Centro de Estudos sobre África e de Desenvolvimento e Associação para a Cooperação entre os Povos. Lisboa.
- Sangreman, C. et al., 2009. *Uma aplicação da metodologia de G . Hofstede : inquérito à cultura organizacional das ONGD em Portugal , Guiné e Cabo Verde*. Centro de Estudos sobre África e de Desenvolvimento e Associação para a Cooperação entre os Povos.Lisboa.
- Sangreman, C. & Santos, T., 2012. *Os Paradigmas de conhecimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento e a evolução do papel da sociedade Civil*. Centro de Estudos sobre África e de Desenvolvimento e Associação para a Cooperação entre os Povos.Lisboa.
- Sá-Silva, J., Almeida, C. & Guindani, J., 2009. *Pesquisa documental : pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, pp.1–15.
- SEDES., 2012. *O Impacto da Crise no Bem-estar dos Portugueses*.SEDES.Lisboa.
- Silva,E. & Menezes, Estera M., 2001. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3º edição.Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. Florianópolis.
- Silva, S., 2008. *Governos partidários e sociedade civil*.Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Teixeira,F.,2014. *Financiamento e Desempenho Organizacional - estudos de caso em ONGD Portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Porto.
- Viegas, J., 2004. *Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia*. Sociologia, Problemas e Práticas, (46), pp.33–50.

Legislação:

- Lei nº 66/98 de 14 de Outubro. *Diário da República nº - I Série Parte A*. Assembleia da República. Lisboa.
- Portugal. (2010). *Constituição da República Portuguesa*. Atualizada de acordo com a Lei Constitucional nº1/2005, de 12 de Agosto. Almedina. Coimbra.

Referências Eletrónicas:

Carta das ONGD Europeias:
http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/Plataforma/Carta_das_ONGD_europeias.pdf

FEC – Fundação Fé e Cooperação: www.fecong.org

Instituto Camões: <http://www.instituto-camoes.pt/>

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Plataforma Portuguesa das ONGD: <http://www.plataformaongd.pt/>

Projetos da FEC:

Projetos Angola: http://fecong.org/projectos_angola.asp

Projetos Guiné- Bissau: http://fecong.org/projectos_guine.asp

Projetos Moçambique: http://fecong.org/projectos_mocambique.asp

Projetos Portugal: http://fecong.org/projectos_portugal.asp

Projetos Cabo Verde: http://fecong.org/projectos_cabo_verde.asp

Projetos Timor Leste: http://fecong.org/projectos_timor.asp

Relatórios FEC:

FEC, 2005. Relatório de Actividades 2004.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/Rel_de_Acts_2004.pdf)

FEC, 2006. Relatório de Actividades 2005.FEC. Lisboa. (disponível em:
<http://fecong.org/fec/Relatorio%20Actividades%202005.pdf>)

FEC, 2007. Relatório de Actividades 2006.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/contas_fec/RelActFEC2006.pdf)

FEC, 2008. Relatório de Actividades 2007.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/RelatorioActividades_FEC_2007.pdf)

FEC, 2009. Relatório de Actividades 2008.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/FEC_Relatorio_Actividades_2008.pdf)

FEC, 2010. Relatório de Actividades 2009.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/pdf/FEC_relatorioActividades09.pdf)

FEC, 2011. Relatório de Actividades 2010.FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/pdf/relatorioActividades/2010/FEC_relatorioActividades2010.pdf)

FEC, 2012. Relatório de Actividades 2011. FEC. Lisboa. (disponível em:
http://fecong.org/fec/pdf/relatorios/relatorioActividades2011_FINAL.pdf)

FEC, 2013. Relatório de Atividades 2012. FEC. Lisboa. (disponível em: http://fecongnd.org/fec/pdf/relatorios/relatorioAtividades2012_web.pdf)

FEC, 2014. Relatório de Atividades 2013. FEC. Lisboa. (disponível em: <http://fecongnd.org/fec/pdf/relatorios/relatorioAtividades2013.pdf>)

FEC, 2015. Relatório de Atividades 2014. FEC. Lisboa. (disponível em: <http://fecongnd.org/fec/pdf/relatorios/relatorioAtividades2014.pdf>)

FEC, 2010. Plano Estratégico 2010-2015.FEC.Lisboa.(disponível em: http://www.fecongnd.org/fec/pdf/planoEstrategico2010_versaoExterna.pdf)

Referências Complementares:

Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projetos de Cooperação para ONGD (2011) (documento disponível em : http://www.gulbenkian.pt/images/mediaRep/institucional/fundacao/programas/PG%20Ajuda%20ao%20Desenvolvimento/pdf/PGAD_RegulamentoMecanismo2013.pdf)

Linhas de financiamentos : <https://financiamentointernacional.wordpress.com/2012/05/02/mecanismo/>

Programa de cidadania ativa, da Fundação Calouste Gulbenkian: <http://www.gulbenkian.pt/inst/pt/Atividades/ProgramasGulbenkian/ProgramaCidadaniaAtiva-EEAGrants?a=4834>

Anexos

ESTATUTOS

Estatutos da Fundação Fé e Cooperação

Decreto

Considerando o termo do mandato do Secretariado Nacional para as Comemorativas dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas e, consequentemente, a extinção de um dos principais objectivos estatutários que levaram à constituição da Fundação;

Considerando a história recente e o caminho de entendimento, solidariedade e colaboração que as Comemorações e a Fundação têm vindo a estruturar de forma coerente e substantiva entre a Igreja de Portugal e as demais Igrejas Lusófonas;

Considerando a sugestão da Congregação para a Evangelização dos Povos, na sua instrução Cooperatio Missionalis, que visa a criação de um órgão destinado a programar, dirigir e rever as principais actividades de cooperação a nível nacional;

Considerando, finalmente, a vontade de potenciar a Fundação como a entidade capaz de promover uma maior unidade operativa à Igreja em Portugal no relacionamento com as Igrejas Lusófonas e a utilização eficaz dos diversos meios disponibilizados para a cooperação e animação missionária;

A Conferência Episcopal Portuguesa, em conjunto com a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), entidade constituída da fusão entre a Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos (CNIR) e a Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Femininos (FNIRF), decidiu promover a alteração dos Estatutos da Fundação, dotando-a de novos instrumentos, parcerias e potencialidades que lhe permitam prosseguir os aspectos fundamentais salientados.

Capítulo I – NATUREZA E FINS

Artigo 1º

A Fundação Fé e Cooperação (FEC), adiante designada por Fundação, é uma instituição canónico-civil de direito privado, que se rege pelos presentes Estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais específicas da sua natureza jurídica.

Artigo 2º

A Fundação tem por missão promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas. Enquanto organismo da Igreja Católica em Portugal, a FEC realiza a sua missão operando como uma ampla rede de diálogo, mobilização, cooperação e sensibilização entre pessoas, comunidades e Igrejas, em particular dos países lusófonos.

Nessa linha, compete à Fundação contribuir para a realização e o incremento de acções de carácter cultural e educacional, procurando o desenvolvimento integral dos povos e a continuidade, valorização e consolidação dos laços religiosos, históricos e culturais mantidos desde há cinco séculos.

Artigo 3º

Incumbe especificamente à Fundação:

- Apoiar a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), nas vertentes da missionação e da cooperação com outras Igrejas e povos;
- Promover e apoiar autonomamente acções de cooperação com as Igrejas e as instituições culturais lusófonas, em espírito de fraternidade e solidariedade entre os povos;
- Apoiar entidades e actividades de investigação, estudo e difusão de conhecimentos para a revitalização da consciência missionária, de cooperação e de entendimento multicultural;
- Realizar actividades de formação e de intercâmbio de pessoas, com vista à prossecução dos fins da Fundação;
- Proporcionar o acolhimento em Portugal às pessoas provenientes das igrejas e instituições que se encontrem no âmbito da Fundação.

Artigo 4º

A Fundação é perpétua e tem a sua sede na Quinta do Cabeço, Porta D, 1885-076 Moscavide, Loures.

Na medida em que o seu desenvolvimento o justifique, pode a Fundação criar dependências ou delegações onde se torne necessário ou conveniente para a consecução da respectiva missão.

Capítulo II – PATRIMÓNIO E RECEITAS

Artigo 5º

A Fundação foi instituída pela Conferência Episcopal Portuguesa, pela Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos e pela Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Femininos, com um fundo inicial próprio de onze milhões de escudos cabendo 52 % à CEP, 20% à CNIR e 28% à FNIRF.

O património da Fundação é constituído:

- Pelo fundo inicial;
- Pelas contribuições, periódicas ou não, e quaisquer outras liberalidades que venham a ser efectuadas pelos seus membros;
- Pelas contribuições ou subsídios de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- Pelos rendimentos dos seus bens próprios;
- Por todos os bens móveis e imóveis e direitos que ela adquirir com os rendimentos dos seus bens

próprios ou que lhe advierem a outro título, nomeadamente em consequência de prestação de serviços.

As receitas da Fundação destinam-se a:

- Custear o seu funcionamento;
- Subsidiar as actividades contidas nos seus fins gerais ou específicos;
- Ser incorporadas no seu património.

Artigo 6º

A Fundação goza de plena autonomia financeira, estando a respectiva acção apenas subordinada às regras de direito privado.

A Fundação, no exercício das suas actividades, poderá:

- Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados;
- Adquirir, a título oneroso, bens móveis ou imóveis necessários à prossecução dos seus fins;
- Alienar bens móveis ou imóveis.

Capítulo III – MEMBROS

Artigo 7º

Os membros da Fundação distribuem-se por quatro grupos: fundadores; equiparados a fundadores; honorários e colaboradores.

São membros fundadores as entidades que assinaram o acto constitutivo da Fundação.

Adquirem a qualidade de membros equiparados a fundadores as entidades e pessoas singulares que prestem, pela sua natureza ou pelas suas acções, um contributo inquestionavelmente relevante na concretização da missão estatutária da Fundação, devendo a respectiva admissão ser proposta por dois ou mais membros fundadores, ou equiparados a fundadores, e aprovada pelo Conselho de Fundadores.

Adquirem a qualidade de membros honorários as entidades e pessoas singulares que comunguem na missão da Fundação e participem activamente na concretização dos seus objectivos estatutários, devendo a respectiva admissão ser proposta por um ou mais membros fundadores ou equiparados a fundadores, ou pelo Conselho de Administração, e aprovada pelo Conselho de Fundadores.

Adquirem a qualidade de membros colaboradores as entidades e pessoas singulares que pretendam associar-se ao projecto da Fundação, devendo a respectiva admissão ser proposta por um ou mais membros da Fundação, de qualquer dos grupos indicados, e aceite pelo Conselho de Administração.

Artigo 8º

Constituem direitos de todos os membros:

- Participar nas actividades promovidas pela Fundação;
- Utilizar os serviços de Fundação para apoio na elaboração e desenvolvimento de estudos e projectos de missão e cooperação, assim como para o desenvolvimento de contactos com

outros países, particularmente os lusófonos, de acordo com as possibilidades da Fundação em cada momento;

- Utilizar os serviços de documentação e biblioteca da Fundação nas condições previstas no respectivo regulamento;
- Receber em condições especiais, as publicações e estudos publicados pela Fundação;
- Cada membro tem o direito de participar e plena capacidade eleitoral em relação aos órgãos sociais a que, mercê da sua qualidade de membro, tenha acesso ou para o qual tenha sido designado.

Artigo 9º

Os membros da Fundação devem respeitar e defender as orientações da Igreja Católica e, especificamente, a sua doutrina missionária.

Capítulo IV – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 10º

A Fundação tem os órgãos seguintes:

- Conselho de Fundadores;
- Conselho de Assessores;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal.

Secção I – Conselho de Fundadores

Artigo 11º

O Conselho de Fundadores é o órgão que define as grandes linhas de orientação da Fundação.

Artigo 12º

O Conselho de Fundadores é constituído:

- Pelo Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, que preside;
- Pelos Presidente e Vice-Presidente da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- Pelos membros equiparados a fundadores ou, sendo estes entidades, por um membro representante de cada um deles.

Ao Conselho de Fundadores podem ser agregados os membros seguintes:

- Dois a cinco membros designados pela Conferência Episcopal Portuguesa;
- Dois a quatro membros designados pela Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- Até três membros honorários designados pelo Conselho de Fundadores.

Artigo 13º

Compete ao Conselho de Fundadores:

- Aprovar alterações aos Estatutos;
- Nomear e exonerar os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Assessores;
- Definir e estabelecer as orientações gerais de funcionamento da Fundação;
- Discutir e aprovar o relatório de actividades e as contas de cada exercício;
- Discutir e aprovar o orçamento e os planos de actividade apresentados pelo Conselho de Administração;
- Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, a contracção de empréstimos e concessão de garantias;
- Aprovar a admissão de membros equiparados a fundadores e honorários;
- Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à actividade da Fundação.

Artigo 14º

O Conselho de Fundadores só pode funcionar estando presentes pelo menos dois terços dos seus membros em efectividade de funções;

As decisões do Conselho de Fundadores são tomadas por maioria absoluta dos votos; exige-se, porém, uma maioria qualificada de três quartos dos membros presentes nos casos seguintes:

- Exoneração dos vogais do Conselho de Administração e do Conselho de Assessores;
- Alteração de Estatutos da Fundação;
- Alienação de bens imóveis.

Os membros do Conselho de Administração têm assento no Conselho de Fundadores, sem direito a voto.

O Conselho de Fundadores reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou mediante proposta de dois terços dos seus membros.

Secção II – Conselho de Assessores

Artigo 15º

O Conselho de Assessores constitui o órgão de apoio nos assuntos que respeitem à concepção, proposta ou apreciação de iniciativas, projectos e actividades em que se desdobre a consecução das finalidades estatutárias cometidas à Fundação.

Artigo 16º

O Conselho de Assessores é composto por um Presidente e um máximo de oito vogais propostos pelo Conselho de Administração e aceites pelo Conselho de Fundadores.

O Conselho de Assessores pode agregar especialistas de reconhecido mérito à execução de tarefas pontuais de que seja incumbido.

Artigo 17º

Compete ao Conselho de Assessores:

- Sugerir iniciativas, projectos e actuações concretas que se insiram no escopo estatutário da Fundação;
- Habilitar a Fundação com pareceres e apoios técnicos sempre que para isso seja solicitado pelos órgãos sociais da Fundação;
- Acompanhar a realização de actividades específicas da Fundação, em colaboração com o Conselho de Administração;

Artigo 18º

O Conselho de Assessores reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo Conselho de Fundadores, de Administração ou por iniciativa do seu Presidente.

O Presidente do Conselho define as regras de funcionamento interno e a distribuição de funções pelos seus membros.

O Conselho pode reunir e funcionar por secções em razão da especificidade dos assuntos a tratar.

O Conselho de Administração pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Assessores.

Secção III – Conselho de Administração

Artigo 19º

O Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro vogais designados pelo Conselho de Fundadores.

De entre os vogais deve ser indicado um vice-presidente e um secretário que por inerência do cargo assume as funções de administrador executivo da Fundação.

Artigo 20º

Ao Conselho de Administração compete a gestão corrente da Fundação, observando as linhas gerais definidas pelo Conselho de Fundadores.

Compete especialmente ao Conselho de Administração:

- Estabelecer a organização interna da Fundação e aprovar os regulamentos necessários ao seu bom funcionamento;
- Administrar o património da Fundação;
- Preparar e submeter à aprovação do Conselho de Fundadores os orçamentos, as contas e os planos de actividade;
- Contrair empréstimos e conceder garantias, conforme o artigo 13 alínea f);
- Representar a Fundação em juízo e fora dele;
- Proceder ao inventário anual do património e preparar o relatório e contas para serem apreciadas pelo Conselho Fiscal;
- Propor ao Conselho de Fundadores as incorporações do património;
- Aprovar a admissão de membros colaboradores.

Artigo 21º

A Fundação fica obrigada em quaisquer actos ou contratos pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser o presidente ou o vogal em que ele expressamente delegar.

Nos assuntos reservados por estes Estatutos ao Conselho de Fundadores, o Conselho de Administração só pode vincular a Fundação se para isso for expressamente mandatado.

Secção IV – Conselho Fiscal

Artigo 22º

O Conselho Fiscal é composto por três elementos designados para representar:

- a Conferência Episcopal Portuguesa, que preside;
- a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- outros membros equiparados a fundadores.

Artigo 23º

Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o inventário, o relatório e as contas de cada exercício, assim como sobre a conformação da aplicação dos rendimentos aos fins estatutários.

Capítulo V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24º

O mandato dos membros dos órgãos previstos no capítulo IV, que não assumam essa qualidade por inerência do cargo que ocupam, têm uma duração de três anos, podendo ser renovados.

Artigo 25º

Os membros do Conselho de Fundadores e do Conselho Fiscal são designados no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de aprovação dos presentes estatutos.

O Conselho de Fundadores designa os membros do Conselho de Administração no prazo máximo de trinta dias a contar da data da sua constituição.

Artigo 26º

Em caso da extinção, os valores e encargos existentes reverterem para as entidades fundadoras, na proporção do respectivo capital.

Os presentes Estatutos da Fundação Fé e Cooperação (FEC), cujo original é constituído por 26 artigos dactilografados em 9 páginas numeradas e rubricadas, é o resultado da revisão dos Estatutos publicados no Dário da República nº 18, de 22 de Janeiro de 1993, III Série, revisão esta aprovada em reunião do Conselho Geral da Fundação em 25 de Outubro de 1999 e pela Assembleia Plenária da Conferência

Episcopal Portugal de 8 a 11 de Novembro de 1999, e em reuniões do Conselho de Fundadores da Fundação em 16 de Abril de 2010 e 3 de Janeiro de 2011 e pelo Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, na sessão de 15 de Fevereiro de 2011.

P. Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão

Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa

Equipa FEC

Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento

Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento:

Catarina Lopes

Isa Paiva das Neves

Mercedes Pinto

Programa FEC Angola:

Federica Pilia

Programa FEC Moçambique:

Simão Cardoso Leitão

Programa FEC Guiné-Bissau:

Sofia Alves

Equipa Técnica na Guiné-Bissau:

Abdelaziz Vera Cruz

Adilson Ferrage

Aly Said Aly

Ana Carvalho

Ana Catarina Rodrigues

Ana Cláudia Faria

Ana Miranda

Ana Pestana

Ana Rita Barbosa

Andreia Pires

Aníbal Úmaro Embaló

António Na Bituque

Braima Seide

Bruna Carvalho

Carla Pinto

Carlos Rebelo

Carmen Aiveca

Catarina Perez-Ramirez

César Costa

Claudia Ferreira

Dautarin da Costa

Dionisio Insali

Domingos Barra Siga

Edgar Silva

Eduardo Abraham Piter Tomás

Filipa Gonçalves

Mara Pinto

Margarida Rebelo

Mirian Tito

Monica Vaz

N' Cak Morgado

Nuno Tavares

Paula Bijagó

Paula Silva

Pedro Figueiredo

Quintino Gomes

Rachide da Silva Quadé

Samoel Mendes

Sandra Cunha

Sandra Silva

Sandro Moreira

Sónia Marques

Susana Silva

Telma Santos

Vânia Cruz

Vilson Mário Gomes

Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social

Projetos Educação para o Desenvolvimento:

Ana Patrícia Fonseca

Plataforma Voluntariado Missionário:

Catarina António

Plataforma Fé e Desenvolvimento:

Margarida Alvim

Departamento de Comunicação e Marketing

Comunicação:

Emanuel Oliveira Soeiro

Programa de rádio Luso Fonias:

Tiago Tavares

Departamento Administrativo e Financeiro

Gestão financeira e administração:

Elisabete Rebola

Etelvina Cardeira

Isabel Andrade

Eduardo Simões

Logística:

Vasco Domingos

ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Fundadores

- D. Manuel Clemente - Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa
- Padre Artur Manuel Teixeira - Presidente da CIRP (Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal)
- Ir. Maria do Sameiro Magalhães Martins - Vice-Presidente da CIRP
- Maria Rosário Virgílio - Presidente da CNIS (Conferência Nacional dos Institutos Seculares)

Conselho de Assessores

- Monsenhor José Alves Cachadinha - Presidente

Conselho de Administração

- Dr. Jorge Manuel da Costa Pinheiro Líbano Monteiro - Presidente
- Irmã Maria Bela Rodrigues Coelho - Vogal
- Dr. Frederico Paulo Moreira Pereira Dias de Magalhães - Vogal
- Dr. Miguel de Raimond da Silva Amado - Vogal

Entidades Associadas

- CEAST - Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé
- CEM - Conferência Episcopal de Moçambique
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Dioceses de Bissau e Bafatá (Guiné-Bissau)
- Dioceses de Santiago e Mindelo (Cabo Verde)
- Dioceses de Díli e Baucau (Timor-Leste)

Mudança de Logotipo

Antigo logotipo



Novo logotipo



Em 2010 foi alterado o logotipo, onde o principal objetivo do mesmo seria de difundir os princípios da instituição.

No logotipo está presente **a cruz**, que identifica a fé, sendo sinal de comunhão, de encontro entre diferentes caminhos, ocasião e convite permanente para o diálogo entre diferentes pessoas e sociedades.

Uma ponte, elemento fundamental para ligar espaços fisicamente distantes, é sinal do trabalho de cooperação que é sempre uma procura constante de encontro entre diferentes culturas.

As cores escolhidas, os tons de verde (esperança), castanho (terra), vermelho (amor) e amarelo (alegria), significam a posição da FEC: olhar com esperança, com amor para a terra, para as coisas mais concretas da vida, com uma alegria renovada (FEC s.d: n.d.).

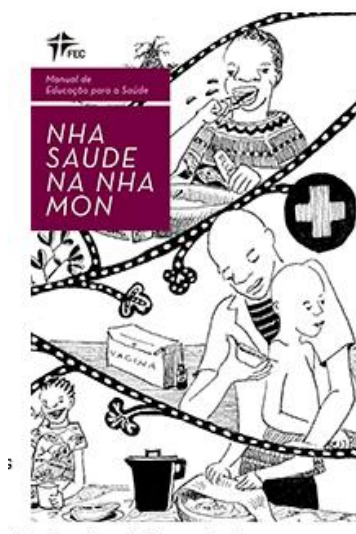
Produtos FEC



Recortes da História da Guiné-Bissau 1900-2005

Autoria: Catarina Lopes

FEC, 2010



Nha saúde na Nha Mon. Manual de Educação para a Saúde.

Autoria: FEC, Ana Neres

FEC, 2013



Manual de gestão e Administração escolar para todos. Para uma escola de qualidade.

Autoria: FEC, Ana Neres

FEC, 2014

Guião FEC

1. A Fec inicia a sua atividade com as celebrações dos cinco séculos de ação missionária da Igreja Católica em Portugal. Qual a primeira sede da FEC?
2. Qual o público-alvo dos produtos da FEC, como por exemplo, os livros sobre a educação de infância, os cuidados maternos infantis? Com que objetivo são criados?
3. Com que objetivo são criados?
4. Na sua opinião que área, se é que acha, que devia ser trabalhada pela FEC?
5. A FEC atua em duas áreas primordiais, a Educação para o Desenvolvimento e a Cooperação para o Desenvolvimento? Qual o critério para a seleção destas duas áreas de trabalho?
6. Com um estatuto de organização religiosa, a religião, está sempre ou tenta estar presente na altura da implementação dos projetos?
7. Devido ao seu caráter confessional, a religião pode ser encarado como um entrave à participação noutros projetos, formação de parcerias?
8. A crise de 2008, na sua opinião veio afetar o financiamento, em termos de implementação de projetos? Ou seja, a crise veio diminuir o volume de financiamento? Menos candidaturas aprovadas, por exemplo?
9. Se houver então uma diminuição do volume de financiamento, isso pode “obrigar” as ONGD, duma forma geral, a alargar o seu campo de atuação como forma de o alcançar?
10. No período 2008-2014, qual o número de projetos da FEC, houve um aumento ou diminuição em relação ao período 2002-2007?
11. E em relação ao volume de verbas dos projetos no total num período e noutro?
12. A FEC tem organizações com parceiros de projetos de outras religiões como muçulmana ou cristã protestante?
13. A FEC organiza os projetos no terreno com expatriados; os nacionais desses países assumem papéis de responsabilidade ou são sobretudo de apoio?
14. A FEC mantém uma ligação ativa com a FGS e os Leigos para o Desenvolvimento. Que outras organizações a FEC mantém contato?
15. Qual o balanço da FEC ao longo destes 25 anos, ou melhor desde a sua integração/ participação na mesma?

Guião FEC

1. A crise de 2008, na sua opinião veio afetar o financiamento, em termos de implementação de projetos? Ou seja, a crise veio diminuir o volume de financiamento? Menos candidaturas aprovadas, por exemplo?
2. Se houver então uma diminuição do volume de financiamento, isso pode “obrigar” as ONGD, duma forma geral, a alargar o seu campo de atuação como forma de o alcançar?
3. No período 2008-2014, qual o número de projetos da FEC, houve um aumento ou diminuição em relação ao período 2002-2007?
4. E em relação ao volume de verbas dos projetos no total num período e noutro?
5. Os relatórios de atividade respeitantes aos anos: 2004,2007,2008 e 2009 não apresentam qualquer informação sobre por exemplo a origem dos fundos? Há alguma razão ou motivo para isso?
6. Depois preciso de saber o que vocês entendem por fundos públicos, fundos privados, fundos próprios e fundos públicos internacionais?
7. Há alguma razão em concreto para o aparecimento dos fundos próprios a partir de 2012?
8. Há alguma razão em concreto para o aparecimento dos fundos públicos internacionais a partir de 2013?
9. A sub-área designada como “rede autarquias” surge, mediante os registos, em 2010 com uma percentagem de 34%. No ano seguinte apresentam uma descida bastante significativa passando para 1 %. Algum motivo que explique esta descida brusca e posteriormente o seu desaparecimento?

Guião Plataforma das ONGD

1. Desde que ano a FEC faz parte da Plataforma das ONGD?
2. Entre 2002 e 2007 quantos projetos a FEC teve? E depois entre 2008 e 2014?
3. Tendo em conta esses períodos temporais, quais as áreas inseridas nesses projetos? Saúde, educação?
4. Acha que crise de 2008 veio afetar as verbas para a Cooperação das ONGD, repercutindo-se mais tarde, na diminuição do financiamento a nível dos projetos? Se houve essa redução de financiamento, há alguma área em concreto que tenha sofrido mais cortes? Cooperação, Educação para o Desenvolvimento ou Ajuda Humanitária e de Emergência?
5. Mediante a redução em termos de financiamento, é visível ou possível que essa redução impulse a procura desse financiamento numa escala mais internacional?
6. É visível que com os cortes em termos de financiamento, as ONGD para continuarem a atividade, são “obrigadas” a alargar o seu campo de atuação para conseguir esse financiamento?
7. O Estado ainda continua a ser o principal financiador destas organizações e quando se fala nestas organizações, uma das principais características é que são autónomas. Mas ao caracterizadas como autónomas, porque é que ainda continuam a depender fortemente do Estado? Segundo a sua opinião poderá existir alguma alternativa, de forma assegurar duas coisas: autonomia e financiamento? Por exemplo, uma aposta nos fundos próprios ou nas doações?
8. A conjuntura atual tem afetado muito o funcionamento do Estado não só na área da economia social, mais concretamente, as ONGD, mas também a nível do setor da saúde, da educação e também segurança social. Será que com esta “reviravolta” o Estado conseguirá manter este apoio/contribuição ao Terceiro setor? Que medidas poderiam ser colocadas em cima da mesa de forma, a tornar as ONGD, ou melhor, o terceiro setor menos dependente?

Guião para o Instituto Camões

1. Desde que ano a FEC é reconhecida pelo Instituto Camões como ONGD?
2. Desde a adesão da FEC ao Instituto Camões, quantos projeto é que o ICP/IPAD/Camões já financiou? Por exemplo entre 2002 e 2007? E depois entre 2008 e 2014?
3. Tendo em conta esses períodos temporais, quais as áreas inseridas nesses projetos? Saúde, educação?
4. Acha que a crise de 2008 veio afetar as verbas para as ONGD, repercutindo-se mais tarde, na diminuição do financiamento a nível dos projetos? Se houve essa redução de financiamento, há alguma área em concreto que tenha sofrido mais cortes? Cooperação, Educação para o Desenvolvimento ou Ajuda Humanitária e de Emergência?
5. Mediante a redução em termos de financiamento, é visível ou possível que essa redução impulse a procura desse financiamento numa escala mais internacional?
6. É visível que com os cortes em termos de financiamento, as ONGD para colocar em prática os projetos, são “obrigadas” a alargar o seu campo de atuação para conseguir esse financiamento?
7. O Estado ainda continua a ser o principal financiador destas organizações e quando se fala nestas organizações, uma das principais características é que são autónomas. Mas ao caraterizadas como autónomas, porque é que ainda continuam a depender fortemente do Estado? Segundo a sua opinião poderá existir alguma alternativa, de forma assegurar duas coisas: autonomia e financiamento? Por exemplo, uma aposta nos fundos próprios ou nas doações?
8. A conjuntura atual tem afetado muito o funcionamento do Estado não só na área da economia social, mais concretamente, as ONGD, mas também a nível do setor da suade, da educação e também segurança social. Será que com esta “reviravolta” o Estado conseguirá manter este apoio/contribuição ao Terceiro setor? Na sua opinião que medidas poderiam ser colocadas em cima da mesa de forma, a tornar as ONGD, ou melhor, o terceiro setor menos dependente?

Guião Fundação Calouste Gulbenkian

1. A FEC tem financiamentos de projetos pela Fundação Calouste Gulbenkian desde quando?
2. Quantos projetos é que a Fundação já financiou à FEC? Por exemplo entre 2002 e 2007? E depois entre 2008 e 2014?
3. Tendo em conta esses períodos temporais, quais as áreas inseridas nesses projetos? Saúde, educação?
4. A crise de 2008 veio afetar as ONGD, repercutindo-se mais tarde, na diminuição do financiamento a nível dos projetos? Se houve essa redução de financiamento, há alguma área em concreto que tenha sofrido mais cortes? Cooperação, Educação para o Desenvolvimento ou Ajuda Humanitária e de Emergência?
5. Mediante a redução em termos de financiamento, é visível ou possível que essa redução impulse a procura desse financiamento numa escala mais internacional?
6. É visível que com os cortes em termos de financiamento, as ONGD para colocar em prática os projetos, são “obrigadas” a alargar o seu campo de atuação para conseguir esse financiamento?
7. O Estado ainda continua a ser o principal financiador destas organizações e quando se fala nestas organizações, uma das principais características é que são autónomas. Mas ao caracterizadas como autónomas, porque é que ainda continuam a depender fortemente do Estado? Segundo a sua opinião poderá existir alguma alternativa, de forma assegurar duas coisas: autonomia e financiamento? Por exemplo, uma aposta nos fundos próprios ou nas doações?
8. A conjuntura atual tem afetado muito o funcionamento do Estado não só na área da economia social, mais concretamente, as ONGD, mas também a nível do setor da saúde, da educação e também segurança social. Será que com esta “reviravolta” o Estado conseguirá manter este apoio/contribuição ao Terceiro setor? Que medidas poderiam ser colocadas em cima da mesa de forma, a tornar as ONGD, ou melhor, o terceiro setor menos dependente?